



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

MESTRADO EM TURISMO

FELICIDADE DA JULIANA CHICICO

O TURISMO DE BASE LOCAL COMO UM POSSÍVEL INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL: uma análise da realidade e das potencialidades no distrito de Dondo-Moçambique

Natal

2012

FELICIDADE DA JULIANA CHICICO

O TURISMO DE BASE LOCAL COMO UM POSSÍVEL INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL: uma análise da realidade e das potencialidades no distrito de Dondo-Moçambique

Dissertação submetida ao programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-requisito para obtenção do Grau de Mestre em Turismo.

Área de concentração: Turismo, desenvolvimento e gestão.

Orientador: Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr.

Natal

2012

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Chicico, Felicidade da Juliana.

O Turismo de Base Local como Possível Indutor de Desenvolvimento Rural: uma análise da realidade e das potencialidades no Distrito de Dondo-Moçambique / Felicidade da Juliana Chicico. – Natal, RN, 2012.
97 f.

Orientador: Prof^o Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Turismo rural - Dissertação. 2. Desenvolvimento rural - Dissertação.
4. Sustentabilidade socioeconômica – Dissertação. I. Azevedo, Francisco Fransualdo de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48-44(1-21)

FELICIDADE DA JULIANA CHICICO

O TURISMO DE BASE LOCAL COMO UM POSSÍVEL INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL: uma análise da realidade e das potencialidades no Distrito de Dondo-Moçambique

Dissertação submetida ao programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-requisito para obtenção do Grau de Mestre em Turismo.

Área de concentração: Turismo, desenvolvimento e gestão.

Aprovada em 13/03/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientador

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Celso Donizete Locatel
Examinador Interno

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Antônio Jânio Fernandes
Examinador Externo

*Dedico este trabalho aos meus filhos Edy e Jael,
minhas fontes de inspiração e força para cada passo
que dou na jornada da vida nos últimos 10 anos.*

AGRADECIMENTOS

Inicialmente à Deus, pois sem Ele nada seria possível. Ele é meu porto seguro, fonte de conforto e paz, Ele mostrou-me que cada obstáculo, cada desafio, cada porta fechada, escondem valiosos tesouros, a sabedoria e a disciplina, feliz é o persistente porque encontra estes tesouros.

Ao meu estimado e querido amigo, professor e orientador Francisco Fransualdo de Azevedo que com todo afincamento mostrou-me o “Norte” quando me encontrei perdida, a “luz no fundo túnel” quando tudo obscureceu. Minha eterna gratidão pela bondade e pré-disponibilidade em me auxiliar com seu saber científico e da vida na concretização de mais um sonho.

À toda equipe da Fundação Ford e do Instituto África América, provedores da bolsa que tornou possível esta experiência acadêmica, especial atenção a Dra Célia Diniz, Dra Maria Blandina, Prof. Dr. Mário Mouzinho e Sra. Nilofar.

À todos os colegas e amigos bolsistas da Fundação Ford, em especial, Helena Salência, Dalila, Vassilca Jeremias, Calton Cadeado, Lenia Mapelane e António Paulo.

À toda equipe do programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, prezados colegas do mestrado e mestres do PPGTUR, que com suas sugestões, discussões acadêmicas, indicações de fontes de materiais de pesquisa e apoio moral, contribuíram para a realização desta pesquisa. Especial menção a Juliane secretária do PPGTUR, Carol Araújo, Edilene Pequeno, Suenia Galvão, Sylvana Marques, Flávia Sousa de Melo, Zwyla Cabral, Artemisia e Liz Rodrigues.

Aos interlocutores no Governo do Distrito de Dondo, aos integrantes do Conselho Executivo, aos agentes das ONGs, bem como aos entrevistados, que com sua abertura para coleta de dados tornaram possível a elaboração deste trabalho. Especial menção ao Sr. José Simbe da ONG CADECO, Manuel Ginga agente econômico local, João Oliveira administrador de Dondo.

À minha família que com seu amor incondicional e orações me deram força e inspiração para trilhar esta caminhada em terra estrangeira, em especial a meu esposo Alex Sacur, que muita força deu para continuar com os meus estudos e busca por novas experiências fora de Moçambique.

Aos meus velhos e novos amigos que em todos os momentos estiveram do meu lado, me apoiando com palavra amiga e orações e, mesmo com o silêncio, meu muito

obrigado, louvado seja Deus por vos ter do meu lado. Especial atenção a Rose Cordeiro, João Araújo, Tia Rosinha, Artur Marulo, Neusa Rodrigues, Francisco Cabo, Georgieva Jones, Teresa Malichocho, Joana Matusse, Eudes, Heró, Elijara e Niltinho.

RESUMO

O atual debate sobre desenvolvimento rural focaliza a abordagem territorial, reconhecendo o caráter multifuncional do espaço rural. Enfatiza o aproveitamento das forças endógenas, a necessidade de implementação de políticas que valorizem as especificidades locais, a participação dos atores sociais na dinamização e revitalização do espaço rural. É neste contexto que o turismo entra como um dos possíveis meios para induzir uma nova dinâmica no espaço rural, visto que a atividade é tida como um canal para a revalorização dos recursos naturais e culturais, bem como do modo de vida rural. Este estudo trata do turismo de base local como indutor de desenvolvimento rural, traduzindo-se numa análise da realidade e das potencialidades no distrito de Dondo. Nele se propôs analisar as potencialidades para a implantação do turismo de base local no Distrito de Dondo, avaliando até que ponto a realidade local possibilita a inclusão da comunidade na gestão dos recursos turísticos locais. Para tal mostrou-se a inserção do turismo de base local no atual contexto de desenvolvimento rural; identificou-se e organizou-se sistematicamente os fatores que condicionam a implementação do turismo de base comunitária na área de estudo; e verificou-se até que ponto a área estudada corresponde aos condicionantes identificados, mostrando como o turismo de base local pode ser melhor incentivado. Adotou-se como recurso metodológico a abordagem qualitativa, tanto pelos procedimentos e tratamento de dados, como também, pela abordagem crítica, utilizou-se também, a pesquisa bibliográfica e documental, as entrevistas semi-estruturadas direcionadas ao grupo de gestores públicos que atuam em turismo e líderes comunitários. A análise crítica foi feita com base nos princípios de sustentabilidade, nomeadamente sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e espacial, para além da análise dos aspectos político-institucionais. Os resultados da pesquisa mostram que o distrito de Dondo apresenta um potencial para implementação de um modelo de desenvolvimento de turismo de base local, pois ele é rico em recursos naturais e culturais, beneficia-se de uma boa rede de acessibilidade no contexto do mercado da região, a população vive segundo os seus hábitos e costumes e valorizam a sua identidade. Constata-se também uma boa cooperação entre os membros da comunidade, embora não seja em turismo, fato que se observa através do nível de participação da comunidade em associações, cooperativas e núcleos atuando em áreas como agricultura, pesca, extração de carvão vegetal, ambiente, educação cívica, etc. Possui também fontes de financiamento público para incrementar ou estimular o investimento local. Apesar de obstáculos como inexistência de políticas e planos locais para o desenvolvimento do turismo, falta de consciência em relação ao turismo, insuficiência em infra-estruturas básicas, bem como em equipamentos e meios de apoio ao turismo, denota-se que estes problemas podem ser solucionados por meio de um comprometimento tanto do setor público, como da comunidade através de uma planificação conjunta e participativa.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural, Turismo de Base Local, Regiões Periféricas

ABSTRACT

The current debate on rural development focuses on the territorial approach, recognizing the multifunctional character of rural areas. Emphasize the use of endogenous forces, the need of implement policies which valorize local specificities, the participation of social actors in revitalization of rural areas. In this context tourism enters as a means to induce a new dynamic to rural areas, since the activity is regarded as a channel for the upgrading of the natural and cultural resources and the rural way of life. This study focuses on local-based tourism as a promoter of rural development, giving an analysis of the social reality and potential for this tourism in the district of Dondo. In it, is proposed to analyze the potential for development of local-based tourism in the district of Dondo, assessing the extent to which local reality enables the inclusion of the community in the management of local tourism resources. For this, was showed the inclusion of local-based tourism in the current context of rural development, was identified and organized systematically the factors that influence the implementation of local-based tourism in the study area and was verified as far as possible the study area corresponds to the constraints identified, showing how local-based tourism can best been encouraged. Was adopted a qualitative methodological approach to both the procedures and data processing, but also by critical approach, using bibliographical research, semi-structured interviews that fell on the group of public administrators who work in tourism and community leaders. The critical analysis was based on the principles of sustainability o Sachs particular ecological, social, cultural, economic, space, beyond the analysis of political and institutional aspects. The survey results show that the district of Dondo has a potential for implementing a model of tourism development on a local basis, since it is rich in natural and cultural research, benefits from good network accessibility in the context of the market in the region, the population live according to their habits and customs and value their identity. There is also a good cooperation between community members, although not in tourism, a fact which is observed through the lever of community participation in associations, cooperatives, working in areas such as agriculture, fishing, environment, civic education etc. It also has public funding sources to augment or stimulate local investment. Despite obstacles such as inexistence of policies and local plans for tourism development, lack of awareness of tourism, lack of basic infrastructure, as well as equipment and facilities to support tourism, the results shows that these problems can be solved through a public commitment from both government, and community through a joint planning and participation.

Keywords: Rural Development, Local-based Tourism, Peripheral Regions

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Localização da Área de Estudo.....	15
Quadro 1	Dimensões de Análise dos Determinantes para a Implantação do Turismo de Base Local em Regiões Periféricas	21
Fluxograma 1	Tendências Atuais do Turismo.....	54
Fluxograma 2	Marco Estratégico para o Planeamento Integrado de Destinos Turísticos.....	55
Quadro2	Marco Estratégico para o Planeamento Integrado de Destinos Turísticos	56
Quadro 3	Princípios da Política de Turismo	62
Quadro 4	Objetivos do Turismo	63
Quadro 5	Áreas Prioritárias para Intervenção e Atuação.....	63
Quadro 6	Dimensões de Análise para Implementação do Turismo no Distrito de Dondo	67
Figura 1	Praia de Sengo	74
Figura 2	Praia de Sengo.....	74
Figura 3	Rio Savane.....	76
Figura 4	Barcos tradicionais na praia de Savane.....	76
Tabela 1	Distribuição de Água no distrito de Dondo	77
Tabela 2	População Consoante o Conhecimento da Língua Portuguesa	78
Gráfico 1	Distribuição de Energia por Agregado Familiar no Distrito de Dondo ..	78
Figura 5	Lodge Rio Savane	79
Figura 6	Savane Lodge.....	79
Figura 7	Quinta de Mafambisse.....	80
Figura 8	Quinta de Savane.....	80
Tabela 3	Nº de Unidades/Empreendimentos por Principais Ramos de Atividade e Pessoal ao Serviço no Distrito de Dondo	83
Tabela 4	Agregados familiares segundo o tipo de material de construção de Habitação no Distrito de Dondo	90
Gráfico 2	Agregado Familiar por serviço Sanitário na Habitação	91
Fluxograma 3	Organização Hierárquica do Poder Público em Moçambique.....	92
Fluxograma 4	Organograma do Governo do Distrito de Dondo com base no Decreto nº6/2006 de 12 de Abril.....	93

LISTA DE SIGLAS

- AMAP** – Associação de Mulheres Agricultoras Portuguesas
- APIT** – Áreas Prioritárias de Investimento em Turismo
- EDR** – Estratégia para o Desenvolvimento Rural
- EUA** – Estados Unidos da América
- FIA** – Fundación Para La Inovacion Agraria
- MAE** – Ministério de Administração Estatal
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- MITUR** – Ministério de Turismo
- PARPA** – Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta
- PEDTM** – Plano Estratégico para o desenvolvimento do Turismo em Moçambique
- PTEI** – Política de Turismo e Estratégia para sua Implementação
- SDCIT** – Serviço Distrital de Comércio, Indústria e Turismo
- SDADR** – Serviço Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- UACH** – Universidade Austral De Chile
- UE** – União Européia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O DESENVOLVIMENTO RURAL E O TURISMO DE BASE LOCAL EM REGIÕES PERIFÉRICAS: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL CONTEXTUALIZADA.....	22
2.1	DESENVOLVIMENTO <i>VERSUS</i> SUBDESENVOLVIMENTO: BREVE CONCEITUAÇÃO.....	22
2.2	DESENVOLVIMENTO RURAL E TURISMO DE BASE LOCAL: CONCEITO E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE	26
2.3	A INOVAÇÃO E O TURISMO DE BASE LOCAL EM REGIÕES PERIFÉRICAS.....	39
3	A TURISTIFICAÇÃO DO ESPAÇO: DISCUTINDO AS AÇÕES DOS AGENTES INTERVENIENTES E A SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL.....	45
3.1	ATUAÇÃO DOS AGENTES INTERVENIENTES DO TURISMO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO.....	45
3.2	DISCUTINDO A SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO	52
3.3	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO A PARTIR DO SUJEITO, UMA PROPOSTA POSSÍVEL EM MOÇAMBIQUE?.....	59
4	A INSERÇÃO DO TURISMO DE BASE LOCAL NO DISTRITO DE DONDO-MOÇAMBIQUE.....	67
4.1	ANÁLISE SOB PERSPECTIVA POLÍTICO INSTITUCIONAL.....	68
4.2	ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..	70
4.3	ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE ESPACIAL.....	76
4.4	ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA.	80
4.5	ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE CULTURAL...	85
4.6	ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL.....	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

O atual debate sobre desenvolvimento rural focaliza a abordagem territorial, reconhecendo o caráter multifuncional do espaço rural. Enfatiza o aproveitamento das forças endógenas, a necessidade de implementação de políticas que valorizem as especificidades locais, a participação dos atores sociais na dinamização e revitalização do espaço rural. É neste contexto que o turismo entra como um dos meios para induzir uma nova dinâmica ao espaço rural, visto que a atividade é tida como um canal para a revalorização dos recursos naturais e culturais, bem como do modo de vida rural.

A revolução industrial trouxe grandes mudanças tecnológicas que teve um forte impacto sobre o processo produtivo, em nível econômico e social, tendo iniciado na Inglaterra meados de século XVIII e espalhando-se pelo mundo a partir do século XIX e os seus efeitos se registram até os dias atuais (BURNS, 1995). Transformações como o avanço tecnológico no que se refere aos meios e técnicas de produção, meios de transporte e comunicações; rápido crescimento econômico; substituição do trabalho humano pelas máquinas; novas relações entre as nações e o fenômeno cultura de massa impostos pelo capital que emergiu nesse período; redução da população rural devido ao deslocamento para os centros urbanos em busca de trabalho, a baixa condição de vida no espaço rural, comparada a do meio urbano na época, foram algumas das razões que deixaram o meio rural aquém dos avanços técnicos verificados no meio urbano (BURNS, 1995; AMAP, 2004).

Posteriormente problemas como mudanças climáticas, empobrecimento dos solos, degradação de infra-estruturas, dificuldades de colocação dos produtos no mercado aliado ao desemprego nas zonas rurais, constituíram fatores que levaram os países do primeiro mundo como Estados Unidos da América (EUA), Inglaterra, Itália, Espanha, França a apostarem em políticas públicas que estimulassem o desenvolvimento no meio rural, por meio de incentivos a prática de atividades que pudessem proporcionar a multifuncionalidade, o resgate e a revalorização da cultura, do meio ambiente, assim como, do modo de vida rural (CANDIOTTO, 2010).

As diversas abordagens sobre o desenvolvimento rural mostram que este é um processo de natureza multisetorial, multiescalar e multiatores. Multisetorial porque focaliza a diversificação das atividades no espaço rural, conferindo novas funções ao mesmo, entre elas a função ambiental, econômica, cultural, social, institucional. É um processo multiescalar,

porque perpassa o nível local, regional e o global, sendo que, o aproveitamento dos recursos produtivos integra as especificidades locais e regionais dentro do contexto global. E multiatores porque é um processo onde os atores locais são chamados a protagonizarem a melhoria da qualidade de vida no local de forma ativa e interativa dentro da rede de relações sociais como um todo.

O turismo é uma atividade que tem sido apontada como estratégica para impulsionar o desenvolvimento tanto de nações hegemônicas, bem como das nações periféricas. Dentro do contexto do desenvolvimento rural, assim como, das novas tendências no turismo, têm surgido novos modelos de turismo, centrados na busca por práticas turísticas alternativas¹ sustentadas por princípios de sustentabilidade, e um deles é o turismo de base local (TBL).

Por se constituir num modelo centrado no aproveitamento da diversidade territorial de forma inclusiva, o TBL mostra-se como um veículo efetivo para a melhoria da qualidade de vida da população rural de forma participativa e integrada, uma vez que a comunidade também se responsabiliza tanto pela concepção como pela gestão da atividade turística (CORIOLANO, 2005).

Conforme Silva, Ramiro e Teixeira (2009), este modelo tem as suas premissas baseadas na autogestão, no associativismo ou cooperativismo, na valorização da cultura local, e principalmente no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.

Assim, percebe-se que o TBL é um modelo de gestão de turismo que vai de encontro com a atual perspectiva do desenvolvimento rural, visto que este possibilita a inclusão da população rural no desenvolvimento da atividade turística, expressando suas idéias e receios, identificando suas prioridades, suas necessidades, interesses e as formas pelas quais esperam se beneficiar, traduzindo-se no processo democrático e solidário. Carvalho (2007) acrescenta ainda, que o TBL mobiliza a comunidade na luta por seus direitos contra grandes empreendedores da indústria do turismo de massa, quando a ocupação de seu território por estes ameaça a qualidade de vida e as tradições da população local.

As tendências atuais do mercado turístico têm aberto um espaço para a ascensão de iniciativas de turismo de base local, pois os turistas estão cada vez mais exigentes e mais conscientizados em relação à necessidade de conservar o meio ambiente, buscam por experiências originais com maior aproximação a natureza e a cultura local e, a necessidade de fuga do estresse da vida urbana faz do espaço rural um destino eleito para visitar. Fatos que

¹ O termo alternativo refere-se às práticas ou modalidades de turismo opostas ao tradicional turismo de massa

proporcionam oportunidades para as comunidades rurais optarem pelo TBL e por via disso melhorar a sua qualidade de vida (CAMPANHOLA e SILVA, 1999).

Sob o ponto de vista da inovação, o turismo de base local inserido na cadeia de produção do meio rural, pode se constituir num propulsor do desenvolvimento local, através da incorporação de novos conhecimentos e mudança nas técnicas produtivas e nas formas organizacionais (FALCÃO et. al., 2009).

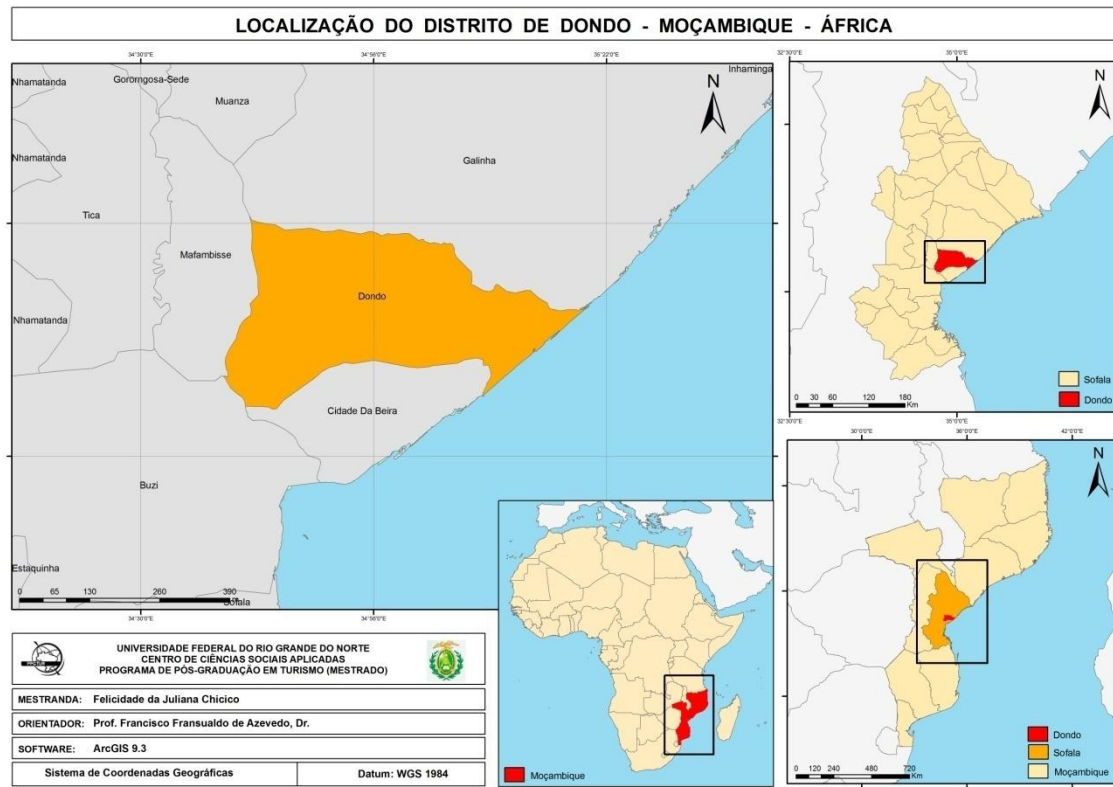
Tem se verificado várias iniciativas do TBL em diversos países da União Européia (UE), nos Estados Unidos da América (EUA), bem como no MERCOSUL, verificando-se uma crescente preocupação com políticas, estratégias e demais instrumentos que regulamentem a sua prática de forma sustentável, como afirmam Silva, Ramiro e Texeira (2009).

Em alguns países da África Austral como África do Sul, Angola, Kênia, Namíbia, também tem se verificado a ocorrência de turismo de base local, verificando-se experiências isoladas, mas que já despertam a atenção do poder público para a criação de instrumentos que orientem a prática do mesmo. Entretanto, nem todas as regiões rurais têm aproveitado a atividade em prol de seu desenvolvimento, como é o caso do distrito de Dondo-Moçambique.

Como pode se observar no Mapa 1, Dondo é um distrito que se localiza em Moçambique, especificamente no “Centro-Leste da província de Sofala, limitando-se ao Norte com o Distrito de Muanza, a Oeste com o Distrito de Nhamatanda, a Sul com o Distrito de Buzi e Cidade da Beira e a Este pelo Oceano Indico” MAE (2005, p. 2). Moçambique é um país situado na parte sul da costa Oriental Africana, e enquadra-se no grupo dos países considerados periféricos no contexto socioeconômico mundial, sendo a agricultura uma das atividades consideradas básicas para o desenvolvimento do país, devido ao alto potencial agrícola. Mas pela diversidade natural e cultural que possui, o turismo também tem sido visto como atividade estratégica para a melhoria da qualidade de vida da população, se implementado de forma planejada e com envolvimento da população no processo de planejamento (MOÇAMBIQUE, 2006).

Dondo é um distrito costeiro rico em recursos naturais, culturais e com grande potencial agrário, conforme o Ministério de Administração Estatal – MAE (2005, p.15), “a proximidade da cidade da Beira, a integração no corredor da Beira e o acesso fácil a província vizinha² e mesmo ao Zimbabwe, possibilita ao distrito uma boa integração a rede de mercados”.

² O distrito de Dondo localiza-se a 143km da cidade de Chimoio a capital da província de Manica, a província vizinha citada. Disponível em: <<http://www.travelmath.com/cities-near/Dondo,+Mozambique>>. Acesso em: 16/09/2011



Mapa 1: Localização da Área de estudo
Fonte: WGS, 1984.

Nota-se nesse caso, que a localização do distrito aliada à riqueza natural constitui um diferencial para o distrito, pois propicia à diversificação das atividades, destacando-se a agricultura, pecuária, pesca, caça, comércio, carpintaria, para além da presença da exploração industrial do lusalite, betão, gado leiteiro e recursos florestais, entretanto, a maior parte da população dedica-se a atividade agrícola.

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (2004-2013) – PEDTM (2004-2013) classifica esta região como uma Área Prioritária de Investimento em Turismo (APIT) do tipo A/B³, fazem parte deste grupo, áreas com limitado desenvolvimento turístico, com modestas infra-estruturas e fluxos turísticos. De acordo com MAE (2005) a costa do distrito abrange a Zona Turística de Sofala, que entre as várias praias que possui, destacam-se a praia da Beira, Sofala e Savane.

Face ao exposto, observa-se que Dondo é um distrito onde as comunidades contam com vantagens no sentido de agregarem às suas atividades, o turismo, visto que a região possui atributos potenciais que favorecem a integração do turismo ao conjunto de

³ Áreas Prioritárias para Investimentos em Turismo são regiões que foram concebidas como destinos ou potenciais destinos em função de critérios como distância, máximo potencial de produto e marketing, densidade populacional, infra-estrutura e acesso, acomodação, ligação com iniciativa econômica nacional e áreas de importância estratégica nacional, com vista a criar uma plataforma espacial para garantir melhor planificação e alocação de recursos para o desenvolvimento do turismo em Moçambique (Moçambique, 2004).

atividades tradicionalmente praticadas pelas comunidades, além de apresentar uma localização favorável para a implementação de um modelo de desenvolvimento de turismo de base local, fato que não se verifica amplamente no local. Nesta perspectiva questiona-se:

Quais são os fatores que condicionam a implantação do turismo de base comunitária no Distrito de Dondo?

Para compreensão do objeto em estudo definiu-se como objetivo geral, analisar as potencialidades para a implantação do turismo de base local no Distrito de Dondo, avaliando até que ponto a realidade local possibilita a inclusão da comunidade na gestão dos recursos turísticos locais.

Assim, foram delineados como objetivos específicos os seguintes: **(a)** Mostrar a inserção do turismo de base local no atual contexto de desenvolvimento rural; **(b)** Identificar e organizar sistematicamente os fatores que condicionam a implementação do turismo de base comunitária no Distrito de Dondo; **(c)** Verificar até que ponto a área estudada corresponde aos condicionantes identificados, mostrando como o turismo de base local pode ser melhor incentivado.

A motivação subjacente a escolha do tema, insere-se dentro do atual contexto do desenvolvimento rural, onde o turismo se apresenta como uma atividade e fenômeno social, que pode possibilitar a valorização e revitalização dos recursos naturais e culturais, dos produtos agrícolas e das infra-estruturas rurais, contribuindo desta forma, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Também constituiu motivação a necessidade de despertar a atenção dos agentes de desenvolvimento, gestores públicos e outras partes interessadas no setor de turismo em Moçambique e, de modo particular no distrito de Dondo, para modelos alternativos de turismo em detrimento do turismo de massa, cujos custos socioambientais e culturais são elevados, ademais os benefícios não alcançam as comunidades locais de forma efetiva. Cabe frisar, que o turismo de massa é um segmento fortemente protagonizado e estimulado pelos agentes públicos no setor de turismo em Moçambique.

É de notar que a área de estudo (distrito de Dondo - Moçambique) é uma região rural periférica, onde a agricultura constitui a principal atividade exercida pela maior parte da população ativa, embora ocorram outras atividades complementares em paralelo. Mesmo assim, o turismo não tem sido apostado como opção para diversificar as atividades das comunidades rurais de modo planejado e integrado, verificando-se práticas isoladas e incipientes.

Assim, os resultados da pesquisa proporcionarão uma base de informações para um planejamento integrado do TBL no distrito de Dondo, tendo sempre em consideração a atividade como uma oportunidade para a inovação no aproveitamento dos recursos produtivos locais.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa contribuirão também, para orientar as ações do governo local na elaboração de políticas públicas, planos, programas e estratégias de desenvolvimento específico ao TBL, que fomentem a participação ativa da comunidade na melhoria de sua qualidade de vida.

Convém ressaltar, que os resultados do estudo podem estimular a materialização das ações propostas no PEDTM (2004-2013) no que concernem as ações propostas para as APIT do tipo A/B (nesse caso o distrito de Dondo) nomeadamente desenvolvimento de novos produtos, planificação integrada, infra-estruturas e serviços, promoção de investimentos e sensibilização.

Neste sentido, para a análise do objeto em estudo adotou-se um percurso metodológico de natureza qualitativa, tanto pelos procedimentos e tratamento de dados, como também, pela abordagem crítica que norteou a pesquisa. É de referir que a construção crítica foi feita observando-se os processos inerentes ao turismo de base local e desenvolvimento rural, e sua inserção no distrito de Dondo, área selecionada para o estudo.

Conforme Minayo (1999) a abordagem crítica se preocupa com a apreensão da realidade, se orienta pelo princípio do conflito e da contradição como elementos constituintes da realidade, visando também o conhecimento dos processos e não somente das estruturas. E conforme o Prof. José Joaquim Soares⁴ a abordagem qualitativa é descritiva e preocupa-se com o processo e não só com o produto, o que também é referenciado por Fachin (2003).

Desse modo, a análise sobre o turismo de base comunitária no processo de desenvolvimento rural no distrito de Dondo, seguiu uma abordagem geográfica e sociológica, buscando a compreensão sócio-espacial do fenómeno. Assim, adotou-se como base de análise a realidade espacial, entendido na óptica de Santos (1988, p.10) como “um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento”.

Nesta perspectiva, a pesquisa caracteriza-se como descritivo-exploratória e conforme Rodrigues (2006), a pesquisa exploratória busca o aprimoramento das idéias para

⁴ Prof. José Joaquim Soares. Metodologia de Trabalho Científico. Disponível em www.jjsoares.com/media/.../Pesquisa%20_Científica_novo.doc, Acesso em 09 Nov. 2010.

melhor definição dos objetivos, problema, delimitação do tema, assim como melhor conhecimento sobre o assunto a pesquisar.

O mesmo autor também se refere a pesquisa descritiva como aquela que “é realizada para descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis” (RODRIGUES, 2006, p. 90). Conforme Best (1973, p.12-13 *apud* MARCONI & LAKATOS, 1996) o estudo descritivo “delinea o que é”, ele centra-se na descrição, registro, análise e interpretação dos fenômenos. Fato que se aplica nesta pesquisa, uma vez que busca descrever de forma crítica o processo inerente a implantação do turismo de base local no distrito Dondo.

Para o conhecimento da realidade do fenômeno na área de estudo, foram considerados como sujeitos de pesquisa, os líderes comunitários e agentes públicos que atuam no setor turístico.

Considerando que os sujeitos da pesquisa não compõem uma população grande estatisticamente, a seleção das amostras obedeceu ao critério de amostragem não probabilista. Assim sendo, a amostra é do tipo não probabilista intencional ou racional. Richardson (1999) afirma que a amostragem não probabilista intencional ou racional é aquela em que os elementos da amostra são selecionados de acordo com as especificidades do problema, hipótese, bem como das variáveis estabelecidas no plano de pesquisa.

Marconi e Lakatos (1996) referem que neste tipo de amostragem, o pesquisador busca a opinião de determinados elementos da população, o pesquisador não se dirige as massas, mas sim àqueles que no seu entender, pelo cargo ocupado, função desempenhada, prestígio social, exercem funções de líderes de opinião da comunidade.

Nesta linha de raciocínio, a amostragem não-probabilista intencional, mostrou-se como apropriada para o grupo acima especificado, porque as informações sobre a aplicação dos planos, bem como a implementação dos programas e atuação da comunidade no turismo, deverão provir das entidades que trabalham diretamente nestes setores, pois só elas conhecem-nas em profundidade. Os líderes comunitários são indivíduos que estão em permanente convivência com a comunidade e conhecem o entorno que as envolve, fato que os elege como formadores de opinião da comunidade.

Constituíram procedimentos metodológicos para apreensão do objeto estudado, as técnicas de pesquisas seguintes: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas e observação.

- *Pesquisa Bibliográfica*

Consistiu na busca, leitura e análise das diversas abordagens sobre o tema em fontes como livros, dissertações, monografias e artigos científicos com vista a criar uma base teórica que sustentou a pesquisa. A leitura incidiu sobre temáticas como turismo de base comunitária, desenvolvimento rural, desenvolvimento local, capital social, inovação e metodologia de pesquisa.

- *Pesquisa Documental*

Baseou-se na consulta de documentos como relatórios, anuários estatísticos, plano de desenvolvimento do distrito, política e planos de desenvolvimento do turismo como forma de obter informações referentes aos grupos comunitários que praticam a atividade turística, em particular, e outras atividades características do espaço rural, como a agricultura e outras atividade afins, isto, com o objetivo de compreender e mostrar a realidade da área de estudo.

- *Entrevista*

As entrevistas tiveram um caráter semi-estruturado e foram dirigidas aos líderes comunitários, agentes públicos e organizações associativas que trabalham na área de turismo. De acordo com Marconi e Lakatos (2001), entrevista é uma conversação efetuada de maneira metódica que proporciona ao entrevistador, informações necessárias a pesquisa.

As entrevistas dirigidas aos agentes públicos centraram-se em aspectos relacionados ao esforço empreendido pelos mesmos para o desenvolvimento do turismo e das atividades características do espaço rural na área de estudo, por exemplo, os investimentos aplicados em turismo, formas de incentivo às comunidades na prática do turismo, nível de implementação das estratégias e planos de desenvolvimento do turismo, formas de participação da comunidade na gestão dos recursos locais, entre outros aspectos relevantes para a compreensão da realidade da área de estudo (Apêndice A).

Às que se destinaram aos líderes comunitários visaram à obtenção de informações relacionadas ao nível de conhecimento sobre turismo, experiências de turismo de base comunitária existentes, interesse da comunidade pelo turismo e entre outras questões que auxiliaram na resposta do problema

- *Observação*

De acordo com Rodrigues (2006) esta técnica consiste na coleta de dados a partir da observação e do registro de forma direta do fato estudado. Foi realizada uma observação sistemática não participante, utilizando-se para tal um roteiro previamente estruturado onde foram listados os fatos identificados (Apêndice C).

Com a observação pretendia-se identificar e listar os elementos existentes na área de estudo que mostram as oportunidades e forças, assim como, às ameaças e fraquezas existentes para o desenvolvimento do turismo de base local, para além de confrontar/confirmar os elementos identificados nas entrevistas.

Considerando que a pesquisa é de natureza qualitativa, a análise e interpretação dos dados procedeu-se com base em método e técnicas apropriadas para o efeito, alicerçados em softwares que possibilitaram a organização e interpretação dos mesmos.

Para agrupar de forma sistemática e categorizada os elementos que possibilitam a ocorrência de um fenômeno, nesse caso o turismo de base comunitária, torna-se necessário a descrição, bem como a redução em categorias não identificáveis, as diversas variáveis identificáveis (CORRAR, et al, 2009).

Assim foram identificadas e agrupadas as diferentes variáveis que correspondem aos determinantes para implementação do TBL, de seguida estas foram reduzidas em categorias menores em função da relação que se estabeleceram entre elas.

A análise de dados foi realizada com base na técnica de análise conteúdo proposta por Bardin (2010). A aplicação deste método tinha como objetivo à formulação das diferentes categorias de fatores que condicionam a implantação do TBL no espaço rural.

Assim, fez-se uma descrição analítica com base no conteúdo das mensagens dos resultados das entrevistas e observação. Para a codificação das variáveis utilizou-se a análise categorial, que é um método, que “auxilia quando se pretende introduzir uma ordem segundo determinados critérios, a desordem aparente” (BARDIN, 2010, p. 35). Desse modo variáveis de estudo foram classificadas e codificadas segundo a frequência de presença ou ausência das mesmas, o que significa que, as respostas dos entrevistados foram codificadas de modo a definir categorias de conceitos que descrevem o TBL no distrito de Dondo em função das dimensões de análise descritas no Quadro 1.

Conforme Flick (2009) um dos objetivos da codificação é a categorização do material em análise de modo a reduzir o texto original e chegar a uma interpretação que dê a conhecer a natureza do fato estudado.

As categorias de análise estabelecidas no Quadro 1 serviram de marco orientador para a coleta e análise dos dados. Depois da classificação e codificação das variáveis, foram estabelecidas categorias de fatores que condicionam a implementação do TBC no distrito de Dondo, em função das relações de semelhanças dos códigos (variáveis codificadas) extraídos das respostas dos sujeitos de pesquisa.

Quadro 1: Dimensões de Análise dos Determinantes para a Implantação do Turismo de Base Local em Regiões Periféricas

Dimensões de Análise	Variáveis observáveis
Político institucional	Características inerentes aos processos e relações subjacentes a atuação dos atores ou agentes intervenientes para implementação do turismo de base comunitária. Além de processos e instrumentos de gerenciamento
Sustentabilidade ambiental	Elementos característicos e inerentes a integridade do meio natural
Sustentabilidade social	Elementos característicos das relações sociais, que se cingem na liberdade do exercício da cidadania e ações reduzem as diferenças sociais no espaço rural
Sustentabilidade cultural	Elementos característicos das manifestações culturais rurais que reforçam e valorizam a identidade, o modo de vida rural e a participação da comunidade no processo de gestão dos recursos locais.
Sustentabilidade econômica	Elementos referentes processos e ações referentes ao manejo dos recursos produtivos rurais
Sustentabilidade espacial	Elementos que remetem a estrutura do espaço rural e de modo específico os assentamentos turísticos

Fonte: Dados da pesquisa

O presente trabalho obedece à seguinte estrutura: Introdução, onde são apresentados os objetivos, o problemas, os procedimentos metodológicos bem como a contextualização do objeto estudado; capítulo um (1), onde se faz o enquadramento teórico do turismo de base local no contexto atual do desenvolvimento rural; capítulo dois (2), descreve o processo de produção do espaço turístico; capítulo três (3), retrata a inserção do turismo de base local na área de estudo; capítulo quatro (4), são analisados os fatores para implementação do turismo de base local segundo os princípios de sustentabilidade (as dimensões de análise) em função da realidade da área de estudo; capítulo cinco (5) faz-se uma breve crítica ao Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique e, por fim se apresentam as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 O DESENVOLVIMENTO RURAL E O TURISMO DE BASE LOCAL EM REGIÕES PERIFÉRICAS: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL CONTEXTUALIZADA

2.1 DESENVOLVIMENTO *VERSUS* SUBDESENVOLVIMENTO: BREVE CONCEITUAÇÃO

Considerando que o estudo será focalizado na análise dos fatores que condicionam a implementação do turismo de base local em regiões periféricas, é necessário retratar brevemente a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento e mostrar o entendimento de regiões periféricas para esta pesquisa.

Desenvolvimento é um conceito de natureza complexa, que desafia a própria definição (COWEN & SHENTON, 1996), contudo o termo desenvolvimento é comumente usado para se referir a um processo em que as sociedades são submetidas às metas ou resultados desse processo, isto é, o alcance das metas ou resultados concretiza-se no estado ou condição de desenvolvimento, sendo também utilizado para descrever os países em nível mundial.

Conforme Singer (1982) a teoria do desenvolvimento surgiu entre os anos 40, no âmbito de debates acadêmicos do mundo capitalista cujos interesses centravam-se na rejeição da teoria marxista⁵, bem como na busca por meios pelos quais os países capitalistas industrializados pudessem ajudar as suas ex-colônias e as demais regiões “atrasadas” a se industrializar e enriquecer. Assim, a noção de desenvolvimento repousou sobre a idéia de progresso com base no percurso adotado pelos países considerados “avançados”, pois, se buscou explicar o desenvolvimento segundo o processo histórico que estes países passaram para se industrializar e enriquecer a luz das proposições macroeconômicas da época. Desse modo, o desenvolvimento foi entendido como resultado do progresso gerado pela revolução industrial nos países da Europa Central e Ocidental, América do Norte, Japão etc. sendo a escassez do capital a causa do atraso ou subdesenvolvimento.

Esta visão levou a que os países “ricos” concentrassem seus esforços na criação de mecanismos que viabilizassem a transferência de capitais para os países “pobres” de modo a torná-los industrializados e ricos. Dessa forma, o desenvolvimento foi assumido como um

⁵ A teoria marxista deriva da premissa de que cada modo de produção tem suas próprias leis econômicas que só adquirem sentido no contexto histórico apropriado [...] pensadores marxistas sempre se preocuparam, desde o início do século passado com as economias dos países subdesenvolvidos, com o impacto da expansão capitalistas sobre as diversas economias pré-capitalistas existentes fora da Europa central e ocidental.

processo que ocorreria em etapas, onde se estaria numa primeira fase na condição de pré-capitalista e posteriormente capitalista, segundo o processo de transformação que ocorreu nos países capitalistas. Foi à luz desta ideologia que a teoria de desenvolvimento foi concebida, tendo se verificado a implementação de várias políticas econômicas para transferência de capitais e exploração dos recursos nas regiões periféricas ao mundo capitalista, com a finalidade de industrializar e enriquecer as mesmas (SINGER, 1982).

Nas divergentes discussões para o entendimento do desenvolvimento, destacam-se duas correntes acadêmicas, nomeadamente as que identificam desenvolvimento com crescimento econômico e as que distinguem desenvolvimento de crescimento econômico. Assim, sob a perspectiva de crescimento econômico, os países considerados desenvolvidos apresentam um crescimento econômico gerado por toda uma conjuntura impulsionada pela industrialização, sendo que, as regiões que não cresceram nos padrões das capitalistas é que se concebem como subdesenvolvidos.

Conforme Singer (1982, p. 22) os autores que defendem essa corrente definem um país subdesenvolvido como “aquele que não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe ou, num sentido dinâmico, sua economia cresce menos do que poderia crescer”. Estes países, se caracterizam pela predominância da produção primária, pressão populacional, recursos naturais subaproveitados, população economicamente atrasada, deficiência de capitais, orientação para o comércio exterior etc. Nesta perspectiva, basta aos países subdesenvolvidos utilizarem plenamente os seus fatores de produção para chegarem ao desenvolvimento, já alcançado pelos países capitalistas, como Singer constata

A mera apresentação destas características já mostra que os autores não possuem uma visão integrada da economia subdesenvolvida [...] do mesmo modo que criança é homem em projeto, os países subdesenvolvidos são desenvolvidos em potencial, bastando para a realização de suas potencialidades que o caminho seja desobstruído de obstáculos que impedem que a natureza siga o seu curso. O que há no fundo desta abordagem do problema é a concepção de que a dinâmica econômica é invariavelmente a mesma em seus fundamentos [...] Como se vê por esta concepção o crescimento econômico é um processo contínuo de progresso científico e sua aplicação a técnica de produção, mediante aplicação de capital. Não se pode negar a veracidade desta proposição. Mas é possível indagar se o nível de abstração em que ela é verdadeira é adequado à compreensão de por que o ‘ progresso da civilização’ não se verificou uniformemente em todas as regiões habitadas do globo, porém se concentrou em alguns poucos países (SINGER, 1982, p. 22).

Ora, se o espaço entendido como “um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento” (SANTOS, 1988, p. 10), é inconcebível a idéia de que os países subdesenvolvidos alcançarão o estágio de

desenvolvimento dos países desenvolvidos se pautarem pelos caminhos para o progresso enveredado pelos mesmos, como refere Singer (1982, p.14) “não basta aos países “novos” apreender as lições decorrentes da industrialização que se deu antes de 1914, para poder repetir o processo nos dias que correm”. Dessa forma, compreende-se, que os países desenvolvidos não ficarão estáticos ou estagnados no tempo esperando que os subdesenvolvidos atinjam os níveis de desenvolvimento por eles alcançados, pois, em momento algum a realidade social de qualquer região se mostrou estática, ela está em constante transformação em função de novas formas e relações que se estabelecem no espaço à medida que a sociedade age sobre o espaço, dando vida e valor as formas espaciais, como afirma Santos (1988, p. 71) “a sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhes uma função que, ao longo da história, vai mudando”.

Nesta perspectiva, compreende-se que o progresso ou regresso, ou seja, as mudanças não param de ocorrer, no entanto, a natureza dessas mudanças são diferentes de região para região, isto é, as mudanças que ocorrem em sociedades desenvolvidas são diferentes das que ocorrem nas sociedades subdesenvolvidas, de mesmo modo que são diferentes mesmo entre as regiões subdesenvolvidas (TEFLER & SHARPLEY, 2008).

Assim, para o presente estudo são consideradas regiões periféricas os países ou regiões a margem ou periféricos ao modelo central de desenvolvimento das regiões capitalistas, modelo que se instituiu e fortaleceu segundo a perspectiva de desenvolvimento como crescimento econômico.

O conceito de desenvolvimento econômico na perspectiva acima referenciada, remete a um processo de expansão quantitativa. Enfatizando-se a combinação de alguns indicadores econômicos e sociais tais como: crescimento de renda per capita, índice de urbanização e de proporção do sector industrial na formação do produto interno bruto, taxa de mortalidade infantil, níveis de esperança de vida a, nascença etc., porém, estes indicadores mais objetivos não refletem os aspectos qualitativos da condição humana.

Em oposição a este modelo, destaca-se o debate trazido pela corrente de acadêmicos que distinguem o desenvolvimento de crescimento, que entendem o desenvolvimento como um processo de transformação qualitativa da sociedade.

Nos últimos anos, vários autores têm tratado deste tema e proposto novos conceitos. Sen (2000), por exemplo, argumenta que a análise do desenvolvimento tem que reconhecer que a liberdade é, ao mesmo tempo, o objetivo básico e o principal meio do desenvolvimento. Ainda acrescenta que não se consegue a liberdade, por conseguinte o desenvolvimento, sem a igualdade. Segundo o autor

A expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento. Podemos chamá-los, respectivamente, o “o papel constitutivo” e o “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento. O Papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve expansão dessas e outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação tem de basear-se nessa consideração (SEN, 2000, p.52).

Rodrigues (1997, p.10) considera que “palavras velhas não servem a coisas novas”, a esta afirmação a autora vincula ao vocábulo *desenvolvimento*, um significado muito maior do que o tradicional, que não se refere ao desenvolvimento apenas como sendo sinônimo de crescimento econômico e de regulação na distribuição de renda. Pode ser que uma sociedade apresente um crescimento nos seus indicadores econômicos, mas se este crescimento não se reflete sobre a qualidade de vida da população, proporcionando a satisfação das necessidades humanas fundamentais, de pouco serve, porque só mediante a satisfação destas necessidades que os indivíduos se sentirão como agentes livres para participar da vida social, logo “a economia não é tudo sem eficácia social” (Ibidem).

Sen (2000) sublinha que o desenvolvimento é mais do que o resultados de indicadores objetivos, é liberdade (direito de fazer escolha e ter acesso aos direitos econômicos, políticos e ao desenvolvimento social), equidade (direito a oportunidades iguais) e crescimento (aumento da capacidade produtiva, da produção de bens e serviços). Como Max-Niff (1998) afirma, o melhor processo de desenvolvimento é aquele que permite elevar a qualidade de vida das pessoas, sendo que a qualidade de vida depende necessariamente das possibilidades que as pessoas têm de satisfazer as suas necessidades humanas fundamentais.

Assim, Lemos (1999) define o desenvolvimento como o aumento do PIB *per capita* resultantes da combinação efetiva dos fatores de produção, acompanhado pela melhoria de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia.

O desenvolvimento exige consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também do espaço natural e social, significa o desenvolvimento das potencialidades humanas e a consolidação pela cidadania.

Nesta perspectiva o indivíduo em vez de objeto, torna-se o sujeito e protagonista real no processo de desenvolvimento, ele se insere como um agente livre para promover a melhoria de sua qualidade de vida. O desenvolvimento na escala humana, ou seja, na

perspectiva do sujeito, requer a consideração das necessidades humanas, a autodependência e articulações orgânicas⁶ baseadas nas especificidades locais. No entanto, tal protagonismo só é possível mediante o processo de democratização que permite uma participação direta e ativa do indivíduo e que resulte num modelo de atuação de baixo para cima capaz de refletir as necessidades reais dos mesmos (MAX-NIFF, 1998).

Assim, o discurso sobre o desenvolvimento rural nesta pesquisa, se orientará a luz dos preceitos do desenvolvimento na perspectiva do sujeito, onde a liberdade das pessoas agindo individualmente e coletivamente, e a satisfação das necessidades humanas fundamentais são tidas como motor fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL E TURISMO DE BASE LOCAL: CONCEITO E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Falar de desenvolvimento rural é complexo, assim como é, qualquer temática relacionada ao termo desenvolvimento, uma vez que este se constitui num processo, sendo o seu estudo feito por meio de simplificação mental para a sua compreensão (KAGEYAMA, 2004). Parafraseando Abramovay (2003), o estudo do desenvolvimento rural traduz-se na compreensão do “processo desenvolvimento” no contexto rural.

Historicamente, as áreas rurais eram tidas como opostas ao meio urbano. Constituíam-se no espaço onde dominavam as atividades agropecuárias, demarcadas pela baixa densidade populacional, grande extensão de espaço natural, migração da população, entre outros fatores determinados por indicadores como tamanho das comunidades, heterogeneidade e homogeneidade populacional, mobilidade social, sistema de integração social. Espaços assumidos como um resíduo espacial frente ao processo de urbanização. Ainda nesta perspectiva Gómez (2006) afirma o seguinte

[...] de outro lado, o meio rural, seja nos países desenvolvidos, seja nos subdesenvolvidos, sempre aparece como o “parente pobre” do meio urbano, o âmbito em que os benefícios do desenvolvimento são menores ou inexistentes. Níveis de renda baixos, padrões de vida e de consumo restritos, processos produtivos menos intensivos em capital, pior remuneração nos empregos, acessibilidade reduzida a certos bens e serviços, difusão precária das novas tecnologias, limitada mobilidade social, cultura tradicional e conservadora são características gerais que qualificariam tanto um país subdesenvolvido, em

⁶ Entende-se por articulação orgânica, as relações que se estabelecem entre os seres humanos com a natureza, as tecnologias globais com as locais, o indivíduo com o social, a planificação baseada na autonomia da sociedade civil com o Estado.

comparação com um país desenvolvido, como o meio rural frente ao meio urbano (GÓMEZ, 2006, p.29-30).

Atualmente um novo olhar tem se lançado sobre o rural, verificando-se uma reconversão dos “defeitos” em “qualidades” os vazios populacionais, a subutilização dos recursos naturais, são hoje assumidos como elementos capazes de proporcionar tranquilidade, um ambiente saudável comparado ao estresse da vida urbana, os traços culturais e o modo de vida rural antes tidos como rústicos e “atrasados”, hoje representam a força da identidade e riqueza cultural da população.

...o rural como lugar de oportunidades. Nesse sentido, através de uma reconversão dos defeitos em virtudes, o rural aparece como um lugar carregado de potencialidades, as quais, devidamente articuladas, lhe permitiriam atingir estágios mais elevados de desenvolvimento. O isolamento tradicional do meio rural se tornaria um atrativo, quando pensado como alternativa ao estresse vivido nas grandes aglomerações urbanas. A menor remuneração da força de trabalho viraria vantagem comparativa, na hora de instalar novos empreendimentos produtivos. O tradicionalismo que impregna as relações sociais ofereceria o contraponto de relações sociais e pessoais mais estreitas, maior conhecimento e laços de confiança e solidariedade entre as pessoas. Enfim, todos eles importantes fatores de atração, tanto para fixar residência como para a localização de empreendimentos empresariais, no meio rural, dentro das novas formas de produção mais flexíveis e descentralizadas. O meio rural é “reabilitado” como lugar dinâmico, susceptível de promover um desenvolvimento de características particulares, porém com possibilidades de integrar-se plenamente, na dinâmica produtiva da sociedade (GÓMEZ, 2006, p.30-31)

Neste contexto, pesquisadores como Veiga (2002), Abramovay (2003), Kageyama (2003, 2004), mostram que atualmente o conceito de rural não se atém ao agropecuário e as divisões estritas do rural e urbano ou aos limites geográficos. A nova idéia do rural focaliza o território como sustento do aparato físico, bem como, dos fluxos econômicos e sociais, e a multifuncionalidade nas diversas formas de utilização dos recursos no meio rural.

É consenso entre os diversos autores, que se dedicam à temática, de que o desenvolvimento rural prima pela busca de novos caminhos para a melhoria da qualidade das comunidades rurais, alicerçados na diversificação das atividades das famílias rurais e das funções do espaço rural, utilização de tecnologias inovadoras na atividade agrícola, sinergias entre as forças locais e regionais, valorização da economia de escopo em detrimento da economia de escalas (NAVARRO, 2002; CAVACO, 2004) .

O atual enfoque desenvolvimento rural deu-se em função da necessidade de reorientação da política agrícola europeia, a Política Agrícola Comum - PAC que foi adotada na Europa, de modo particular nos países da União Europeia a partir de 1960 cuja implementação teve início em 1962. Era um modelo produtivista orientado para o crescimento da capacidade produtiva, tinha como objetivo melhorar a estrutura de produção para aumentar a produtividade e os rendimentos do trabalho agrícola, e por via disso,

melhorar a renda e a qualidade de vida da população rural. Para tal, foram realizadas todas as transformações necessárias no setor agropecuário com a aplicação das novas tecnologias disponibilizadas pela Revolução Verde para o fomento da produção (LOCATEL, 2006).

A implementação destas medidas trouxe várias transformações no cenário agrário e rural Europeu, se por um lado verificou-se o incremento de vantagens competitivas e o aumento da produtividade, melhor inserção no mercado devido à modernização da agricultura, por outro lado, ocorreu a marginalização de algumas regiões que não se mostraram viáveis economicamente ou que não se beneficiaram de políticas específicas para sua integração no processo de reestruturação agrária vigente na época, acentuando desta forma as desigualdades regionais. Cabe ressaltar que nesse período a agricultura e o rural eram assumidos como sinônimos, sendo que o meio rural tinha a função essencialmente agrícola, as áreas rurais eram vistas como espaços periféricos e atrasados, tendo se gerado uma visão dicotômica campo-cidade. (LOCATEL, 2006)

De acordo com Sacco dos Anjos (2003) a partir da década de 1990 o rural e a filosofia para o seu desenvolvimento ganharam um novo direcionamento pelo reconhecimento, de um lado, os problemas criados pela agricultura intensiva e, de outro, a multifuncionalidade do espaço rural (funções produtivas, papel no equilíbrio ecológico e suporte às atividades de recreação e preservação da paisagem).

Embora em contextos diferenciados, estas transformações na visão do rural como no foco de desenvolvimento para estas áreas, também foram vivenciadas em regiões periféricas como a América Latina, a África e de modo particular a África Austral (região em que se insere a área de estudo do presente trabalho), uma vez que, muitas vezes os países destas regiões, por questões conjunturais e estruturais, vivem a “mercê” das ações e políticas de desenvolvimento emanadas dos órgãos e grandes corporações das regiões hegemônicas.

Moçambique vive reformas agrárias desde a década de 1990. O governo tanto em nível central como local, buscou implementar atividades de extensão, incorporação de tecnologias a partir da revolução verde, produção de combustíveis orgânicos, este último ficou conhecido como projeto JATROFA com vista a promover o desenvolvimento no meio rural. Porém, todos estes programas ficaram fadados ao fracasso por resultarem de transposição de programas sem respeitar as especificidades locais. Atualmente a estratégia para o desenvolvimento rural assenta-se sobre o processo de gestão de baixo para cima, tendo o distrito como a base de planejamento de toda ação do Estado devido à diversidade de recursos existentes nestas regiões, e por se constituir o nível onde os reais problemas das comunidades se manifestam (MOÇAMBIQUE, 2007).

Na perspectiva de Ellis (2001) o habitante rural tem um papel crucial na definição das alternativas viáveis para a melhoria da sua qualidade de vida, sendo necessário que as ações inerentes ao processo o tornem autor do seu próprio desenvolvimento, visão também partilhada por Schneider (2004)

Nesta nova abordagem do desenvolvimento rural ganha especial relevo o papel dos agricultores, que passam a orientar as suas práticas produtiva não mais segundo o padrão agricultor-empresário profissional mas, crescentemente, para um modelo de agricultor-camponês, que é autônomo, domina tecnologias, toma decisões, controla e gestiona processos, enfim, decide sobre seu modo de viver e trabalhar nos marcos de uma sociedade capitalista (SCHNEIDER, 2004, p.96).

Ainda sobre esse assunto, Locatel observa que:

A perspectiva de análise do espaço rural tem mudado e as políticas públicas, aos poucos, têm procurado reconhecer o caráter multifuncional dos espaços rurais. A base marcadamente produtivista-agrária, remanescente da modernização da agricultura, tem sido substituída pela perspectiva territorial e funcionalmente diversificada, no intuito de se dar conta da complexidade dos espaços rurais. A implementação de políticas que tenham como princípio a valorização dos recursos locais, tanto humanos, por meio da capacitação (formação e educação), como de base territorial é de extrema importância. Também é necessária uma maior participação dos agentes diretamente envolvidos no processo e a redução de conflitos sócio-políticos que têm dificultado a implantação de práticas que resultem na melhoria das condições de vida da maioria da população (LOCATEL, 2006, p.6).

Feitas estas observações pode se compreender que, ainda que a agricultura seja uma atividade importante no meio rural, ela não deve se constituir na única força motora, há necessidade de se criar oportunidades para geração de novas formas de ocupação das famílias rurais que possibilite a diversificação das fontes de renda e melhoria na qualidade de vida das mesmas, bem como agregação de outras funcionalidades decorrentes das especificidades locais como afirma Van Depoele (apud KAGEYAMA, 2004, p.386) “uma política de desenvolvimento rural deve ser multisetorial e, com base num enfoque territorial, deve contribuir para uma maior coesão econômica e social”.

SCHNEIDER (2001, p. 98), a luz das abordagens de autores como Veiga, Ploeg et al e Ellis, define o desenvolvimento rural como “um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas, e ambientais no âmbito do espaço rural, para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem estar das populações rurais”. Em Veiga (2001) são identificados como elementos fundamentais para o desenvolvimento rural, a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias de territórios e incentivo por parte do poder público a formação de arranjos institucionais locais como elementos-chave no processo. Ainda nesta perspectiva Locatel considera que,

O novo enfoque do desenvolvimento rural requer uma abordagem por unidade territorial. No entanto, devido à grande diversidade rural se faz necessário considerar que a abordagem do desenvolvimento não pode e nem deve ser a mesma para todas as unidades territoriais. Assim, não se deve pensar em transposição de programas de uma realidade a outra. O que se pode fazer é a adoção dos mesmos paradigmas científicos e de elementos de intervenção e, a partir daí, criar um conjunto de medidas de intervenção adequadas à realidade territorial em que serão aplicadas. Há que se destacar que o poder público por si só não tem a capacidade de gerar respostas e soluções a todos os problemas, especialmente para áreas mais desfavorecidas ou de maior atraso relativo. Assim, os aspectos mais importantes da concepção atual de desenvolvimento rural são seu enfoque como processo, a referência territorial e o estímulo a participação direta dos atores sociais. As potencialidades de cada território devem ser plenamente aproveitadas, observando-se os limites e evitando-se o comprometimento da qualidade dos recursos naturais (LOCATEL, 2006, p.8).

Como foi visto, uma das características do desenvolvimento rural é a multisetorialidade, fato que o torna um “processo intrinsecamente local e regional” (Veiga, 2001), uma vez que, ele se alicerça sobre o território onde a estrutura física e os fluxos socioeconômicos se sustentam, isto é, o lugar onde ocorre a interação entre os diversos agentes, visão também partilhada por Campanhola e Graziano da Silva (2000). Assim, cabe aqui retratar os enfoques do desenvolvimento na perspectiva local e regional, visto que estes constituem condicionantes para o desenvolvimento rural, pois para além da base territorial, o desenvolvimento rural deve se orientar em nível local e regional.

Martins (2002, p.51) considera que o desenvolvimento local é “um produto da iniciativa compartilhada, da inovação local e do empreendedorismo comunitários” como argumentam Campanhola e Graziano da Silva (2000), é no local onde se verificam as redes de relações sociais, é onde se manifestam e se consolidam a identidade e a cultura das comunidades, bem como outros elementos intransmissíveis. Para os autores

Representa, assim, o lugar de encontro das relações de mercado e formas de regulação social, que por sua vez determinam formas diferentes de organização da produção e diferentes capacidades inovadoras, tanto para produtos como para processos, levando a uma diversificação de produtos apresentados ao mercado não simplesmente com base no custo relativo dos fatores (CAMPANHOLA, GRAZIANO DA SILVA, 2000, p.13)

É consensual entre os pesquisadores de que o desenvolvimento local é de natureza endógena, uma vez que, ele se constitui com base nas forças internas da sociedade. A estratégia para a sua materialização passa pela visão holística e integrada de todas as dimensões, nomeadamente a ecológica, cultural, social, econômica, institucional e política como referem Rodrigues (1997) e Martins (2002).

Pesquisadores que se debruçam sobre a temática, consideram que o desenvolvimento local requer ações proativas que partem da base ao topo (estratégias *bottom/up*). É imprescindível a participação ativa e integrada dos atores locais, eles devem posicionar-se como os protagonistas do seu próprio desenvolvimento, o que não significa que, o processo seja exclusivo à localidade.

As abordagens atuais sobre o desenvolvimento seja rural ou urbano, mostram a complementaridade entre as dimensões local e regional, uma vez que ambos os processos requerem a conjugação das forças internas e externas do local ou região (AMARAL FILHO, 2001), e tratando-se especificamente do desenvolvimento rural advoga-se a integração entre ambiente rural-urbano, local-regional, traduzindo-se num processo de interação a todos os níveis. Por exemplo, o produtor rural para além de ter o local como fonte de escoamento de sua produção, ele canaliza-a também para as cidades, os moradores das grandes cidades deslocam-se aos espaços rurais em busca da paz, tranquilidade, o ar puro etc., que não encontram nos seus locais de residência.

Rodrigues (1997, p.10) afirma que “refletir sobre o desenvolvimento com base local é negar-se a endossar a política e a economia que originam e reforçam assimetrias, que redistribuem muito aos poucos e o pouco a muitos, gerando e reproduzindo pobreza e exclusão”. O desenvolvimento local remete a idéia de melhoria da qualidade de vida como base nos recursos locais, recursos entendidos na óptica de Santos (2006, p.86), como “toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições)”.

Para Carestiano, (2000) o desenvolvimento local é um processo que permite a construção de poder endógeno para que uma dada comunidade possa liderar a transformação estrutural do seu território, desenvolvendo seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações na busca continua da qualidade de vida de seus indivíduos. Neste conceito, fica óbvio que este processo traduz-se no empoderamento das comunidades de modo que possam participar plenamente nos processos decisórios e de gestão dos recursos locais.

Green (2009) na sua obra *da Pobreza ao Poder* defende a idéia do empoderamento (derivado do inglês *empowerment*) dos indivíduos, bem como, a redistribuição das oportunidades e dos ativos como forma de romper a desigualdade e o ciclo de pobreza. Considera ainda, que o desenvolvimento só pode ser alcançado pela combinação de cidadãos ativos e Estado efetivo.

Entende-se como cidadãos ativos aqueles que têm pleno gozo dos seus direitos e obrigações e exercitam-nos com vista a obter melhor qualidade de vida, participando da vida política ou cívica ou ainda através de ações coletivas que possibilitam a camada excluída da sociedade sejam ouvidas. Estados efetivos, àqueles que são capazes de garantir aos indivíduos, o poder sobre os seus direitos e obrigações conferindo-lhes a possibilidade de exercer a cidadania (GREEN, 2009).

A título de exemplo, Moçambique delegou poderes aos órgãos locais e as autoridades comunitárias como forma de buscar maior envolvimento da comunidade na gestão dos recursos locais. De acordo com os líderes comunitários, as tomadas de decisões sobre os diferentes setores de atividade no distrito de Dondo e, de modo particular, nas áreas que afetam diretamente na vida da comunidade (agricultura, pesca, caça, pecuária, extração do carvão vegetal, etc.) são feitas por meio de um conselho executivo que reúne os representantes legais das comunidades locais, que também se reúnem com a comunidade de modo a conhecer os problemas dos mesmos.

No que respeita a autonomia e a endogenia peculiar ao desenvolvimento local, Aguiar (2007) considera que para que este se afirme há necessidade de

- a) Dimensionar as potencialidades internas ao território;
- b) Habilitar os recursos humanos com vista a aflorar e mobilizar para as suas realizações empreendedoras;
- c) Promover o desenvolvimento a partir de um esforço endógeno e autônomo de organização social; e
- d) Dimensionar a ociosidade dos recursos humanos e naturais e do capital social básico ou economias externas existentes.

O autor refere ainda que, para que esse processo ocorra com base nos pressupostos acima há que criar: **(a)** Um processo de autonomia decisória local e comunitária; **(b)** Uma capacidade local de captação de recursos para investimentos em atividades produtivas e de serviços de forma consciente e com respeito ao meio ambiente; **(c)** Uma sincronia transdisciplinar e multisetorial no território embasado na sustentabilidade; **(d)** Um sentimento de pertença ao território de forma individual e principalmente coletiva.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento local constitui-se num processo socializante, onde as comunidades envolvidas são participantes ativas no processo de desenvolvimento, no entanto, convém observar que o empoderamento das comunidades constitui um dos fatores fundamentais para que a participação da comunidade e

consequentemente a promoção do desenvolvimento ocorra. Prosseguindo neste raciocínio Locatel considera que,

Para implementar o desenvolvimento rural, a partir de uma perspectiva territorial e integral, é fundamental a criação de uma nova institucionalidade, compreendida como estruturas sociais, instituições públicas, regras, organizações, interesses e motivação dos atores sociais inseridos em uma realidade econômica e política, o que constitui a essência do capital social. Para tanto, a ciência, a tecnologia, os recursos financeiros e humanos deverão ser colocados à disposição, com base num processo estruturado de planejamento participativo, esclarecido e dinâmico, no qual a comunidade estabeleça suas metas e defina as etapas do envolvimento dos diversos setores produtivos e da população local. Pensar o desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva territorial exige a elaboração de políticas estruturais que estabeleçam os instrumentos jurídicos, financeiros e formativos, a fim de atingir a todos os tipos de unidades de produção existente no campo. Faz-se necessário o atendimento das necessidades de cada categoria de produtor, para que eles possam gerar mais renda, seja através do ganho de produtividade, do associativismo, ou através de alternativas como a diversificação da renda, a especialização produtiva voltada ao atendimento de nichos de mercados, a agroindustrialização, ou ainda o desenvolvimento da prestação de serviços [...]. Para a criação de uma rede de agentes e uma nova institucionalidade capaz de promover o desenvolvimento rural é necessário que haja uma estrutura mínima de instituições públicas capazes de impulsionar e articular ações e iniciativas inovadoras (LOCATEL, 2006, p.).

Portanto, pode-se compreender que “a política territorial consiste em despertar o potencial para a criação de riquezas, iniciativas e coordenações novas”, como referem Beduchi Filho e Abramovay (2004, p.44). Os autores acrescentam ainda, que o destino dos territórios deixa de se concentrar numa autoridade ou gestão central encarregada de distribuir recursos e passa a depender da capacidade de criação de riquezas que a própria interação entre atores locais é capaz de criar, e é orientado por uma abordagem de gestão policêntrica, dotada de múltiplas instâncias de decisão.

Por exemplo, no âmbito da reforma pública em Moçambique, iniciou em 2003 a descentralização e desconcentração do poder. Tendo se verificado a delegação de poderes aos atores locais, através da constituição de governo em distrital em cada das províncias, além de delegação de poderes aos representantes das comunidades, é o caso de chefes das localidades, dos postos administrativos, dos secretários de bairro e régulos. Cabe ressaltar, que os líderes comunitário foram designados por meio de voto pela própria comunidade (Lei de Órgãos Locais do Estado de 8/2003; MAE, 2005).

É importante destacar que no âmbito das relações seja em nível institucional ou das comunidades, existe sempre possibilidades de ocorrência de conflitos, ou verificar-se a existência de conflitos latentes em função dos interesses das partes.

GÓMEZ (2006, p.38) defende a idéia de que o desenvolvimento se traduz em “uma estratégia de reprodução do capital e de controle social, sendo entendido como um

conjunto de discursos e práticas funcionando como estratégias de controle para manter a ordem social” e, apoiando-se nas construções teóricas de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Dario Melosi e István Mészáros compreendem “o controle social como a tarefa de ordenar a sociedade, impondo-lhe as normas, as funções e os limites apropriados para consolidar o sistema socioeconômico e político vigente”. A partir de uma visão da corrente “pós-desenvolvimento” o autor faz uma crítica as correntes “pró-desenvolvimento” e “contra esse desenvolvimento”⁷, mostrando-as como um discurso continuado e disfarçado que não leva a efetiva melhoria da qualidade de vida das populações senão a consolidação da hegemonia do capital.

A despeito da crítica que o autor faz sobre estas correntes, faz-se necessário apontar os aspectos que o autor levanta ao tratar das questões de poder e conflitos nas relações que se estabelecem nas diferentes escalas em que o processo de desenvolvimento rural se estabelece.

De acordo com GÓMEZ (2006), o desenvolvimento cria os seus arranjos ou mecanismos para sua efetivação em escalas diferenciadas, que também se manifestam de forma diferenciada em cada uma das escalas. Dependendo do nível de análise, estas escalas podem se configurar, por exemplo, como global, regional, local e, o desenvolvimento rural deve considerar essas escalas. Em sua análise o autor compreende escalas como espaços históricos e socialmente construídos que emergem de discursos que re-constroem a realidade e que simultaneamente possibilitam uma implementação mais eficiente das políticas públicas de desenvolvimento. No entanto, questões como interesses diferenciados, relações de poder e a possibilidade de conflitos, que ocorrem ou são passíveis de ocorrer nas diferentes escalas, devem ser tomados em consideração num processo de desenvolvimento rural que pretende abarcar toda a complexidade e diversidade territorial.

Como foi visto, o desenvolvimento rural apregoa a diversificação das atividades, fato que reconfigura as funcionalidades do espaço rural, entre as diretrizes para diversificação das atividades das famílias rurais, consta o estímulo a prática da atividade turística, uma vez que esta é tida como um potencial meio catalisador de recursos, bem como, revitalizador do ambiente rural, da economia, da cultura e do social.

⁷ Montenegro Gómez organiza o conjunto de correntes que discutem o desenvolvimento, agrupando-os em função do foco que cada uma das correntes se inseriu no debate e busca de caminhos para a melhoria de qualidade de vida populações nos diferentes contextos regionais. Na **corrente pró-desenvolvimento**, estão as sub-correntes com ênfase no crescimento econômico, na linha intermediária a corrente com o discurso focalizado na globalização ,e por fim, a corrente com foco no desenvolvimento humano. Na **corrente contra esse desenvolvimento** estão as sub-correntes que enfatizam o seu discurso na teoria da dependência e no desenvolvimento alternativo. E na **corrente contra todo desenvolvimento** se insere a sub-corrente pós-desenvolvimento que critica as duas correntes anteriores.

Vários autores como Kageyama (2004), Candioto (2010), Campanhola e Graziano da Silva (1999, 2000) identificam o turismo como uma atividade potencial para o melhor aproveitamento dos recursos naturais, assim como culturais.

É neste contexto que o presente trabalho discorre sobre as temáticas desenvolvimento rural, desenvolvimento local e regional, turismo de base local, com o intuito de analisar o potencial do distrito de Dondo-Moçambique para a prática do turismo com base local ao mesmo tempo que se procura compreender a realidade social do distrito no âmbito das políticas de desenvolvimento rural implementadas no local.

Diante do exposto, é importante destacar as diversas transformações ocorridas a partir do período pós-segunda Guerra Mundial, tais como: a regulamentação do trabalho, férias remuneradas, redução das horas de trabalho, consumismo crescente, avanço tecnológico, avanços dos meios de comunicação e transportes, com particular destaque ao advento da internet e do transporte aéreo para fins comerciais, quebrando as barreiras impostas pela distância e tempo, possibilitando a comunicação e viagens de longa distância, pois isso tudo condicionou a massificação da atividade turística. Antes reservados as elites, com a massificação, o turismo passou a se constituir num produto produzido em larga escala para atender as necessidades de consumo cada vez mais crescente por viagens motivadas pelo lazer.

Conforme pesquisadores como MACHADO (2007) CAMPANHOLA e SILVA (1999), o turismo é considerado teoricamente como um vetor de desenvolvimento econômico, cultural e social centrando-se sua atratividade na possibilidade de fuga da rotina e do estresse cotidiano, novos conhecimentos, enriquecimento cultural, status, etc., tornando-se desse modo um produto de comercialização bastante significativa e intensiva no contexto da economia mundial e conseqüentemente estratégia para o combate a pobreza e inclusão social.

Na realidade, pela lógica em que o seu desenvolvimento ocorreu, o turismo se mostrou como um elemento que contribuiu para o crescimento das desigualdades sócio-espaciais e intensificação dos problemas ambientais tanto em regiões desenvolvidas como nas subdesenvolvidas. Se por um lado os ganhos econômicos se mostraram maiores, por outro lado os ganhos socioambientais não se revelaram significativos, apresentando custos socioambientais elevados. Como Ouriques observa,

O turismo como um fenômeno moderno e capitalista, estruturou-se a partir de um modelo de desenvolvimento excludente e promotor de desigualdades sócio-espaciais. A atividade turística tem reproduzido ao longo dos anos as contradições do sistema econômico vigente, aguçando a lógica do capital, quando se apropria dos espaços e recursos naturais e culturais neles contidos, transformando-os em atrativos, ou seja, em produto (OURIQUES, 2005, p. 93).

A guisa destes fatos emergiu debates críticos a lógica vigente, isto é, opiniões contrárias a massificação estimulados pela conscientização em relação à necessidade de preservação e conservação dos recursos naturais e culturais, necessidade de modelos que realmente promovessem o turismo não apenas como um instrumento para geração de renda e emprego, mas também como um elemento de integração dos indivíduos a vida social (CORIOLANO, 2005).

A autora considera ainda, que devido à alta capacidade do turismo em transformar o espaço quando se trata de apropriação e uso pelos grupos sociais para fins turísticos, torna-se necessário a adoção de modelos que considerem as características endógenas como principal subsidio para implementação de estratégias e ações no desenvolvimento da atividade, sendo assumindo como um fenômeno social e não somente como mera atividade econômica.

É neste contexto em que emergem os modelos alternativos para o desenvolvimento do turismo, percebidos como formas de desenvolvimento opostas ao modelo tradicional de turismo de massas, sendo o turismo de base local uma das vias consideradas para a prática turística, que de fato promove a inclusão social, com implantação ou incentivo à criação de empreendimentos locais e com uma visão própria de exploração consciente e sustentável voltada ao interesses da escala humana e local.

Porém, esta perspectiva mostra-se complexa pela dificuldade com que se depara ao se tentar implantar um modelo de desenvolvimento turístico alternativo com alicerces nos princípios de sustentabilidade. Convém frisar que estas dificuldades se tornam agravantes em regiões com considerável fragilidade do poder político local, desigualdade social e baixo grau de organização social, para além da grande prevalência do turismo de massa no seio dos profissionais, políticos, maioria dos turistas e até das comunidades receptoras (BURZSTYN, 2004; CARVALHO 2007).

Como se pode ler na observação de Carvalho,

infelizmente, tal tipo de viagem, numa doce concretização de “fantasia ir e vir”, não vem sendo pensada pela maioria, ao contrário, o turismo de massas prevalece, afinal é a tipicidade com maior força em função das lógicas economicistas e, por isso, mais efetiva e contumaz no imaginário libidinal dos clientes (turistas), forma que vem ditando as tendências dos fluxos nacionais e internacionais, geralmente sugeridos pela mídia, atendendo aos interesses mercantis, de forma que, em sua maior parte, concentra-se nas mãos de poderosas corporações econômicas” (CARVALHO, 2007).

Apesar destas constatações, a proposta de desenvolvimento de turismo de base local proporciona a inclusão dos diferentes segmentos da sociedade, no processo de

planejamento, operação e monitoramento, expressando suas idéias, expectativas e receios, identificando seus interesses, suas necessidades e as formas com que esperam se beneficiar (NELSON, 2004). O que significa que, a implementação deste modelo deve primar pela harmonia entre a eficácia social, eficiência econômica e conservação ambiental e, de acordo com Irving (1998) o desenvolvimento da atividade turística que se qualifica como sustentável, exige a incorporação de princípios e valores éticos, e uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios.

De acordo com Marconi & Barreto (2004), a inclusão social por meio do turismo só é possível mediante a existência de condições dignas para as comunidades locais, para tal é necessário a criação de parceria entre os empresários do setor e o poder público, que deve se preocupar com a melhoria da qualidade de vida e com o bem-estar social da comunidade.

Nesse sentido, a implantação de turismo de base local será exequível mediante elaboração e implementação de políticas públicas e estratégias que considerem as especificidades e a complexidade territorial no seu todo. Assim, considerando a discussão sobre o desenvolvimento rural anterior, pode se constatar que o turismo de base local, apresenta-se como uma das vias possíveis para a melhoria da qualidade de vida da população rural, uma vez que este modelo de desenvolvimento de turismo se firma na exploração e valorização da diversidade territorial rural.

Este modelo se foca em um turismo e o tipo de turista, que procura uma experiência cultural original, o contato com o novo, como também localidades receptoras onde os habitantes adotam uma postura alicerçada na sustentabilidade na prática das atividades turísticas, preservando a cultura e as estruturas sociais do lugar, de modo que os parâmetros da cidadania se interagem com o desenvolvimento do turismo local (CARVALHO, 2007).

Para Rodrigues (2007, p. 19) o turismo de base local deve considerar a escala local território – zona de resistência, os não alcançados pela globalização, compreendidos como “territórios de abrigo e recurso, prenes de simbologia, onde predominam as relações de poder local, ancoradas nos princípios de liberdade e autonomia”. Assim, aponta como elementos fundamentais para a implementação do TBL o seguinte:

- 1) Marco valórico – que se cinge na prática da democracia, da justiça, da ética e da solidariedade, tendo em conta que o Homem como indivíduo e sujeito coletivo que vive em sociedade e comprometido com seus semelhantes.
- 2) Marco material ou instrumental – se traduz nos recursos materiais, as condições de pleno emprego com dignidade, a distribuição equitativa dos benefícios e o uso de

tecnologias de baixo impacto, com o incentivo ao resgate dos saberes tradicionais, elementos fundamentais para empreendimentos do TBL, por exemplo.

- 3) Marco sinérgico – se refere à assunção de um pacto coletivo que mostre cenários prováveis e desejáveis, que expresse um projeto onde os sujeitos locais inseridos numa rede de relações estabelecem vínculos de cooperação, de solidariedade, de ajuda mútua.
- 4) Marco endógeno – focaliza a valorização do capital cognitivo, cultural, simbólico, priorizando a memória coletiva, o patrimônio, para além da promoção dos valores cívicos e institucionais.

Como foi demonstrado, o TBL apresenta-se como um modelo que torna viável o desenvolvimento do espaço rural segundo a perspectiva humana ou do sujeito, visto que esta considera a prática de atividade turística sustentada nos princípios de sustentabilidade, na diversidade territorial mediante o empoderamento, organização social adequada, rede de relações social e aplicação de políticas que permitam a população rural o uso de sua liberdade na melhoria de sua qualidade de vida. Porém, note-se que aliado a estes elementos, a inovação também constitui um fator a considerar quando se trata de desenvolvimento, afinal é necessário que sejam criadas oportunidades de inovar passíveis de serem exploradas pelas comunidades locais, e o turismo de base local apresenta-se como uma das saídas para o efeito.

Os resultados da pesquisa, permitem afirmar que a área de estudo já possui as bases para a implementação do TBL, embora o turismo esteja numa fase embrionária, no distrito de Dondo já se verifica uma rede de relações sociais forte, com a participação da comunidade em várias associações nos setores da agricultura, pecuária, pesca, meio ambiente e responsabilidade social, artesanato, educação cívica. A riqueza natural e cultural aliada à acessibilidade favorável na rede de mercado regional torna o distrito num potencial para prática do turismo também, e o TBL se constitui numa forma de inovação nas atividades produtivas locais.

Além disso, a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) rejeita a filosofia de crescimento econômico rápido estabelecido pelo Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta – PARPA como se vê na afirmação que se segue

A mensagem complementar e crucial que a EDR adiciona aos instrumentos de planejamento já disponíveis, nomeadamente ao PARPA II, é que nem todo crescimento econômico será rápido, imediato e inevitavelmente benéfico para um desenvolvimento saudável e sustentável em longo prazo (MOÇAMBIQUE, 2007, p. 5)

Logo, a busca por caminhos que enaltecem as especificidades locais e o envolvimento ativo dos agentes locais são acolhidas pela EDR em Moçambique e particularmente no distrito de Dondo. É de referir que a inovação também é um dos elementos indicados na EDR, como necessários para o desenvolvimento do distrito. Assim, na secção a seguir mostra-se a relação entre a inovação e o TBL no contexto das regiões periféricas.

2.3 A INOVAÇÃO E O TURISMO DE BASE LOCAL EM REGIÕES PERIFÉRICAS

A inovação constitui um dos temas focalizados nas teorias atuais de desenvolvimento rural, assim como nos modelos de desenvolvimento apoiados no turismo. Governos, organizações, académicos, setor privado, e a sociedade civil em geral têm se debruçado sobre esta temática, movidos pela busca de novos formatos de aquisição de conhecimento orientados para a gestão e exploração de recursos, que proporcionem o desenvolvimento da região ou local.

Conforme SARKAR (2010) historicamente o conceito de inovação como é compreendido atualmente partiu de Joseph Schumpeter no início do século XX. O autor trabalhou com a visão mais ampla do conceito, percebidos no âmbito de criação de novos produtos, modelos organizacionais, fatores e processos produtivos. De acordo com Schumpeter (1934 *apud* SARKAR, 2010, p. 144) inovação consiste na

Introdução de um novo produto (ou uma melhoria na qualidade de um já existente); a introdução de um novo método de produção (inovação no processo); a abertura de um novo mercado (em particular um novo mercado para exportação); uma nova fonte de fornecimento de matérias-primas ou de bens semi-manufaturados; uma nova forma de organização industrial (SCHUMPETER, 1934, p. 66).

Atualmente as temáticas se investem de novas significações, devido a fatores como o estímulo ao auto-emprego no contexto da ideologia neoliberal da intervenção mínima do Estado; busca pela diferenciação competitiva dos agentes económicos instigada pela globalização e competição capitalista; avanço na organização da sociedade civil e maior pressão no empoderamento de segmentos sociais excluídos e regiões marginalizadas (FILION, 1999).

A inovação é hoje entendida como um elemento socialmente construído, baseados na acumulação de conhecimento, através de um aprendizado contínuo e interativo, cujo afloramento é condicionado pelas especificidades locais, não dependendo somente da

racionalidade econômica e dos atributos interpessoais dos indivíduos. O estímulo a inovação ocorrem com mais facilidade em ambientes onde a cooperação, interação e aprendizado prevalecem (LEMOS, 2001; FALCÃO, SANTOS, GOMEZ, 2009;).

Para Lastres & Cassiolato (2005) a inovação constitui-se num processo, onde novos conhecimentos são agregados a produção de bens e serviços, centrados nas mudanças técnicas e percepção das especificidades que levam a diferenciação e desenvolvimento do local ou região.

A inovação ganha o seu lugar a partir da capacidade de indivíduos, organizações e governos possuírem a abertura a mudanças, interação, cooperação e aprendizado. O caráter interativo da inovação faz com que a sua ocorrência seja realizado com base na contribuição de diversos agentes sócio-econômicos que possuem diferentes tipos de informações e conhecimentos, e esta interação se dá em diferentes níveis (LEMOS, 2001; ALBAGLI, MACIEL, 2004).

Assim, considerando que o turismo de base local é um modelo, que tem como condicionantes para a sua implementação o associativismo, a cooperação, interação e aprendizado no contexto das relações sociais imbricados no local, ele mostra-se como uma oportunidade para a inovação em regiões rurais.

Porém, convém observar que, a forma como o desenvolvimento se dá nas diferentes localidades, regiões ou países é determinada por fatores de natureza complexa. Falar da diferenciação dos níveis de desenvolvimento nos lugares remete a análise, não somente, da estrutura e do modo de produção que sustenta a economia de um determinado lugar, mas também, suscita uma análise sob a dimensão histórica, política e social que ordena a vida do lugar, como Santos (2006, p.88) afirma “a formação sócio-espacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país”

Smith (1988) em seu argumento mostra que a principal causa da diferenciação espacial está na divisão territorial do trabalho, ela é que define as condições e os níveis de desenvolvimento nos lugares, fato também sustentado por Santos (2006).

A forma como os recursos estão distribuídos, tanto qualitativos como quantitativamente, define quais atividades podem ser desenvolvidas num determinado espaço, no entanto, estas limitações não são vividas por todas as regiões. Em economias desenvolvidas, a apropriação das vantagens naturais, não é acidental, havendo um considerável controlo sobre os condicionalismos impostos pela natureza, isso, pelas facilidades conferidas pelo progresso técnico-científico. Todavia, nem todas as regiões

possuem as mesmas possibilidades, é o caso das regiões periféricas e, de modo particular, o meio rural destas regiões (SMITH, 1988; SANTOS, 2006).

Embora a agricultura seja uma atividade de grande prevalência no espaço rural, ela não é única, ou melhor, na atual teoria de desenvolvimento ela não é a única força motora do desenvolvimento rural, como já foi dito, o desenvolvimento rural é multisetorial, multiescalar e multiatores. Assim, o TBL se apresenta como uma alternativa para as comunidades rurais em regiões periféricas inovarem as formas de utilização de seus recursos naturais e culturais, e desse modo maximizar as chances de competitividade e de integração no mercado turístico local, regional até o global.

O TBL focaliza-se no desenvolvimento com base nos recursos produtivos locais, promovendo a diversificação das atividades e, conseqüentemente, das fontes de rendimento das famílias, estimulando também, a valorização da cultura e no espaço rural. Está atividade por característica alicerça-se nas forças endógenas do local, uma vez que preconiza a utilização de recursos próprios do lugar, (CAVACO, 1996; CORIOLANO, 2003).

Desse modo, o TBL mostra-se exequível, mesmo em regiões periféricas caracterizadas por um baixo nível de modernização da atividade agrícola, apresentando-se também como uma oportunidade para a inovação e conseqüentemente diferenciação e diversificação de atividades nestas regiões. Contudo, requer-se que as comunidades estejam munidas de abertura ao aprendizado, cooperação e solidariedade, daí a importância do capital social nesse processo.

O capital social é um conceito que resgata e mostra as redes de relações sociais como fonte de poder e influência, contudo, não constitui uma temática nova, o conceito provém das ciências sociais e sua discussão estava implicitamente projetada nos trabalhos de autores como Durkheim, Marx e Simmel e teve como principais difusores, autores como Pierre Bordieu, James Coleman, Robert Putnan (ALBAGLI, MACIEL, 2002; PATUSSI, et. al, 2006).

Para Albagli e Maciel (2002), constituem alguns dos fatores para a importância dada a temática, o potencial que lhe é atribuído no estímulo a valorização das estruturas e redes sociais aliado o reconhecimento da importância, bem como dos benefícios advindos das interações, sentido de partilha, cooperação, confiança imbricados nas diferentes formas organizacionais da sociedade.

Bordieu (1986) define o capital social como “[...] a soma dos recursos reais ou virtuais que indivíduos ou grupos de indivíduos adquirem devido ao fato de possuírem redes duráveis de relacionamentos mais ou menos institucionalizados de conhecimento e

reconhecimento mútuo”. Do conceito, entende-se que o capital social refere-se a grupos de indivíduos no âmbito de um relacionamento estável sejam eles formais ou informais.

Na perspectiva de Coleman (1988), o capital social⁸ não é uma estrutura única, ela define-se pelas suas funções, constitui um conjunto de entidades que formam a estrutura social de um dado lugar e facilitam as ações dos indivíduos dentro da estrutura. Para o autor, o capital social é produtivo e possibilita o alcance dos fins que não seriam realizáveis sem a sua existência.

Putnan (1993) considera que o capital social de uma determinada área está associado ao sucesso ou falência dos projetos de desenvolvimento daquela área. Conforme o autor, entende-se como capital social “traços da vida social – redes, normas e confiança – que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns”. Analisando o conceito (ALBAGLI, MACIEL, 2006) consideram que,

Dois pressupostos estão implícitos em tal conceituação: redes ("redes de engajamento cívico") e normas estão empiricamente associadas e têm conseqüências econômicas importantes para a comunidade, supondo, portanto um papel instrumental para o capital social. [...] a confiança lubrifica a vida social; e que sociedades com elevados graus de confiança tornam-se e permanecem ricas porque são cívicas. A confiança é por sua vez alcançada quando há um conhecimento mútuo entre os membros de uma comunidade e uma forte tradição de ação comunitária. (ALBAGLI, MACIEL, 2002, p. 7)

Alves (2006) destaca ainda, que na perspectiva econômica, sob a ótica do associativismo, a confiança reflete a amizade. Ela constitui um elemento essencial para o estabelecimento de relações estáveis, de reciprocidade e cooperação entre os agentes econômicos, melhorando desta forma a eficiência organizacional. Fatos também corroborados por Azevedo (2008, p.100) “... os estoques de capital social, do tipo confiança, normas e sistemas de participação tendem a se reforçar mutuamente. Os círculos virtuosos podem se converter em equilíbrios sociais com significativos níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo”.

Diferentemente de outras formas de capital, o social, é de caráter intangível e reside na relação entre o indivíduos, o que o torna mais complexo no âmbito de compreensão e mensuração, como refere Pattussi et. al,

[...] Enquanto capital físico é completamente tangível, pois está alojado na forma material observável, capital humano é menos tangível, pois está presente nas habilidades e conhecimentos adquiridos por um indivíduo. Capital social é ainda

⁸ Social Capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspects of social structures, and they facilitate certain actions to actors – whether persons or corporate actors – within the structure.

menos tangível, pois está alojado na relação entre indivíduos e grupos de indivíduos. Do ponto de vista ideológico, capital social pode ser o “empoderamento” da cidadania, o pluralismo e a democratização. Visto dessa forma, o capital social é um recurso complexo que oferece explicações sobre como os dilemas da ação coletiva podem ser superados” (PATTUSSI et. al, 2006, p. 1526).

A perspectiva teórica do capital social deve integrar todas as dimensões do mesmo, sendo eles vínculos, conexões e ligações (PATUSSI, et. al.).

Vínculos referem-se a relacionamentos horizontais próximos entre indivíduos ou grupos com características demográficas similares [...]. “Vínculos” contribuem para a qualidade de vida através da promoção do apoio e do entendimento mútuo. “Conexões” referem-se a redes mais amplas de relacionamentos com outros indivíduos/comunidades. “Conexões” são vitais para ligar indivíduos e comunidades a recursos ou oportunidades que estão fora das suas redes de relacionamentos pessoais. Por último, “ligações” referem-se às alianças com indivíduos em posições de poder, particularmente poder sobre recursos necessários para o desenvolvimento social e econômico (PATTUSSI et. al, 2006, p. 1527).

Para Lin (2001) o capital social é um conjunto de recursos imbricados nas redes sociais e que são usados pelos indivíduos nas suas ações. Sendo a rede social “um conjunto formado por atores que compartilham um mesmo interesse, num processo de reconhecimento mútuo”. Ximenes argumenta que o capital social “enquanto investimento nas relações sociais com resultados esperados no mercado deve ser definido como recursos inseridos na estrutura social e que são acessíveis e/ou mobilizados para a concretização” (XIMENES, 2008, p. 392).

Independentemente das perspectivas em que se aborda a temática, dos conceitos percebe-se, que o capital social se constitui nas redes de relações sociais entre indivíduos ou grupos de indivíduos, que impingidos pela confiança, cooperação buscam o objetivo comum e tem o seu campo de atuação mais estável com o apoio obtido dentro da rede.

Pela percepção das discussões sobre o capital social nos diversos contextos, em particular no TBL, este se revela como um instrumento essencial, para a inovação nas comunidades rurais e, por via disso o desenvolvimento do lugar. No entanto, é necessário levar em conta, que o capital social não se reveste somente de relacionamentos permanentemente harmoniosos, pela complexidade de que a natureza humana se investe, aliados ao fato do poder ser desigualmente distribuído, bem como, a divergência de interesses dos indivíduos, suscita a ocorrência de conflitos que devem ser geridos com vista a manter a harmonia na rede das relações sociais.

Rodrigues et al. (2006), Ramos Filho (2004), Currie, Seaton, Wesley (2009), argumentam que, para que o TBL promova o desenvolvimento no espaço rural, é imprescindível um planejamento integrado que pautado pelo envolvimento de todos os atores. O

que sugere existência da cooperação, interação por parte dos indivíduos, e um aprendizado constante em relação ao ambiente e os elementos que dele fazem parte.

A cooperação e interação, só poderão ter lugar se houver confiança entre os indivíduos ou comunidades, pois é a partir dela que os indivíduos se mostram abertos a partilhar seus conhecimentos e estabelecer parcerias que resultem no bem comum. (ALVES, 2006).

Os autores que estudam a inovação com recurso ao capital existente no local, apresentam-nos (inovação e capital social) como meios para superar as limitações de desenvolvimento impostas ora pela conjuntura, ora pela estrutura, ou ainda para vencer a competitividade acirrada imposta pelo mercado.

Nesta ordem de idéias, para que o TBL se constitua numa oportunidade para a inovação no espaço rural, valendo-se das diferentes formas de capital (físico, humano e social) e, desta forma, superar as limitações do desenvolvimento, é necessário que os indivíduos orientem suas ações na busca constante de conhecimentos novos, sejam eles tácitos ou codificados, de modo que consigam visionar continuamente novas oportunidades de utilização dos recursos, e por essa via promover a competitividade, diferenciação e o desenvolvimento do local ou região.

Como se pode notar, o capital social apresenta-se como um elemento fundamental para o sucesso dos empreendimentos de turismo com base local, porque não basta o “espírito inovador”, é necessário que o local esteja munido de considerável capital social que possibilite a ação conjunta das famílias rurais na busca por melhores condições de vida (ALBAGLI e MACIEL, 2006). Vale ressaltar que alguns dos objetivos da EDR são o fortalecimento do capital social, eficácia e eficiência institucional, inovação, tecnologia e capital humano como forma de potencializar a atuação tanto dos órgãos locais como da comunidade local na melhoria da qualidade de vida da população rural (MOÇAMBIQUE, 2007).

Nesta perspectiva, importa trazer a discussão sobre o processo de produção do espaço turístico, de modo a apreender os mecanismos viáveis para a implantação de um modelo de desenvolvimento de turismo de base local.

3 A TURISTIFICAÇÃO DO ESPAÇO: DISCUTINDO AS AÇÕES DOS AGENTES INTERVENIENTES E A SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL

3.1 ATUAÇÃO DOS AGENTES INTERVENIENTES DO TURISMO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO

A prática de qualquer atividade que seja, implica uma série de ações que levam a transformação do espaço onde se pretende desenvolver a atividade. E o turismo não é exceção, ele é caracterizado como uma atividade com grande capacidade de transformação do espaço, apropriando-o aos fins que melhor se adéquam a sua prática, como refere Cruz (2010). O turismo como prática social e, sobretudo, como atividade econômica é um produtor de espaço.

Assim, torna-se importante retratar sumariamente o processo de produção do espaço turístico em geral e sobre os modelos de desenvolvimento e gestão de destinos turísticos apresentados pelos pesquisadores e profissionais que trabalham nesta temática, uma vez que esta secção trata da implantação do TBL.

O turismo tem como base fundamental para o seu desenvolvimento o espaço, é o valor nele agregado, que o transforma num atrativo potencial para influenciar a escolha do turista por um determinado destino ou mesmo na canalização de investimentos turísticos. Como refere Nicolas (1996 *apud* CRUZ, 2000, p. 17), o turismo é uma atividade com grande capacidade “de criar, de transformar e, inclusive, de valorizar diferencialmente os espaços que poderiam não ter valor no contexto da lógica de produção [...]”

Entende-se como espaço o “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p.61).

Assim, a transformação do espaço em um espaço turístico ou destino turístico, não é feita sobre uma “matéria rasa”, mas num lugar onde já existe ocorrência de vida social, tanto na dimensão natural como cultural, isto é, pode ocorrer num lugar intensamente habitado ou numa área com baixa presença da atividade humana.

Para efeitos desta pesquisa, entende-se como destino turístico área geográfica específica, com características típicas de clima, infra-estrutura, bens e serviços e, com capacidade administrativa para desenvolver instrumentos de gestão integrados, adquirindo atratividade através de produtos bem estruturados e adaptados às necessidades dos turistas,

assim como pela valorização e ordenamento dos atrativos disponíveis, dotando-os de uma marca que se comercializa tendo em conta o seu caráter integral (VALLS, 2004).

Nesta perspectiva, percebe-se que a formação de um destino turístico passa pela produção do espaço para o fim turístico. Cruz (2010) refere que a produção do espaço remete a divisão territorial do trabalho, integra a dimensão material e imaterial do espaço geográfico, ela é social e histórica.

A divisão territorial do trabalho é, conforme Santos (2006, p.86) “o processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente”. É com base nesses recursos que os homens transformam-se e transformam os lugares, e é essa ação transformadora que faz com que os recursos se renovem, criando outra totalidade, contudo é a divisão do trabalho que condiciona essa possibilidade de transformação.

Nesta perspectiva os sujeitos envolvidos na produção do espaço, vivenciam e atuam segundo a disponibilidade de recursos, isto é, pela lógica da divisão territorial do trabalho. Assim, são considerados agentes produtores do espaço, a sociedade civil nas suas diferentes formas de organização, o Estado e o Mercado sendo estes dois últimos considerados os hegemônicos, mas tendo o Estado à supremacia, pela sua função reguladora das relações sociais e provedor de infra-estruturas, como refere Cruz (2010).

No que concerne a produção do espaço turístico, Knafou (1996) considera que esta é desencadeada pelos turistas, mercado e pelos planejadores e promotores territoriais, entretanto, Silva e Fonseca (2010) acrescentam os residentes como outro agente que participa do processo de transformação do espaço pelo turismo.

Os residentes podem participar da produção do espaço turístico de formas distintas: passivamente, quando aceitam as determinações dos agentes turísticos hegemônicos (Estado e Mercado) e, de forma omissa, compactuam com a racionalidade dos atores que imprimem a lógica que deve pautar a produção da destinação turística, ou ativamente, quando se manifestam através dos movimentos sociais e como cidadãos que cobram e exigem seus direitos (SILVA, FONSECA, 2010, p.184).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Cruz (2007, p. 23) afirma:

Não são apenas estado, mercado e turistas que produzem os espaços relativos aos afazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem e nascem nesses lugares, parte dela transformada, por força de novas contingências, em empreendedores turísticos ou, mesmo em muitos casos, atuando como contra-racionalidades às determinações hegemônicas.

Com o disposto acima, fica claro que um destino turístico surge por meio das ações desencadeadas por diferentes intervenientes que atuam no espaço. Considerando que cada ator tem uma participação diferenciada em função dos seus interesses, pode dizer-se que

as transformações ocorrem de forma diferenciada, conforme as formas de atuação de cada interveniente, bem como em função das características do próprio espaço.

Nesta secção serão descritos o papel das comunidades locais, do poder público (Estado), dos turistas e do setor voluntário na produção do espaço do TBL, dado que estes são considerados agentes com uma influência direta no desenvolvimento do mesmo.

A idéia fundamental do turismo sustentável é de que a comunidade local deve participar ativamente no planejamento do turismo e, quando possível, controlar a indústria do turismo local e suas atividades. O TBL é um modelo em que se pressupõe que a comunidade local seja a protagonista no desenvolvimento da atividade turística, com o papel de agente responsável pela gestão da atividade, desde o provimento da acomodação até ao entretenimento.

Entretanto o conceito de comunidade local é um conceito de difícil definição, sendo mais complexo ainda encontrar mecanismos mais efetivos para sua participação em todo o processo de desenvolvimento do turismo (SWARBROOKE, 2000). O autor refere ainda que, o termo sugere a idéia de que a comunidade local seja composta pelas pessoas que vivem numa destinação turística, porém nas discussões sobre o conceito observam-se questões complexas que mostram que o conceito vai além da sugestão que o termo suscita. Deste modo questiona-se, a quem exatamente se refere o termo comunidade local?

Uma população, mas com vários grupos de interesse diferentes? Qual a área geográfica que ela cobre? Ela inclui imigrantes ou somente os residentes nativos? O que dizer sobre as comunidades de minorias étnicas com culturas marcadamente diferentes da população majoritária? Ela inclui pessoas que moram fora da área, mas que têm interesse na comunidade, em termos de proprietárias de imóveis ou de empresas, por exemplo? Há uma elite dominante ou a comunidade é administrada por um sistema político democrático? (SWARBROOKE, 2000, p. 60).

Implicitamente, a racionalidade de atuação da comunidade na gestão da atividade turística é que, supostamente ela cumpre o conceito de democracia, prioriza aos que são mais afetados pelo turismo, faz uso do conhecimento local para assegurar que as decisões tomadas sejam bem fundamentadas, reduz o conflito potencial entre os turistas e comunidade local envolvendo-a para que ela aplaine o caminho no qual o turismo se desenvolve (SWARBROOKE, 2000).

Neste estudo, comunidade é uma entidade orgânica, não passiva, dinâmica e não estática, que desenvolve, cresce, declina, muda e altera-se em resposta à iniciativas externas e tensões internas, em termos de infra-estrutura e de múltiplo leque de relações que se desenvolvem e mantêm-se dentro dela (CHICHAVA, 1999).

O TBL requer que a comunidade seja proativa na gestão do turismo, tornando-se atores ativos no mercado turístico. Swarbrooke (2000, p. 69) considera que a comunidade pode se envolver ativamente por meio de consórcios de câmaras de comércio locais; cooperativas; comunidades locais detentoras de ações de capital em novos desenvolvimentos; o desenvolvimento de turismo por meio de trustes sem fins lucrativos. Estas organizações poderiam ter um papel mais ativo nos destinos turísticos no que se refere a atrações para os visitantes, como centros de herança cultural, centros de varejo e restaurantes, operadoras locais que organizam roteiros para os turistas que chegam; sistemas de transporte local.

Assim, o controle e o lucro da atividade turística estariam nas mãos locais, no entanto para que isso seja possível, é necessário que a comunidade se beneficie de treinamento em capacitações administrativas e comerciais; capital para incentivar iniciativas em turismo, criação de uma estrutura legal que permita a atuação das comunidades bem como das organizações de apoio (SWARBROOKE, 2000).

A linha de autores que defendem a idéia do turismo de base local defendem que a atuação da comunidade local sobre o meio ambiente incide de forma particular na apropriação dos recursos naturais, assim como culturais para oferta dos produtos turísticos aos turistas. A Fundación Para La Inovacion Agraria – FIA (1999) considera ainda que se deve integrar a oferta o folclore, o artesanato, as tradições locais, atividades recreativas como montanhismo, pesca, caça, desportos náuticos, atividades educativas temáticas, entre outros em função das especificidades locais.

De acordo com Alves (2006) no espaço rural, o meio natural e a biodiversidade nele existente, bem como a cultura são conservados em grande parte pelas comunidades locais, sendo que uma das grandes resistências enfrentadas no que se refere às mudanças necessárias para o desenvolvimento do turismo, reside nesses aspectos. Ainda nesta perspectiva, Diegues (1992, p.21) afirma que “a biodiversidade existente hoje no mundo é em grande parte gerada e garantida pelas chamadas populações tradicionais. Nesse sentido, a conservação da diversidade biológica e a cultural devem caminhar juntas”.

Desta forma, a comunidade local como agente no desenvolvimento do turismo, preocupa-se não só com a oferta do produto, mas também, com a conservação do meio natural e cultural de modo a preservar a sua identidade e originalidade, tanto pelo sentimento de pertença ao local como pela conscientização em relação à necessidade de conservação dos recursos.

Castells (2001) afirma que o poder público não pode ficar a parte do turismo, uma vez que este setor é tido como propulsor da economia, que valoriza a cultura e cria a integração entre países e entre outros benefícios que advém da prática.

Riveros e Blanco (2003) acrescentam ainda, que, para que o turismo se converta numa alternativa de desenvolvimento para as comunidades locais e contribua efetivamente para a revalorização do espaço rural, é necessário que ele seja bem planejado, executado e controlado. Só desta forma, que o TBL produzirá os resultados esperados de forma sustentável, respeitando a natureza, a história e a cultura do local em que se desenvolve.

Assim, o Estado é o ator cuja uma das atribuições é a planificação do desenvolvimento com base nas diversas alternativas que as atividades produtivas oferecem. Setur-RS (*apud* CASTELLS, 2001) afirma que:

Corresponde ao setor público a realização das atividades de promoção, expansão e captação de correntes turísticas; de adequação e regulamentação normativa do funcionamento das empresas; de estímulos e facilidade ao desenvolvimento da oferta turística mediante determinadas planificações, bem como mediante a criação de canais creditícios apropriados, e o estabelecimento de estímulos fiscais. Também corresponde ao setor público ditar normas correspondentes para regular e estabelecer a exploração dos valores atrativos existentes. Atenção especial merece, nesse sentido, o tratamento adequado da ordenação urbanística, a defesa da paisagem e a criação de infra-estrutura, tanto de acesso e comunicação como de serviços urbanos. (SETUR-RS, 1971, p.18)

GRAZIANO DA SILVA et. al (1997), também enfatiza a necessidade da participação do Estado no desenvolvimento do turismo no meio rural, através de uma planificação que possibilite o desenvolvimento sustentável, direcionando-se a atenção para as questões relacionadas aos cuidados com o meio ambiente, preservação da cultura, bem como, para a qualificação da mão-de-obra.

Seguindo o mesmo raciocínio, Verbole (2002) acrescenta que o poder público a nível local, na função de mediador e promotor do processo de desenvolvimento do turismo localmente, deve buscar a integração de todos os setores, uma vez que a cadeia de negócio do TBL, como em qualquer outra modalidade ou modelo de desenvolvimento de turismo, abarca diversas atividades produtivas ligados a outros setores de atividade.

A dificuldade de investimento inicial, a baixa qualificação, resistência a iniciativa por parte dos locais são citadas como alguns dos constrangimentos que levam os empreendimentos locais a falência ou as comunidades não enveredem pelo turismo como uma opção para melhoria da sua qualidade, optando por vender suas propriedades a empresários urbanos com maior poder de capital. (SCHAERER e DIRVEN, 2001). Perante problemas

dessa natureza, Castells (2001) afirma que o Estado é chamado a intervir por meio de incentivos, subsídios, atividades complementares que estimulem a participação dos agentes de desenvolvimento, assim como ações de formação e conscientização das comunidades em relação aos prós e contras do turismo. O que se pode compreender na afirmação que se segue, onde o autor frisa que o país ou região que opta pelo turismo como vetor para o desenvolvimento deve preparar-se para os impactos inerentes a prática da atividade

Um país, ao desejar o seu desenvolvimento através do turismo, deve estar devidamente preparado para receber o impacto que ele proporciona. Quer se enfatizar que melhor preparado, não no que diz respeito aos seus aspectos estruturais, mas, sim, no tocante à conscientização do seu povo particularmente no que diz respeito aos seus valores culturais [...]. Os recursos turísticos que atraem os turistas para os centros receptores são, com o tempo esmagados. Nesse caso, tanto o turista como o nativo perdem, o turista o incentivo em deslocar-se para pólos turísticos descaracterizado, e o nativo, o visitante que era o seu ganha pão, sua fonte de renda. (CASTELLS, 2001, p.55)

O autor sugere como atividade primária, a definição de uma política turística que se incumbe inicialmente de educar a comunidade para a prática do turismo. Ainda nesse raciocínio, Ramos Filho et al. (2004) consideram necessário a elaboração de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento local e regional centrada na inclusão social e meio ambiente, como forma de promover o desenvolvimento sustentável do TBL.

As ações do Estado, no que concerne a prática da atividade turística, podem ser levadas por meio de instrumentos que possibilitem o seu desenvolvimento sustentável nas dimensões ambientais, culturais, econômicas, sociais e políticas. Conforme Castelli (2001) constituem meios de ação do poder público, os instrumentos legais, políticas e planos de turismo, elaborados com o intuito de normalizar, organizar e prover diretrizes para o desenvolvimento da atividade e garantir a conservação do meio ambiente, bem como, a cultura local.

Apesar de se apregoar o TBL como uma forma de turismo “não destrutivo”, a comunidade local bem como o seu entorno, não deixam de ser passíveis a mudanças resultantes do contato com o turista.

Knafou (1996) aponta o turista, como o agente primário na turistificação do espaço, na medida em que este, por meio das suas práticas, dos seus deslocamentos, cria os lugares turísticos. O que significa que é por meio das práticas do turista, que se dá a utilização do meio ambiente, dado que, o espaço e os elementos que o constituem é que na originam os fluxos turísticos (CRUZ, 2007).

O TBL é um modelo de turismo, que busca a qualidade de vida das comunidades com base nas forças endógenas do local ou região, mas primando sempre, pela preservação do

patrimônio natural e cultural. Fato que leva a que, o seu consumo seja destinado a um nicho “especial” que se preocupa com questões culturais e ambientais. (UACH, 2007).

Guzatti (2003) ressalta que devido ao elevado nível de consciência ambiental e respeito pela cultura dos povos nativos, a atuação do turista que se motiva pelo TBL, de modo geral, é tida como de baixo impacto, pois ele participa da vida da comunidade com intuito de aprendizagem, usufrui enquanto conserva os recursos naturais e culturais do local, dado que estes constituem os elementos que o atraem para o meio rural. Por essa razão, ele se preocupa com o meio ambiente, com a cultura, busca a identidade e elogia o autóctone, emerge num sentimento nostálgico pelo lugar (CARVALHO, 2007).

Conforme a Organização Mundial do Turismo - OMT (2001), o turista também atua como promotor, na medida em que expande a imagem do destino. Dependendo do nível de satisfação do turista, a imagem difundida pode ser positiva ou negativa, fatos que estão relacionados a todo aparato em termos de qualidade dos serviços prestados, bem como do estado dos recursos naturais e culturais.

Ainda neste contexto, Martinez (1999) afirma que uma das fraquezas do turismo no espaço rural está relacionada à baixa qualidade dos serviços, bem como a indisponibilidade de serviços e infra-estruturas básicas (comunicação, hospital, eletricidade, policia, supermercados, etc.), alguns dos problemas que podem ser solucionados por meio de políticas públicas que visam não comprometer a sustentabilidade do turismo (RAMOS FILHO et al., 2004).

Para além dos agentes anteriormente descritos, também são consideradas as organizações que atuam no desenvolvimento do turismo, nas suas diferentes formas associativas, e segundo Swarbrooke (2000) são denominados como setor voluntário.

O TBL é uma atividade que se caracteriza pelo associativismo, ato visto como uma estratégia para ultrapassar as dificuldades e constituir uma oferta baseada no espírito solidário e harmônico entre os produtores (GUZATTI, 2003; TULIK, 2003).

Conforme Swarbrooke (2000) o setor voluntário é composto por grupos de pressão, entidades profissionais que exercem pressão organizada sobre o governo e a indústria turística em apoio ao conceito de turismo sustentável; trustes voluntários, grupos privados de cidadãos que se organizam para atingir em apoio à organização e gestão do turismo, sem que nenhum de seus componentes tenha como objetivo o lucro em suas atividades.

Assim, compreende-se que o setor voluntário se constitui num agente que opera como base de apoio ao desenvolvimento do turismo em harmonia com os preceitos de sustentabilidade, para além do apoio a comunidade na participação ativa na gestão dos

recursos turísticos, por exemplo, apoio as comunidades locais na luta em caso de limitações ao uso dos recursos básicos como água e a terra em favor do turismo; apoio as comunidades no processo educativo para melhor aproveitamento dos benefícios gerados pelo turismo.

Embora o TBL proporcione resultados desejáveis na perspectiva da sustentabilidade (estabilização da economia local, valorização dos produtos agrícolas, das infra-estruturas rurais, pequena indústria artesanal, conservação do meio ambiente) como refere Ramos Filho et. al. (2004), vale lembrar o alerta que se lança para a possibilidade de a atividade causar danos ambientais irreversíveis quando desenvolvido sem uma política e um planejamento de turismo adequado (CAMPANHOLA e RODRIGUES, 2001).

Nesse caso, para minimização dos efeitos indesejáveis do turismo e maximização dos desejáveis é necessário que este seja orientado por meio de políticas e planos na perspectiva da sustentabilidade, como afirmam Ramos Filho et al (2004). Sendo importante também, o trabalho conjunto de todos os agentes no processo de planejamento e gestão da atividade.

Assim, para que o TBL se torne efetivamente num meio para a conservação dos recursos naturais, valorização da cultura local, da vida rural e, conseqüentemente a melhoria do padrão de vida das comunidades locais, é imprescindível que ele se constitua com base nos modelos de gestão sustentáveis (HALL, 2004). Como se pode compreender adiante o entendimento de sustentabilidade nesta pesquisa.

3.2 DISCUTINDO A SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO

De acordo com a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento – WCED, 1987 (*apud* HALL, 2004, p.46). “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades”

A sustentabilidade tem a sua base na conservação ecológica, isto é, a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais são determinantes básicas para o desenvolvimento sustentável (Diegues, s.d.). De acordo com o mesmo autor, um dos aspectos positivos da sustentabilidade é a tentativa de resolver as contradições entre o crescimento econômico, distribuição de renda e a necessidade de conservação dos recursos ambientais.

Cabe realçar, que o turismo também tem a sua base nos diferentes ecossistemas, nos recursos naturais e culturais, fato que torna imperativo o desenvolvimento da atividade

sob orientação dos princípios de sustentabilidade. Como se pode observar no texto que se segue,

A gestão de todos os ambientes, recursos e comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivências e estéticas, enquanto que a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos. (GLOBE'90 *apud* RUSCHMANN, 1999, p.72)

A sustentabilidade não significa a não utilização dos recursos, mas sim a exploração dos recursos naturais e socioculturais de uma forma ordenada e planejada, de modo que sejam usufruídos adequadamente e, mantendo a sua originalidade, integridade e atratividade através dos tempos.

Falando concretamente do turismo com base local, este se apresenta como uma das modalidades tida como alternativa para a conservação, valorização e revitalização do ambiente rural, assim, também é imprescindível que ele se insira na lógica da sustentabilidade e deve nortear-se sob os seus princípios, que segundo Sachs são:

Sustentabilidade ecológica: entendida como a proteção da natureza e da diversidade biológica; portanto o desenvolvimento turístico deve respeitar a capacidade de suporte dos ecossistemas, limitar o consumo dos recursos naturais e provocar o mínimo de danos aos sistemas de sustentação de vida;

Sustentabilidade social: fundamentada no estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa da renda, redução das atuais diferenças sociais, com uma distribuição mais equitativa da renda e a garantia dos direitos de cidadania;

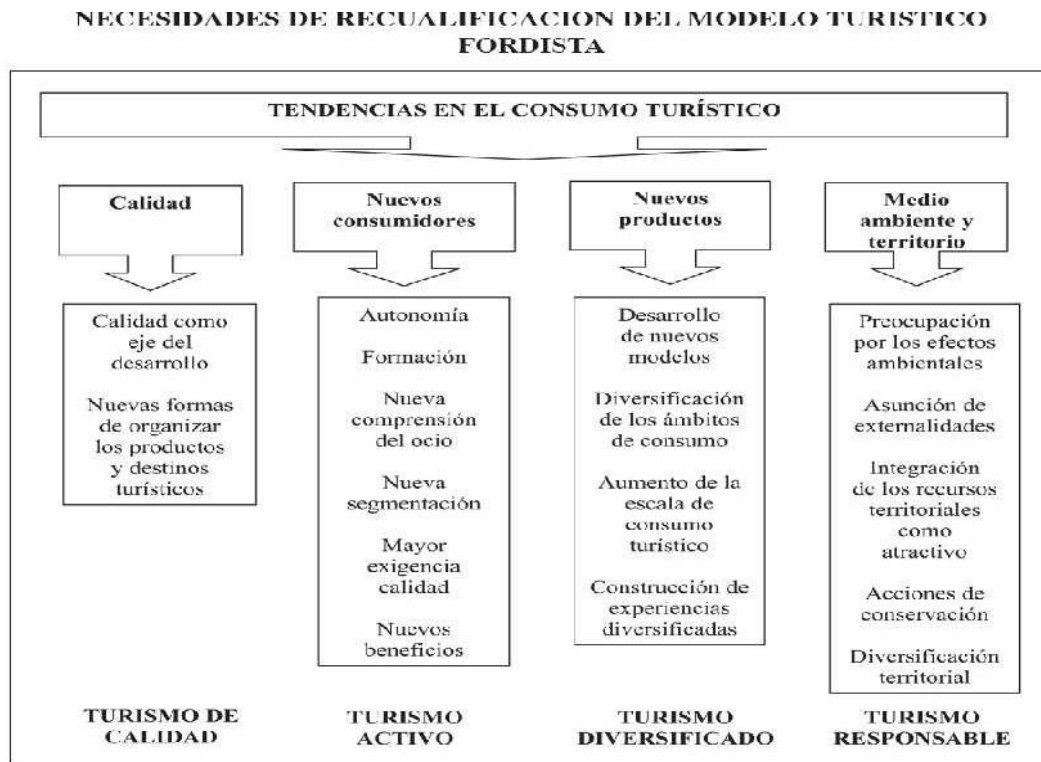
Sustentabilidade Cultural: implica a necessidade de se buscar soluções de âmbito local, utilizando-se das potencialidades das culturas específicas, considerando a identidade cultural e o modo de vida local, assim como a participação da população local nos processos decisórios e na formulação e gestão de programas e planos de desenvolvimento turístico;

Sustentabilidade econômica: que assegure crescimento econômico para as gerações atuais, e ao mesmo tempo, o manejo responsável dos recursos naturais, que deverão satisfazer as necessidades das gerações futuras;

Sustentabilidade espacial: baseia-se na distribuição mais equilibrada dos assentamentos turísticos, para evitar a superconcentração de pessoas, de equipamentos de infra-estruturas turísticas e, conseqüentemente, diminuir a destruição de ecossistemas frágeis e a deterioração da qualidade da experiência do turista (SACHS, 1993, p. 31).

É nesse contexto que surgem as novas tendências de consumo no turismo, expressas pelas modalidades alternativas (onde o TBL faz parte) ao turismo massivo. As tendências atuais do consumo turístico trazem novas dinâmicas ao mercado; os consumidores estão cada vez mais exigentes e conscientizados em relação às questões ambientais, buscam por experiências originais, a vivência e compreensão da história dos lugares que visitam constituem atualmente elementos com

peso relevante no momento da escolha do destino (OMT, 2001; FONSECA, 2005). O Fluxograma 1 ilustra os elementos que se inserem nas tendências pós-fordista no consumo turístico.



Fluxograma 1: Tendências Atuais do Turismo

Fonte: Herrera (s.d.)

No Fluxograma 1 pode-se observar que as novas tendências do mercado turístico, focalizam um turismo de qualidade, diversificado e praticado de forma responsável, onde os turistas têm a possibilidade de uma participação ativa na vivência de sua experiência. Para atender estas tendências do consumo turístico, é necessária a adoção de medidas que proporcionem a gestão integrada do destino, isto é, a implementação da atividade de uma forma planejada integrando todas as dimensões que compõem o sistema turístico. No Fluxograma 2 são apresentados os elementos fundamentais que se deve ter em conta no planejamento integrado de um destino turístico.

**UN MARCO ESTRATÉGICO PARA LA PLANIFICACIÓN INTEGRAL
DE DESTINOS TURÍSTICOS**



Fluxograma 2: Marco Estratégico para o Planejamento Integrado de Destinos Turísticos
Fonte: Herrera (s.d.)

Nessa perspectiva, pode se compreender que a implantação da atividade turística, passa por um processo de planejamento estratégico e integrado, onde a atividade deverá se orientar por meio de ações em nível local e regional sustentáveis e, com recurso às redes de relações existentes, promover produtos novos e de qualidade.

Beni (2002) define o planejamento estratégico como um “processo destinado a determinar os objetivos gerais do desenvolvimento, as políticas e as estratégias que nortearão os aspectos referentes aos investimentos, ao uso e ao ordenamento dos recursos utilizáveis para esse fim”. O autor refere ainda, que para a representação da complexa totalidade do turismo, o planejamento deve ser integrado, mostrando a sincronia e sinergias entre todos os componentes do sistema turístico de modo a alcançar as metas e diretrizes de cada área e refletir, simultaneamente, os resultados globais esperados.

De mesmo modo, Hall (2004, p.109) refere que, no planejamento estratégico “as organizações buscam se adaptar eficientemente ao seu ambiente ao longo do tempo, integrando planejamento e gerenciamento em um único processo”. Ele enfatiza a melhoria contínua como o fundamento da atividade organizacional associando-se as decisões gerenciais e operacionais (HALL, MCARTHUR, 2004).

Face ao exposto, percebe-se que para a implementação do turismo e, de modo particular o TBL, é necessário que se tenha em conta um processo de desenvolvimento que passa por modelo de gestão estratégica e integrada fundamentada nas premissas da

sustentabilidade. Pressupõe-se que um destino que se molde nesta perspectiva, tem melhor condição de garantir um posicionamento competitivo duradouro e benefícios econômicos, sociais e ambientais maximizados (HALL, 2004; FONSECA, 2005).

No Quadro 2, se observa que a atuação dos agentes produtores do espaço turístico é crucial para a implantação da atividade. Ao se discorrer numa breve análise sobre a área de estudo em função das dimensões de análise⁹ estabelecidas para o estudo, pode se observar que os marcos para a implantação do TBL já foram definidos. Por ora veja-se, que no Quadro 2 a governança foi identificada como um dos determinantes que envolvem, entre vários elementos, os órgãos de gestão e os instrumentos político-legais que orientam a atuação dos mesmos, tanto em nível local como regional.

Vale lembrar, que os fatores determinantes para a implantação do TBL, não se esgotam nos referenciados no quadro. Com o decorrer da pesquisa serão descritos e estudados os demais fatores em função das dimensões de análise estabelecida nesta pesquisa.

Quadro 2: Marco Estratégico para o Planejamento Integrado de Destinos Turísticos

Determinantes para Implementação do TBL	Atributos
Recursos turísticos	Composto pelos elementos naturais e culturais no espaço rural
Atrativos	Recursos turísticos com um valor agregado e capazes de atrair turistas
Infra-estrutura básica	Formas que servem de base não só para o turismo, mas também os residentes. Por ex. transporte, serviços de utilidade pública como saúde, segurança, comunicação
Equipamentos turísticos	Equipamentos de uso específico ao turismo, meios de hospedagem, restauração, artesanato etc.
Entretenimento e lazer	Atividades recreativas ligadas realizadas em conexão com o ambiente rural e modo de vida rural.
Atividades pedagógicas e de aprendizagem	Atividades com caráter de ensino e aprendizagem promovidos por escolas ou estudantes e por meio da vivência dos turistas com as famílias agrícolas e comunidade local
Meios de apoio ao turismo	Compostos por serviços auxiliares que servem, tanto ao turista como aos restantes agentes que atuam no setor, através de um organismo local de turismo
Acesso	Caracterizada pela proximidade do destino as principais vias de acesso e ao meio urbano; disponibilidade de vias e meios de acesso ao destino; facilidades para públicos com necessidades especiais;
Governança	Caracterizada pelos órgãos e instrumentos de gestão do destino, envolvendo definição de políticas, planos, programas e instrumentos legais específicos ao turismo no espaço rural
Incentivos	Caracterizada pelas formas de estímulo à atividade pelas

⁹ Constituem dimensões de análise da pesquisa as seguintes: dimensão político-institucional, governança e sustentabilidade. A dimensão de sustentabilidade desdobra-se nas subdimensões ecológica, social, cultural, econômica e espacial. Ver especificações detalhadas na secção metodologia, concretamente análise de dados.

	famílias de agricultores, oferecidas pelo setor público, setor privado, ONG e outras organizações com interesse no desenvolvimento rural
Redes de relações sociais	Constituída por relações existentes tanto em nível vertical como horizontal que atuam localmente assim como regionalmente e, pelos grupos associativos, cooperativas agropecuárias
Participação comunitária	Caracterizada pelo nível de envolvimento da população local na gestão e no processo decisório
Mão-de-obra	Constituída essencialmente pela população residente e famílias de agricultores; com um nível de qualificação básica para gerenciar o negócio, recebendo uma remuneração justa conforme o trabalho realizado
Marketing responsável	Constituído pelas formas de divulgação, promoção, distribuição e comercialização do produto
Sazonalidade	Caracterizada pelo nível de flutuação do fluxo turístico
Permanência do turista	Caracterizada pelo tempo gasto pelo turista, possibilidade maior relacionamento com os residentes
Rentabilidade	Deve proporcionar rendimentos adicionais aos já existentes na família e justos em função dos investimentos realizados
Perfil dos provedores do produto	Deve ser oferecido pelas famílias agrícolas, residentes na região, empregando membros da família e residentes locais
Empregabilidade	Deve oferecer oportunidades de renda adicional às atividades relacionadas, por exemplo, piscicultura, artesanato, pesca, gastronomia, etc.
Inserção local e regional	Deve basear-se nos recursos produtivos locais e regionais
Demanda turística	Constituída por turistas com padrões de consumo nos padrões da sustentabilidade, “o turista ambientalmente correto”
Experiência turística	Original e íntegra, baseada na vivência do modo de vida rural, hábitos e costumes, gastronomia, entretenimento, etc.
Satisfação do turista	Expressas pelo alcance das expectativas dos turistas em relação ao consumo do produto como um todo
Autenticidade	Expressa pelo fornecimento do produto turístico com base nos elementos tipicamente agrícolas e rurais.
Consciência social e pública sobre a identidade local	Expressa pela auto-afirmação e consciência da identidade local pelos residentes
Conservação e preservação do meio ambiente	Caracterizada por ações de gestão e educação ambiental, pela apresentação dos recursos naturais apresentando qualidade ambiental conforme as características da região
Arquitetura	Obedecendo as formas de ordenamento do território legalmente instituído para a região; Empreendimentos turísticos inseridos na forma local
Assistência à comunidade local	Capacitação e treinamento das famílias rurais para prestação de serviços com qualidade

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa

O Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta – PARPA I, assim como o PARPA II, já enunciam no pilar¹⁰ governança, o Estado como o principal protagonista na melhoria da qualidade de vida da população moçambicana e, de modo particular da

¹⁰ O PARPA organiza as formas de atuação do governo por dimensões consideradas bases para orientação de toda ação do Estado, conforme Moçambique (2006) a abordagem por pilar permite o Estado focar a sua atenção nas funções de organização social de uma forma coordenada e com rigor. E foram estabelecidos os seguintes pilares: governança, capital humano e desenvolvimento econômico

comunidade do distrito de Dondo. O pilar desenvolvimento concentra suas ações na promoção de investimentos e alocação de recursos em atividades que proporcionam a melhoria da qualidade de vida da população.

O pilar de desenvolvimento econômico concentra-se na prosecução da atividade produtiva como a melhoria de infra-estruturas que garantam a geração de riquezas e garantam a disponibilidades de recursos naturais, a redução de entraves burocráticos e o estabelecimento de legislação que garanta os direitos dos cidadãos (sic) e incentive o aumento da produtividade de inovação. Também vai dar prioridade à articulação intersetorial para garantir o crescimento da produtividade na agricultura e dos setores a ela ligados. As prioridades adicionais, são o desenvolvimento do sistema bancário e financeiro para cumprirem com as funções de retenção de poupança e financiamento das atividades produtivas, em particular das pequenas e médias empresas (MOÇAMBIQUE, 2006, p.3).

No que se refere ao turismo, foram criados órgãos e instrumentos político legais para promover o desenvolvimento do turismo, nomeadamente a Política de turismo, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique (2004-2013), a Lei nº 4/2004, de 17 de Junho (lei de turismo de Moçambique) para além de decretos e regulamentos específicos para a regulação da atividade turística no território moçambicano.

É com base nestes instrumentos que os órgão distritais se orientam na gestão da atividade turística localmente. A política de turismo aponta as áreas prioritárias de atuação bem como os órgãos de gestão do turismo do nível central ao local.

Em nível local a atividade turística é gerenciada pela Direção Distrital do Comércio, Indústria e Turismo, as atribuições desta instituição para o turismo cingem-se na promoção de investimentos bem como no zelo pelo cumprimento das normas que regem a prática da atividade no distrito (MAE, 2005).

O PEDTM (2004-2013) estabelece como ações prioritárias para o fomento do turismo nas APITS do tipo A/B (região em que a área de estudo se insere), o desenvolvimento de novos produtos, planificação integrada, infra-estruturas e serviços, promoção de investimentos e sensibilização.

De acordo com MAE (2005) a agricultura constitui a atividade básica no meio rural em Moçambique, sendo um dos principais alicerces da economia, uma vez que maior parte do espaço moçambicano é rural e a maior parte da população vive no meio rural e da agricultora. Este setor é gerenciado pelo Serviço Distrital de Atividade Econômica por meio do departamento de Agricultura e Desenvolvimento Rural, constituem algumas das funções deste órgão o fomento a atividade agrícola por meio de criação de bens e serviços que favorecem a prática da agricultura.

Também promove atividades de extensão rural como forma de apoiar as comunidades de agropecuários que são na sua maioria carente em recursos. No entanto, nos documentos consultados não se verifica a integração do turismo à atividade agrícola, nem às outras atividades complementares, ou ainda iniciativas locais em turismo numa escala considerável, embora o PETDM e o PARPA focalizem a intersectorialidade como uma das condições para o desenvolvimento harmonioso e aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo turismo e dos recursos ociosos na atividade agrícola e, inserção da comunidade na exploração dos recursos turísticos locais.

Assim, observa-se que há necessidade de uma análise minuciosa da realidade local e, em função das dimensões de análise dos fatores que condicionam a implantação do TBL, sugerir os caminhos para a apropriação plena e sustentável dos recursos rurais. Por ora retrata-se a seguir a descrição da organização socioeconômica, ambiental e político-administrativa da área de estudo e o modelo de turismo implementado localmente de forma a conhecer o potencial para a implantação do TBL, bem como compreender a realidade do distrito de Dondo-Moçambique.

3.3 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO A PARTIR DO SUJEITO, UMA PROPOSTA POSSÍVEL EM MOÇAMBIQUE?

Neste capítulo faz-se uma breve análise crítica sobre o Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique (PEDTM) na perspectiva do desenvolvimento a partir do sujeito. Vale lembrar que o PEDTM aliada a Política e Estratégia para Implementação do Turismo em Moçambique constituem alguns dos principais documentos orientadores da atividade turística.

O PEDTM é um documento que define as bases de implementação da Política e Estratégia do Turismo. A concepção deste instrumento baseou-se na aplicação do método participativo, tendo se realizado consultas e debates a nível das instituições do Estado, associações econômicas, aos operadores de forma individual e a sociedade em geral. O plano tem um horizonte de dez anos, de 2004 até 2013, e sua implementação materializa-se através dos planos quinquenais de ação.

No plano estratégico procurou-se colocar em evidência o papel das áreas de conservação na promoção e desenvolvimento do turismo no país, enaltecendo a necessidade de se estabelecer uma relação de simbiose entre as duas áreas (áreas de conservação e

turismo) de modo a complementarem-se de forma sustentável. O PEDTM procura seguir e colocar, num único documento, as linhas do plano estratégico elaborado em 1995 (“Estratégia para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique: 1995-1999”), do plano de desenvolvimento estratégico para o turismo nas zonas litorais elaborado em 1997 (“Um Quadro de Planificação para o Desenvolvimento de Turismo Regional em Moçambique”) e a nova abordagem da Política do Turismo em relação à conjugação do binómio produto-mercado e as áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, com relevância para integração das áreas de conservação.

O PEDTM, tem como pilar a Política do Turismo e a Estratégia da sua Implementação (PTEI) e serve de base no processo de planificação estratégica. Fixa prioridades específicas, define produtos e mercados, identifica Áreas Prioritárias para o Investimento em Turismo (APIT) e focaliza os recursos necessários. Define também as áreas, as linhas e as ações estratégicas, e os antecedentes que conduziram à formulação das ações estratégicas.

O PEDTM também faz uma avaliação do potencial de mercado, da base de recursos do turismo, do papel atual e potencial da conservação para o turismo e apresenta de forma detalhada as ações Estratégicas de Desenvolvimento de Recursos Humanos no Turismo e o Quadro Espacial para o Turismo.

O Plano Estratégico comporta seis Capítulos, o primeiro capítulo apresenta o contexto em que o Plano foi estabelecido, incluindo a importância econômica do turismo e o papel do turismo no alívio à pobreza, o quadro legal e institucional do país, o sumário sobre a Política e Estratégia do Turismo, as características correntes e históricas do produto turístico moçambicano, o papel da conservação no turismo.

O Segundo capítulo apresenta o Modelo Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo, uma análise das áreas-chave de influência, incluindo tendências internacionais e regionais de turismo e os seus impactos no futuro do turismo em Moçambique. O Terceiro capítulo é referente à visão para o desenvolvimento do turismo onde a Planificação integrada, o Marketing e Desenvolvimento do Produto e Recursos Humanos são os processos identificados como a chave para o desenvolvimento.

O Quarto capítulo aborda os processos consideradas fundamentais de implementação do plano, onde é definido o quadro espacial que identifica as Áreas Prioritárias para Investimento no Turismo (APITs), as Áreas de Conservação, incluindo as transfronteiras, os circuitos turísticos e as rotas turísticas. No último capítulo são abordadas as linhas de implementação do Plano Estratégico, onde se identifica áreas de intervenção,

nomeadamente: quadro institucional, planificação integrada, desenvolvimento de recursos humanos, marketing, áreas de conservação e os conteúdos a observar na elaboração dos planos de ação.

O PEDTM reconhece a oportunidade que o país tem para partilhar os benefícios económicos e sociais relacionados com o crescimento do turismo na África Austral por meio do trabalho conjunto com os parceiros regionais, de criação de ligações espaciais, de orientação das respostas para as exigências do mercado, da promoção de investimentos apropriados e dirigidos, a ênfase na conservação, o alinhamento e a coordenação de políticas, de iniciativas e de recursos em benefício do país.

Como foi referido, o PEDTM orienta-se pela PETI, e também, pelo Plano de Ação do Governo para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). O PARPA é um documento que serve de guia para a planificação dos diferentes sectores de atividade no país da adoção de medidas que possibilitam a melhoria das capacidades e oportunidades disponíveis para a população, especialmente a mais carente.

Conforme Moçambique (2006) a estratégia de redução da pobreza estabelece seis áreas prioritárias para a promoção do desenvolvimento socioeconómico no país, nomeadamente: (i) educação, (ii) saúde, (iii) agricultura e desenvolvimento rural, (iv) infra-estruturas básicas, (v) boa governança, e (vi) administração macroeconómica e financeira. e define como atividades complementares: programas sociais selecionados; habitação; políticas setoriais e programas que contribuem para a geração de receitas e oportunidades de emprego (desenvolvimento de negócios, pesca, recursos minerais e minas, indústria e turismo); programas para reduzir a vulnerabilidade a desastres naturais; e políticas que apóiam o crescimento sustentável (transporte e comunicações, tecnologia e gestão ambiental).

O investimento, a produtividade e a criação de postos de trabalho são considerados fatores fundamentais para o crescimento global e é responsabilidade do Governo criar um ambiente favorável, investindo no capital humano, no desenvolvimento de infra-estruturas, em programas para melhorar a qualidade das instituições públicas e políticas de administração macroeconómica e financeira (MOÇAMBIQUE, 2006).

Conforme a fonte supracitada o turismo é visto como um sector complementar por se encontrar intrinsecamente ligado a muitas das prioridades primárias, o que lhe confere um papel significativo no desenvolvimento económico do país. Referência particular é feita no PARPA ao papel do turismo no estímulo da procura para bens localmente produzidos, contribuindo então para a criação de mais oportunidades de emprego e para a importância da

criação de uma cultura de “turismo doméstico” como estratégia do aumento das receitas globais do turismo.

Para o alcance destes objetivos, o sector estabelece o programa de ação que focaliza: (i) o fortalecimento da política, a estratégia e os planos de ação do sector, (ii) o estímulo à criação de negócios locais de apoio ao turismo e o desenvolvimento de ligações entre si com vista à redução tanto quanto possível das importações (iii) a promoção de condições tanto para turismo doméstico como para o internacional, (iv) a facilitação do acesso de turistas ao país e (v) a formação profissional.

Por sua vez a PTEI estabelece uma perspectiva orientadora do crescimento e desenvolvimento do turismo no futuro, identificando também, os princípios gerais e os objetivos que devem nortear o turismo e as Áreas Prioritárias de Intervenção e Atuação como se pode observar nos Quadros 3, 4 e 5. Alguns dos aspectos fundamentais da política são a abordagem orientada para o envolvimento das estruturas distritais e das comunidades locais; o reconhecimento do valor das áreas de conservação no desenvolvimento do setor; a ênfase colocada no papel que o sector do turismo pode ter na melhoria da qualidade de vida da população; e o desenvolvimento de novas linhas de produto na perspectiva dos vários segmentos de mercado.

Quadro 3: Princípios da Política de Turismo

Princípios da Política do Turismo
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração do Turismo na política geral, planificação e estratégia do desenvolvimento do País; ▪ Assumpção do Governo aos níveis Nacional, Provincial e Local da responsabilidade pela definição e controlo dos padrões de desenvolvimento de qualidade do Turismo; ▪ Planificação e coordenação do desenvolvimento dos mercados, produtos e infra-estruturas turísticas no país; ▪ Estabelecimento de um quadro institucional de mecanismos de planificação e controle de participação ativa no desenvolvimento do Turismo; ▪ Reconhecimento do sector privado como força motriz do desenvolvimento da indústria; ▪ Conscientização sobre a importância do Turismo e sobre o valor do património natural e cultural; ▪ Formação e profissionalização dos recursos Humanos como forma de aumentar a qualidade do turismo; ▪ Promoção do envolvimento efetivo da comunidade nos programas de desenvolvimento

Fonte: MITUR (2003)

Quadro 4: Objetivos do Turismo

Objetivos da Política de Turismo (Assentes nas vertentes econômica, social e ambiental)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver e posicionar Moçambique como destino turístico de classe mundial ▪ Contribuir para a criação de emprego, crescimento econômico e alívio à pobreza ▪ Desenvolver um turismo responsável e sustentável ▪ Participar na conservação e proteção da biodiversidade ▪ Preservar os valores culturais e orgulho nacional ▪ Melhorar a qualidade de vida dos moçambicanos

Fonte: MITUR (2003)

Quadro 5: Áreas Prioritárias para Intervenção e Atuação

Áreas Prioritárias de Intervenção e Atuação
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planificação integrada ▪ Acesso a Terra para o Desenvolvimento do Turismo ▪ Infra-estruturas e Serviços Públicos ▪ Turismo Sustentável ▪ Áreas de Conservação ▪ Desenvolvimento do Produto Turístico ▪ Valorização do Patrimônio Cultural ▪ Promoção Turística ▪ Desenvolvimento de Recursos Humanos e Formação ▪ Envolvimento Comunitário ▪ Desenvolvimento Social ▪ Financiamento ▪ Áreas Prioritárias para o Investimento do Turismo ▪ Regulamentação e Controlo da Qualidade

Fonte: MITUR (2003)

De um modo geral o PEDTM é contraditório no seu discurso, por um lado ele estabelece ações estratégicas (Quadro 5) que se implementado com rigor promoveriam o desenvolvimento do turismo que efetivamente contribuisse para a melhoria da qualidade de vida dos moçambicanos. Uma vez que, nele se propõem a estimular a prática do turismo com ênfase na participação local, valorização dos recursos naturais e culturais e um planeamento integrado. Por outro lado, o documento focaliza um crescimento rápido e o desenvolvimento de um produto turístico orientado para o mercado, fato que contradiz pretensão de um turismo sustentável.

Como se pode ver, tanto o PARPA como a PTEI assumem o turismo como uma atividade capaz de proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população moçambicana e, o PEDTM, se fundamenta nestes dois instrumentos. Porém, a implementação do turismo em Moçambique baseado na busca de um crescimento econômico rápido e estratégias orientadas essencialmente para o mercado, contradizem, tanto os princípios como os objetivos que norteiam a implementação da atividade turística no país como se pode apreender na afirmação que se segue “o PARPA considera o desenvolvimento humano e o crescimento

global como interdependentes. As políticas que promovem um crescimento rápido e equilibrado são favoráveis aos pobres por criar progresso acelerado e sustentável na luta contra a pobreza” (MOÇAMBIQUE, 2004, p.15).

Denota-se uma ênfase no “crescimento econômico e rápido”, mas pesquisadores sobre desenvolvimento já deixam claro que crescimento econômico não significa desenvolvimento, nem melhoria da qualidade de vida. Nas palavras de Rodrigues (1997, p.10) o crescimento econômico não é sinônimo de qualidade de vida da população “a economia não é tudo sem eficácia social”.

Um dos objetivos da PTEI é desenvolver um turismo responsável e sustentável, no entanto este objetivo é incompatível com o foco direcionado para o Mercado e a pretensão de um crescimento econômico rápido. O progresso acelerado e sustentabilidade não se coadunam, conforme GLOBE’90 a sustentabilidade em turismo deve visar:

A gestão de todos os ambientes, recurso e comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivências e estéticas, enquanto que a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos. (GLOBE’90 *apud* RUSCHMANN, 1999, p.72)

Logo, um progresso acelerado necessitaria de uma utilização intensa dos recursos de modo a aproveitar o máximo do mercado, e um dos segmentos de turismo com a capacidade de exploração intensa dos recursos é o turismo de massa, o modelo mais fomentado em Moçambique, como se pode ver na maior parte do discurso no PEDTM.

O turismo de massa pode proporcionar o crescimento acelerado no PEDTM, mas é pouco provável que se tenha o turismo sustentável e particularmente a melhoria da qualidade de vida das comunidades mais carentes no país, como salienta Carvalho (2007, p. 33) o turismo de massas é “excludente por provocar a degradação ambiental e cultural, sendo um modelo perverso de crescimento econômico de poucos, mas não de desenvolvimento da coletividade”.

Conforme o PEDTM, o turismo traduz-se em uma aglomeração de sectores e, por isso, cria oportunidades para a expansão transversal de pequenas empresas e do mercado informal na economia, onde muitos tipos de pequenos negócios podem ser iniciados com capital ainda modesto. Pode-se dizer que este instrumento reconhece que a participação da comunidade no turismo pode ir além de “concordar ou discordar com implantação das estâncias turísticas no seu lugar”, que as comunidades locais também podem se constituir em provedores do produto turístico.

Neste caso, questiona-se a ênfase que o governo moçambicano tanto em nível central como local, na busca de investimento estrangeiro para o crescimento do setor de turismo, no lugar de maiores incentivos às comunidades.

O PEDTM aponta “a necessidade de incentivo do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) como sendo fulcral para o crescimento futuro do sector”. Não se pretende dizer que o IDE seja desnecessário, mas se o mesmo estímulo que tem se dado para o IDE, também fosse dado às comunidade locais, para também investirem no turismo como provedores do produto turístico, os benefícios do turismo recairiam direto no seio das comunidades. Há que se realçar que, geralmente, o IDE se interessa mais pelo turismo de massa, cujo retorno do investimento se mostra rápido, razão pela qual a maior parte do investimento em turismo em Moçambique é no litoral, como o próprio PEDTM refere “o desenvolvimento do turismo na zona costeira fugiu ao controlo do governo” (MOÇAMBIQUE, 2004, p.19).

Por exemplo, na área de estudo, observa-se o esforço do governo local em incentivar o turismo no litoral, a despeito de todo potencial para o estímulo ao desenvolvimento do turismo cultural, para além da possibilidade de se aliar a cultura ao turismo de natureza nas unidades de conservação próximas ao distrito de Dondo.

Tem se verificado iniciativas de turismo de base local nas áreas de conservação em nível do país. Existem programas que estão sendo implementado na província de Tete (o Tchuma Tchato), na província de Niassa (Xipange) em Manica (Chimanimani), além de iniciativas de base comunitária no Parque Nacional do Limpopo na província de Gaza.

Entretanto, há necessidade de estimular-se o investimento em turismo no interior de Moçambique, considerando que, também se reconhece o potencial cultural do país para o turismo.

Porém, um dos elementos fundamentais, que também vem estabelecido no PEDTM é a conscientização da comunidade local sobre o turismo, fato que não ocorre na área de estudo. Voltando ao Castells (2001), o Estado é chamado a intervir por meio de incentivos, subsídios, atividades complementares que estimulem a participação dos agentes de desenvolvimento, assim como ações de formação e conscientização das comunidades em relação aos prós e contras do turismo. O autor sugere como atividade primária, a definição de uma política turística que se incumbe inicialmente de educar a comunidade para a prática do turismo.

Face ao exposto, percebe-se que a orientação do poder público para o turismo de massa parte dos instrumentos orientadores para implementação do turismo em Moçambique, e de modo particular o PARPA que é o documento de base para a planificação de todos os setores de atividade no país. Denota-se uma contradição no PEDTM ao se buscar um crescimento econômico rápido, ao mesmo tempo, que se pretende estimular o turismo sustentável, o envolvimento da comunidade e ênfase na busca do investimento direto como chave para o crescimento do setor de turismo.

É importante frisar que algumas ações para um novo percurso já foram lançados, como se pode perceber capítulo adiante, onde se descreve a organização da administração pública Moçambique. No país já se verifica uma descentralização e desconcentração do poder público, adotando-se um sistema de gestão pública de baixo para cima, onde os governos locais bem como as autoridades comunitárias têm autonomia e poder para influenciar na tomada de decisão no processo de gestão dos recursos locais.

Como argumenta MAX-NIFF(1998), o desenvolvimento na escala humana, ou seja, na perspectiva do sujeito, requer a consideração das necessidades humanas, a autodependência e articulações orgânicas baseadas nas especificidades locais. Tal protagonismo só é possível mediante o processo de democratização que permite uma participação direta e ativa do indivíduo e que resulte num modelo de atuação de baixo para cima capaz de refletir as necessidades reais dos mesmos.

Portanto, para que o turismo atinja as comunidades locais, há necessidade que os instrumentos que o norteiam estejam orientados para a satisfação das necessidades dos mesmos e não para o mercado, é preciso que se oriente por modelos que realmente promovem o turismo não apenas como um instrumento para geração de renda e emprego, mas também como um elemento de integração dos indivíduos a vida social (CORIOLANO, 2005).

Face ao exposto, apresenta-se a seguir a descrição e análise do turismo de base local no distrito de Dondo em função das dimensões de análise definidas para este estudo, nomeadamente político-insitucional, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial, sustentabilidade económica, sustentabilidade cultural, sustentabilidade social.

4 A INSERÇÃO DO TURISMO DE BASE LOCAL NO DISTRITO DE DONDO-MOÇAMBIQUE

Nesta secção far-se-á descrição e análise crítica da realidade do turismo no distrito de Dondo com base nas dimensões de análise estabelecida para esta pesquisa. Convém lembrar que estas dimensões foram definidas em função dos princípios de sustentabilidade, pois, para que o TBL propicie resultados positivos é necessário que este seja orientado pelos princípios de sustentabilidade.

Assim, a análise será feita sob as dimensões político institucionais, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social, sustentabilidade cultural, sustentabilidade econômica e sustentabilidade espacial (Quadro 6).

Quadro 6: Dimensões de Análise para Implementação do Turismo no Distrito de Dondo

Dimensões de Análise	FITBL* Analisados
Aspectos Políticos Insitucionais	Governança
Sustentabilidade Ambiental	Recursos turísticos
	Atrativos turísticos
	Conservação e Preservação do meio ambiente
Sustentabilidade Social	Rede de relações sociais
	Participação comunitária
	Mão-de-obra
	empregabilidade
	Infra-estrutura básica
	Qualificação do pessoal
	Governança
Sustentabilidade cultural	Assistência aos agricultores
	Participação comunitária
	autenticidade
	Consciência social e pública sobre identidade local
Sustentabilidade econômica	Inserção local e regional
	Experiência turística
	Demanda turística
	Inserção local e regional
	Perfil dos provedores do produto
	rentabilidade
	Permanência do turista
	Sazonabilidade
	Marketing responsável
Empregabilidade	
Sustentabilidade Espacial	Equipamentos turísticos
	Entretenimento e lazer
	Meios de apoio ao turismo
	Acesso
	Arquitetura

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

*FITBL: Fatores para Implementação do Turismo de Base Local

4.1 ANÁLISE SOB PERSPECTIVA POLÍTICO INSTITUCIONAL

Neste ponto foram observados aspectos relacionados à governança, como os órgãos e instrumentos de gestão do destino, nomeadamente políticas, programas e planos, além de instrumentos legais específicos ao turismo e outros instrumentos que auxiliam o desenvolvimento da atividade.

De acordo com MOÇAMBIQUE (2004), o turismo em Moçambique é tido como um setor estratégico para o desenvolvimento do país, em 2001 foi constituído o Ministério de Turismo o maior órgão público de tutela da atividade no país. Desde 1994 que o governo tem implementado várias políticas setoriais e legislação, com o fim de estimular o desenvolvimento da atividade no país, destacando-se a Lei do turismo (2004); Política de Turismo e Estratégia de sua Implementação (2003); Plano Estratégico de Desenvolvimento de Turismo em Moçambique (2004); Política Nacional de florestas e Fauna Bravia (1995); Lei de Fauna Bravia (1999); Lei de Terras (1997); Programa Nacional de Gestão Ambiental (1995), Lei de quadro ambiental (1997); Lei de pescas (1990), Lei de Investimento, etc. Existem também diversos programas e planos para reativação do turismo em unidades de conservação, nas zonas costeiras e no interior do país, bem como, busca de investimentos para o setor.

Para os gestores de turismo a contribuição do turismo para a economia do país ainda é baixa, desde 2002 que o turismo vinha contribuindo com 1,5% no PIB de Moçambique, tendo se verificado um aumento de 1% em 2010. Prevê-se que a contribuição do setor no PIB do país, ultrapasse os atuais 2,5% até 2013. Até ao momento atual, maior parte do esforço do governo tem sido canalizado para as áreas de conservação e zonas costeiras, sendo o principal foco as áreas litorâneas.

No distrito de Dondo a gestão e regulamentação da atividade é feita em nível central pelo Ministério de turismo, considerando que a gestão pública em Moçambique segue a abordagem de baixo para cima (*botton/up*), ao nível do distrito é feita pelo governo distrital através do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo em coordenação com a Direcção Provincial de Turismo de Sofala.

A atividade no distrito é regulamentada pelos documentos acima referenciados e, não existe ainda nenhuma política, programa ou plano em nível local para o desenvolvimento do turismo. De acordo com os gestores do turismo no distrito, o interesse do governo local pelo turismo é recente (2010), as atenções estavam mais direcionadas para as unidades de

conservação, sendo maior alvo das atenções e ao mesmo tempo, o responsável por maior parte da receita do turismo na província o Parque Nacional de Gorongosa.

A mesma fonte refere ainda, o governo do distrito de Dondo está trabalhando nos meios para estimular prática do turismo, uma vez que verifica-se um aumento no fluxo de turistas e no interesse de investidores pelas áreas com potencial para o turismo no distrito. Atualmente o governo local tem na em carteira um projeto para reativação do complexo turístico de Sengo, que atualmente encontra-se destruída por causa da guerra civil.

Vale lembrar que o poder público não pode ficar a parte do turismo, uma vez que este setor é tido como propulsor da economia, que valoriza a cultura e cria a integração entre países e entre outros benefícios que advém da prática e, o Estado é o agente cujo uma das atribuições é a planificação do desenvolvimento com base nas diversas alternativas que as atividades produtivas oferecem (CASTELLS, 2001).

Posto isto, para que o turismo seja proveitoso para a população do distrito, inicialmente o governo deve adotar uma postura comprometida com o bem estar da comunidade local, buscando implementar modelos de desenvolvimento de turismo que maximizam as vantagens e minimizam as desvantagens do turismo.

Graziano (1997), também enfatiza a necessidade da participação do Estado no desenvolvimento do turismo no meio rural, através de uma planificação que possibilite o desenvolvimento sustentável, direcionando-se a atenção para as questões relacionadas aos cuidados com o meio ambiente, preservação da cultura, bem como, para a qualificação da mão-de-obra e, não somente para os aspectos econômicos como acontece no distrito. Fato que não se verifica na área de estudo, como mostra o depoimento dos Gestores do Turismo: “com o desenvolvimento do turismo, vai proporcionar entrada de divisas para o distrito através dos impostos e os gastos dos turistas no distrito, a comunidade se beneficiará com novos postos de trabalho criados, mercado para colocar seus produtos...”.

O depoimento supracitado mostra claramente, que a motivação do governo local pelo turismo está orientada para os aspectos econômicos, em nenhum momento fez-se menção a projeções onde a própria comunidade pode assumir-se como provedora do produto turístico, em vez de se esperar pelo investidor externo como “o salvador da pátria”. Nem se observa também, a preocupação com os cuidado com os aspectos ambientais, sociais e culturais.

Portanto para que o TBL seja implementado no distrito, há uma necessidade de reorientação dos princípios dos órgãos públicos no que se refere a escolha do turismo que se quer para o distrito, a realização de um planejamento estratégico alicerçados nos princípios

de sustentabilidade, e implementação de programas de conscientização e capacitação em relação ao turismo.

Como diz Castells (2001), o país ou região que opta pelo turismo como vetor para o desenvolvimento deve preparar-se para os impactos inerentes a prática da atividade e sugere como atividade primária, a definição de uma política turística que se incumbe inicialmente de educar a comunidade para a prática do turismo. Nesta perspectiva, também se revela importante adotar posturas sustentáveis quando se pretende implementar atividade turística numa região, seja qual for a modalidade, vaja-se a seguir os aspectos referentes a sustentabilidade ambiental na área de estudo.

4.2 ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Na análise da dimensão da sustentabilidade ambiental, tomaram-se em consideração fatores como recursos turísticos, atrativos turísticos, conservação e preservação do meio ambiente.

De acordo com MAE (2005), o distrito de Dondo situa-se na margem esquerda do rio Púnguè que vai desaguar junto à cidade da Beira, estendendo-se ao longo deste rio até aos limites do Município da Beira. Localiza-se no Centro-Este da província de Sofala, limitando-se ao Norte com o Distrito de Muanza, ao oeste com o distrito de Nhamantanda, a Sul com o distrito de Búzi e cidade da Beira e a Este pelo oceano Índico.

O Distrito tem uma superfície de 2.308 km² e uma população recenseada em 2007 de 141.003 habitantes e com uma densidade populacional de 60,08 hab/km². E um total de agregados familiares de 30.835 (Instituto nacional de Estatística – INE, 2008).

Segundo a classificação climática de Koppen, o clima de Dondo, integra-se a zona de transição do clima tropical chuvoso para o de estepe com estação seca no inverno. A temperatura média do ar é de 25,4°C, sendo a máxima absoluta 40°C e mínima absoluta 10,5°C. A umidade relativa média é de 77,3%, com pequena variação ao longo do ano. A precipitação média anual varia de 1.000 mm a 1.459mm, com os valores mais altos próximos da costa e diminuindo progressivamente para o interior. A evapotranspiração potencial média anual esta na ordem de 1.496mm (MAE, 2005; INE, 2008).

Conforme MAE (2005) o distrito é caracterizado por duas zonas geomorfológicas distintas: uma corresponde às formações aluvionares recentes, representada por uma topografia plana e sem declives; e outra com relevo mais acentuado e caracterizado por superfícies suavemente onduladas.

Estas zonas são separadas por pequenas baixas pouco acentuadas, em geral largas sem declive ou com declive muito suave, onde correm linhas de água que se dirigem ao rio Púnguè, formando pequenas lagoas no seu percurso. Antigos meandros do rio também formam depressões descontínuas do terreno, conservando a água das chuvas durante todo ano.

Quanto aos solos, no distrito podem ser encontrados solos aluvionares profundos, cinzento escuro, textura mediana, relativamente pobres em matéria orgânica, os sais insolúveis não aparecem em quantidade suficiente para criar limitações na sua utilização agrícola. Contrastando com estes solos, ocorrem solos aluvionares moderadamente profundos (> 70 cm < 100cm), cor cinzenta escura a preta, textura pesada, argilosa e estrutura bem desenvolvida, podendo ocorrer uma camada bastante argilosa e cimentada, limitando o desenvolvimento de algumas culturas devido a deficiente drenagem. A presença de manchas no subsolo e sinal do hidromorfismo destes solos.

Alternando com estes dois tipos de solos, ocorrem solos aluvionares extratificados com camadas distintas, que resultam do ciclo de sedimentação de depósitos dos ciclos de cheias do rio. No grupo de solos aluvionares, há que destacar aqueles fortemente argilosos, hidromórficos, salinos, com manchas de sais a superfície, completamente inaptos para agricultura (solos de manguezal).

No interior e nos terrenos ondulados, destacam-se a planície arenosa de material sedimentar da chamada faixa arenosa costeira, de solos profundos, de textura arenosa. Dondo é um distrito costeiro rico em recursos naturais, culturais e com grande potencial agrário, conforme o Ministério de Administração Estatal – MAE (2005, p.15). Além disso, “a proximidade da cidade da Beira, a integração no corredor da Beira e o acesso fácil a província vizinha¹¹ e mesmo ao Zimbabwe, possibilita ao distrito uma boa integração a rede de mercados”.

O acesso ao distrito para fins turísticos é feito por meio rodoviário através da Estrada Nacional Nº 1 e Nº6 e, pelo meio aéreo através do Aeroporto Internacional da Beira e do Aeroporto Nacional de Chimoio.

Como se pode notar, a acessibilidade do distrito se constitui num grande diferencial para atração tanto como captação dos fluxos turísticos na região.

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (2004-2013) – PEDTM (2004-2013) classifica esta região como uma Área Prioritária de Investimento em Turismo

¹¹ O distrito de Dondo localiza-se a 143km da cidade de Chimoio a capital da província de Manica, a província vizinha citada, 30 km da cidade da Beira. Disponível em: <<http://www.travelmath.com/cities-near/Dondo,+Mozambique>>. Acesso em: 16/09/2011

(APIT) do tipo A/B¹², fazem parte deste grupo, áreas com limitado desenvolvimento turístico, com modestas infra-estruturas e fluxos turísticos. De acordo com MAE (2005) a costa do distrito abrange a Zona Turística de Sofala, que entre as várias praias que possui, destacam-se a praia da Beira, Sofala e Savane.

De acordo com os Gestores do Turismo no distrito, Dondo registrava considerável fluxo turístico no período colonial, captando tanto fluxos locais, como da região. A maior parte do fluxo se dirigia para o litoral, o interno era constituído essencialmente por cidadãos das cidades vizinhas e o externo por zimbabweanos, malaweanos, portugueses e norte-americanos. Normalmente, maior parte do fluxo dos turistas que passava pelo distrito, tinha como destino final o Parque Nacional de Gorongosa.

A guerra civil que o país viveu após a Independência (1975), levou ao colapso da atividade turística no distrito e no país em geral. Com o estabelecimento da paz em 1992, verificou-se uma reativação progressiva da atividade turística pelo país, o interesse do governo distrital pelo turismo é recente como foi referido anteriormente, pois o distrito já vem recebendo novamente os fluxos turísticos domésticos e internacionais e, assim o turismo foi se desenvolvendo espontaneamente.

O PEDTM recomenda para as APITs A/B, além de somente beneficiar-se do turismo dos cidadãos da região, a captação dos fluxos que se dirigem para os países vizinhos tendo como portal de entrada principal o aeroporto internacional da Beira. Fato que já tem se verificado, pois segundo os Gestores do Turismo, 90% dos turistas estrangeiros que chegam ao distrito vêm dos países vizinhos como África do Sul, Zimbabwe, Malawe e Tanzania com destino final ao Parque Nacional de Gorongosa e Reserva Nacional de Marromeu.

Este plano recomenda ainda, a criação de infra-estruturas como parques de campismo e caravanas para turistas de posses baixa, médias e alta, bem como, modernização e construção de novo parque hoteleiro.

Apesar de se verificar um crescente interesse pelo turismo por parte do governo local, ainda prevalece à idéia de que o distrito de Dondo é potencialmente pobre em recursos turísticos, como se pode constatar pela afirmação dada por um dos Gestores de Turismo em Dondo

¹² Áreas Prioritárias para Investimentos em Turismo são regiões que foram concebidas como destinos ou potenciais destinos em função de critérios como distância, máximo potencial de produto e marketing, densidade populacional, infra-estrutura e acesso, acomodação, ligação com iniciativa econômica nacional e áreas de importância estratégica nacional, com vista a criar uma plataforma espacial para garantir melhor planificação e alocação de recursos para o desenvolvimento do turismo em Moçambique (Moçambique, 2004).

O distrito não tem grande vocação turística para apostarmos em grandes esforços de investimentos no turismo. O que chama atenção quando se trata de turismo aqui no distrito é a praia de Savane e a praia de Sengo, mesmo na praia de Sengo não existe nenhuma infra-estrutura, foi tudo destruído pela guerra, para se chegar lá é difícil. Mas o governo está trabalhar junto de potenciais investidores e da comunidade nos arredores da praia de Sengo para a reactivação do complexo turístico que existia no tempo colonial

Esta idéia também está presente no perfil do distrito, “Este distrito não tem potencial turístico significativo e as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do sector são muito limitadas” (MAE, 2005, p.). Os resultados da pesquisa, indicam que esta idéia, está relacionada à ligação do turismo a viagem, sol e praia, pois 90% dos entrevistados quando questionados sobre as idéias que lhes ocorrem quando se fala de turismo, são viajar e praia.

Além disso, resulta também do atual foco de desenvolvimento de turismo que o governo tem direcionado para o país, que é o turismo de massa (turismo de sol e praia), uma tipologia de turismo “altamente destrutiva”, pois, pela forma como este se desenvolve acelera a degradação dos destinos tanto nos aspectos naturais como culturais, além de aumentar a desigualdade social. Como Carvalho (2007, p. 33) salienta, o turismo de massas é “excludente por provocar a degradação ambiental e cultural, sendo um modelo perverso de crescimento econômico de poucos, mas não de desenvolvimento da coletividade”.

De fato, o distrito Dondo carece de infra-estruturas, tanto básicas como turísticas que permitam o pleno desenvolvimento da atividade, como se mostra adiante na secção do texto onde estão descritas os aspectos referentes a infra-estrutura básica e turística (dimensão de análise da sustentabilidade espacial). Contudo, afirmar literalmente que o distrito não tem potencial turístico significativo é negar-se a olhar as outras oportunidades para o aproveitamento dos recursos disponíveis no distrito, e que podem trazer benefícios reais as comunidades locais sem descaracterizar a paisagem, degradar a natureza ou mercantilizar a cultura.

É de notar, que em virtude do interesse do governo local e de agentes econômicos externos pelo turismo no distrito de Dondo, a Assembleia Municipal de Dondo aprovou a proposta de o Município retirar todas as quintas existentes na zona de expansão para as zonas de produção. Conforme os Líderes Comunitários, as zonas de expansão são destinadas a construção de unidades residenciais, a maior parte de indivíduos proprietários de quintas nesta zona, são indivíduos que tem as suas quintas como moradia familiar ou lugar para lazer e não unidade de produção.

Os ambientalistas que atuam em Dondo informaram que o fato de as zonas de produção albergar a estrutura industrial do distrito (Fábrica de cimentos, de lusalite, de betão,

processamento de madeira), deixará os proprietários das quintas transferidos para esta zona, expostos as várias formas de poluição (sonora, do ar, água, etc.) e possibilidade de contração de doenças cancerígenas em longo prazo.

Porém, observou-se que o projeto para reativação do complexo turístico de Sengo, bem como, o plano para concessão dos terrenos na zona de expansão para atividade turística ainda continuam em curso, a despeito do alerta em relação a transferência das quintas para a zona de produção, como consta no Jornal Notícias do dia 22 de Outubro de 2011.

A intenção de estimular o turismo de massa na praia de Sengo poderá agravar os problemas ambientais (desmatamento massivo do mangal, descaracterização da paisagem, interferência negativa no ciclo reprodutivo do camarão, entre outros) que vem se verificando nesta região. Veja-se imagens ilustrativas da praia de Sengo nas figs. 1 e 2.



Fig.1: Praia de Sengo
Fonte: Autora (2012)



Fig. 2: Praia de Sengo
Fonte: Autora (2012)

Constatou-se também que os gestores de turismo no distrito não tomaram em consideração o alerta dado pelas associações ambientalistas, tanto que, voltaram a afirmar no Jornal Notícias do dia 28 de Dezembro de 2011, que o principal interesse no momento é de reativar o turismo em Sengo como se observa na afirmação abaixo

Para já, a maior preocupação do Governo reside na reativação do turismo nas praias de Sengo, cuja via condiciona o seu acesso. Com infra-estruturas completamente em escombros, incluindo o desaparecimento do mapa da então pista de aterragem devido à guerra, a referida zona turística apresenta-se com uma beleza natural altamente atraente com a abundância de ecossistemas marinhos, faunísticos e florestais (Jornal Notícias, 2011).

Esta atitude dos gestores do turismo no distrito só vem confirmar, que a lógica economicista impera no mercado e no seio dos agentes de turismo no distrito. No entanto, vários pesquisadores entre eles Carvalho (2007), Coriolano (2005), Burzstyn (2004) defendem que uma das vias para ultrapassar as vicissitudes criadas pelo turismo de massa é a implementação do turismo de base local, que se traduz em uma prática turística que promove

a inclusão social por meio de implantação ou incentivo à criação de empreendimentos locais e com uma visão própria de exploração consciente e sustentável voltada aos interesses na escala humana e local.

Entretanto, Carvalho (2007) deixa claro que esta perspectiva mostra-se complexa pela dificuldade com que se depara ao se tentar implantar um modelo de desenvolvimento turístico alternativo com alicerces nos princípios de sustentabilidade. As dificuldades se tornam agravantes em regiões com considerável fragilidade do poder político local, desigualdade social e baixo grau de organização social, para além da grande prevalência do turismo de massa no seio dos profissionais, políticos, na maioria dos turistas e até das comunidades receptoras (BURZSTYN, 2004; CARVALHO 2007).

E este é cenário que está se impondo no distrito de Dondo, pois, tanto os gestores públicos como as comunidades locais vêem o turismo de massa como um meio de “propulsão veloz” para a melhoria da qualidade de vida, como se pode perceber na afirmação dos líderes comunitários “se o complexo de Sengo estivesse aberto o negócio das pessoas aqui teria mais lucro, porque aproveitariam os turistas que viriam para cá”.

Percebe-se que por a atividade turística ter iniciado espontaneamente no distrito, sem obedecer a nenhum plano, fez com que os empreendimentos surgissem nos lugares que se mostram atrativos aos investidores, com destaque para o litoral e a zonas próximas a EN1. Mas a riqueza do distrito vai além de praias (veja-se figs. 3 e 4), o distrito tem uma beleza natural atraente com abundância de ecossistemas marinhos, faunísticos e florestais, o pescado e mariscos constituem alguns dos produtos que fazem parte da dieta da comunidade, pois o distrito é rico em cursos de água (rios, riachos, lagoas). A caça também é uma das atividades muito praticada pelos locais, e também oferecida pelos operadores turísticos existentes.



Fig. 3: Rio Savane
Fonte: Autora (2012)



Fig. 4: Barcos tradicionais na praia de Savane
Fonte: Autora (2012)

O Departamento para Coordenação da Ação Ambiental do distrito em colaboração com a Direção Provincial para Coordenação da Ação Ambiental da Província de Sofala e ONGs que trabalham em questões ambientais em Dondo, têm realizado programas de educação ambiental no distrito. De acordo com os Líderes Comunitários, as comunidades têm consciência da necessidade de conservação do meio ambiente, sendo que até o ano 2011 Foram capacitados 4 grupos de ativistas, compostos por 15 membros da própria comunidade e existem 3 associações comunitárias direcionadas para o meio ambiente e desenvolvimento.

Neste rol de idéias, vale apresentar os aspectos analisados na dimensão sustentabilidade espacial, para melhor percepção da ocupação do espaço pelo turismo no distrito de Dondo.

4.3 ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE ESPACIAL

Nesta análise tomaram-se em consideração os seguintes fatores: infra-estruturas básicas, infra-estrutura/equipamentos turísticos, meios de apoio ao turismo, arquitetura, entretenimento e lazer.

No que se refere as vias de acesso, observa-se que o fato do distrito de Dondo localizar-se no Corredor da Beira, lhe proporciona ligações rodoviárias e ferroviárias relativamente fáceis com a cidade da Beira, com as províncias vizinhas (Manica, Tete e Zambézia) e Zimbabwe. Além disso, também tem facilidade de ligação com a Província de Maputo e restantes Províncias a Sul do país através da estrada para Zimbabwe via Chimoio (Manica), pois esta cruza o principal eixo norte-sul do país.

O acesso para os distritos limítrofes é feito em estradas pavimentadas e em boas condições e o acesso para o interior do distrito é feito em estradas de terra batida. Entretanto, estas últimas não apresentam grandes limitações de trânsito, exceto durante a época chuvosa.

A infra-estrutura de telecomunicações inclui uma rede de telefonia fixa, telégrafo e ligações por rádio. O distrito acede ainda em vastas áreas à rede de telefonia móvel dos dois operadores existentes (Moçambique Celular-Mcel e Vodacom). O acesso a Internet pode ser efetuado nas zonas servidas por rede fixa e móvel de telecomunicações, existindo também uma delegação de Correios de Moçambique.

A rede de distribuição de água no distrito de Dondo é irregular. Embora exista um número considerável de poços e furos de água estimados em 76,2%, a maioria está concentrada na sede do distrito e em algumas localidades, e não estão operacionais todo ano, sendo que a população tem de percorrer longas distâncias até a fonte mais próxima. Nos

lugares onde a acessibilidade (nas regiões mais para o interior do distrito) a água canalizada e aos furos de água é precária recorre-se ao uso da água dos rios, lagoas e das chuvas. É de notar que somente a cidade do distrito e os postos administrativos (Dondo-sede, Mafambisse e Savane) é que se beneficiam de água canalizada sendo na ordem de 19,5%. Também se verifica o consumo de água mineral, mas acessível a uma minoria devido ao seu elevado custo como se apresenta na Tabela 1.

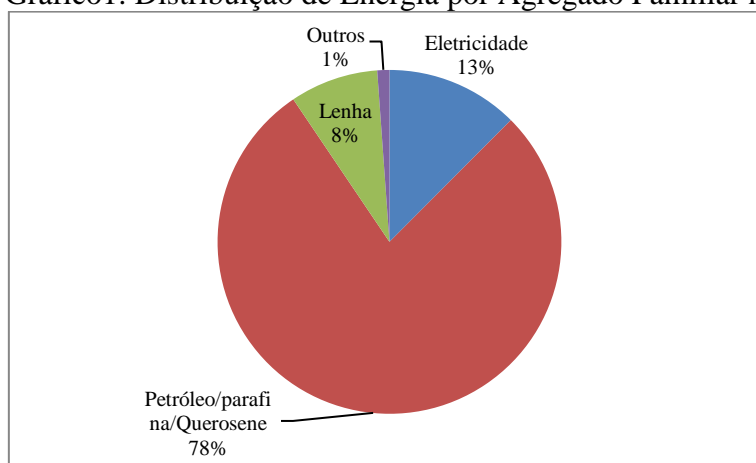
Tabela 1: Distribuição de Água no distrito de Dondo

Fonte de água	Distrito	
	Nº	%
Água canalizada dentro de casa (rede)	974	3,2
Água canalizada fora de casa (rede)	5.086	16,5
Fontenária	9.089	29,5
Poço/Furo protegido	6.086	19,7
Poço sem bomba (a céu aberto)	8.329	27,0
Rio/Lagoa/Charcos	1.142	3,7
Água da chuva	5	0
Água mineral	1	0
Outros	123	0,4
Total de agregados familiares	38.835	100

Fonte: INE (2008)

De acordo com o censo de 2007, a distribuição de energia elétrica cobre cerca de 13% dos agregados familiares do distrito. Cerca de 78% das famílias utilizam combustíveis como parafina, petróleo ou querosene, e o restante recorre a gerador/placa solar, gás, vela, bateria e lenha que se estimam em 8% como se pode observar no Gráfico 1.

Gráfico1: Distribuição de Energia por Agregado Familiar no Distrito de Dondo



Fonte: INE (2008)

O distrito possui 69 escolas, das quais 63 correspondem ao ensino primário do nível 1 e 2 e as restantes ao nível secundário. No censo de 2007, a taxa de escolarização foi estimada em 103,6% e 72,4% respectivamente considerando-se apenas o ensino primário e secundário, o que significa que pelo menos 103,6% e 72,4% da população em idade escolar frequentam o nível primário e secundário respectivamente. A taxa de analfabetização em nível do distrito é de 51,3%, o que demonstra que mais da metade da população não sabem ler nem escrever em nenhuma língua (INE, 2008).

Tendo em conta que a língua materna dominante no distrito é Sena, 65% da população com mais de 5 anos de idade tem conhecimento da língua portuguesa (veja-se a Tabela 2), sendo este dado predominantemente em homens, devido a maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho. Cabe frisar, que maior parte da população alfabetizada vive na cidade de Dondo.

Tabela 2: População Consoante o Conhecimento da Língua Portuguesa

	Sabe falar português (%)			Não sabe falar português (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Distrito de Dondo	64,5	39,9	24,6	35,5	17,2	18,3
5 – 9 anos	6,7	3,5	3,2	9,1	4,3	4,8
10 – 14 anos	11,3	6,1	5,2	4,0	1,6	2,5
15 – 19 anos	11,3	6,3	5,0	3,2	1,2	1,9
20 – 44 anos	28,6	18,5	10,1	11,8	8,3	3,5
45 anos ou mais	6,7	5,5	1,2	7,4	1,8	5,6

Fonte: INE (2008)

No que se refere aos serviços de saúde, o distrito dispõem de 13 centros de saúde que possibilitam o acesso da população ao sistema Nacional de Saúde, embora seja em um nível bastante insuficiente, como mostram os Índices de Cobertura Média dos serviços de saúde no distrito: 1 unidade sanitária por cada 12 000 pessoas; 1 cama por 1.400 hab; e 1 técnico profissional de saúde para cada 2.130 habitantes residentes no distrito.

Estes indicadores mostram que os serviços sanitários são respondem a demanda real do distrito, levando a procura de serviços de saúde na cidade da Beira, quando se trata de problemas de saúde grave ou de serviços que não são oferecidos nos centros de saúde.

Apesar dos esforços realizados pelo governo distrital, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar as

bombas de água que necessitam de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes, que na época das chuvas tem problemas de transitabilidade.

Em relação a infra-estrutura turística, os gestores de turismo no distrito de Dondo, afirmam que a rede de empreendimentos turísticos é estimada em 75 estabelecimentos, onde 43 se encontram encerrados em virtude de descapitalização dos operadores turísticos. Os 32 em funcionamento são constituídos por restaurantes, bares, lanchonetes, discotecas, pensões, hotéis, e *lodges*. 80% dos capitais investidos nos equipamentos turísticos do distrito são de origem estrangeira (paquistaneses, somalianos, zimbabweanos e portugueses) e, semelhantemente acontece com o comércio formal. A maior parte dos locais que têm alguma atividade comercial integra-se no setor informal.

Segundo os líderes comunitários e gestores de turismo em Dondo, não existe ainda iniciativas significativas de turismo implementadas pela própria comunidade, o que tem se verificado com frequência, é o emprego dos locais nos empreendimentos turísticos (veja-se Figs. 1 e 2) como hotéis, *lodges*, pensões, entre outros; fornecimento de produtos agrícolas, pesqueiros e artesanais; contratação de serviços de grupos de canto e dança, que são na maioria das vezes feitos pelos gestores dos *lodges* que se encontram no litoral.



Fig. 5: Lodge Rio Savane
Fonte: Autora (2012)



Fig. 6: Savane Lodge
Fonte: Autora (2012)

Os poucos serviços turísticos que são oferecidos pela comunidade distribuem-se entre alojamento em pensões (2), alimentação em lanchonetes (4), entretenimento em bares (2) e discoteca (1). Os que mais se destacam são as quintas (sítios), que para além de alojamento oferecem também serviços de alimentação e entretenimento.

Existem no distrito, pelo menos 33 quintas, somente três é que se dedicam ao turismo. Um se localiza no posto administrativo de Mafambisse e dois no posto administrativo de Savane, convém ressaltar que as quintas pertencem a membros da comunidade com posses média a alta, que agregaram o turismo as quintas estimulados pelo fluxo de cidadãos da Beira e Chimoio, que se dirigiam a Dondo para lazer, nos finais de

semana e feriados. Cabe ressaltar, que os proprietários das quintas exploram a atividade individualmente e, a de Mafambisse o proprietário é da cidade da Beira e esta foi a primeira a abrir suas portas para o turismo em 1996.



Fig.7: Quinta de Mafambisse
Fonte: Dados da pesquisa (2012)



Fig. 8: Quinta de Savane
Fonte: Dados da pesquisa (2012)

As quintas, para além de alojamento e alimentação, oferecem também passeios em barcos tradicionais pelo rio Savane e Maria e pela praia de Savane, pesca e caça. O serviço de alimentação é constituído tanto por pratos típicos da região como por pratos convencionais. Tem se verificado também, a realização de feiras gastronômicas (esporadicamente), de produtos agropecuários e pesqueiros e, de artesanato. A feira que tem tido maior afluência é a de produtos agropecuários e pesqueiros, observando-se a presença de comerciantes das cidades da Beira, Chimoio e Maputo.

4.4 ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA

Nesta seção foram abordados aspetos relacionados as características económicas do distrito, assim, conforme MAE (2005), no que se refere a posse da terra, mais de 85% das 59 000 parcelas em que estão divididas, as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou concessão do estado a particulares e empresas privadas.

Este distrito possui potencialidades agrícolas, pecuárias e florestais, sendo a agricultura e pecuária as principais atividades das famílias. De um modo geral a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consorciamento de culturas com base nas variedades locais.

O distrito possui cerca de 26 mil explorações agrícolas com uma área média de 0.8 hectares. É de notar que o tipo de exploração dominante é a familiar. Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 80% dos casos o chefe da família (na maioria dos casos homem).

Dada a composição alargada da maioria dos agregados moçambicanos, a estrutura de exploração agrícola do distrito reflete a base da economia familiar, constatando-se que 85% das explorações são cultivadas por 6 ou mais membros do agregado familiar. As explorações estão divididas em cerca de 59 000 hectares e exploradas em 55% dos casos por mulheres. Do total de agricultores, 34% são crianças menores de 10 anos de idades, de ambos os sexos.

Nos solos moderadamente bem drenados predominam as consorciações de milho, mapira, mexoeira, mandioca e feijões nhemba e boere. O algodão e a cana-de-açúcar são culturas de rendimento, produzidas em regime de monocultura. Este sistema de produção é ainda completado por criação de espécies como gado bovino, suíno, caprino e aves.

O sistema de produção predominante nos solos de textura pesada e mal drenados é a monocultura de arroz pluvial (na época chuvosa) e, batata doce que é em regime de camalhões ou matutos (época fresca). Também se verifica o plantio de fruteiras como o cajueiro, a mangueira, a goiabeira, a maçaniqueira, e a papaeira. Como limitantes à produção de árvores de frutas cita-se a falta de sementes, a seca e as pragas.

A produção agrícola é feita normalmente em condições de sequeiro, no entanto, este método apresenta um risco alto de perdas de colheitas, devido à baixa capacidade de armazenamento de umidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Na faixa do distrito atravessada pelo rio Púnguè, existe aptidão para agricultura irrigada. Mais para o interior do distrito existem algumas terras onde é possível usar o sistema de rega para produção agrícola, mas requerendo-se para o efeito, construção de sistemas de armazenamento de água.

Este distrito possui mais de 8 mil hectares de regadios operacionais dominados pela infra-estrutura da Açucareira de Moçambique (Mafambisse). Existem igualmente pequenas infra-estruturas de rega com capacidade para fazer irrigação de superfície de 43 ha e algumas represas espalhadas por quatro unidades agrícolas privadas.

O fomento pecuário tem sido fraco. Porém dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efetivo pecuário. Dada a existência de boas áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária,

sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

A madeira não é muito utilizada na construção das habitações, sendo que as casas tradicionais são construídas de estacas, bambus, barro e capim e, recentemente também tem se utilizado materiais convencionais. A lenha e o carvão são os principais combustíveis domésticos.

A fauna bravia do distrito é importante na alimentação das famílias. Sendo um distrito costeiro, o peixe é naturalmente incluído na dieta familiar, constituindo a pesca uma atividade de rendimento para muitas famílias.

A comercialização é feita localmente, registrando-se a atividade de comerciantes vindos de fora, principalmente de cidade de Maputo e da cidade da Beira para comprar os produtos locais. No distrito, é comum o processamento caseiro de furtas para o fabrico de bebidas alcoólicas, destiladas e fermentadas, para venda no mercado informal.

Este distrito é um centro agro-industrial importante do país, sendo a produção de açúcar e cimento dominantes na atividade industrial do distrito de Dondo. Há ainda a realçar entre outros empreendimentos a Lusite de Moçambique, Moçambique Florestal (MOFLOR), Fábrica de Travessas de Betão, Estação dos Caminhos de Ferro Moçambique-Centro e Gado Leiteiro de Muzimbite. Entretanto, a pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) apresenta-se como alternativa a atividade agrícola.

A proximidade da cidade da Beira, a integração no Corredor da Beira e o acesso fácil à província vizinha de Manica e mesmo ao Zimbabwe, possibilitam ao distrito uma boa integração a rede de mercados.

A sede do distrito é caracterizada por alguma atividade comercial sendo que a maior parte da comercialização dos produtos é feita nos mercados locais, na sede e na cidade da Beira.

Opera no distrito uma filial do Banco Barcklays, Banco Comercial de Investimentos e Millenium Bim, que se dedica a captação de poupanças. Para além dos bancos, as possibilidades de acesso ao crédito também derivam da prática do setor informal, nomeadamente dos comerciantes locais e dos familiares interessados.

Apesar do esforço desenvolvido, do investimento público e privado na atividade agrícola e nas infra-estruturas e das várias intervenções realizadas na área social, ainda é patente no distrito os efeitos gerais da pobreza, das calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas. Todavia, destacam-se três empreendimentos que estimulam o processo de desenvolvimento do distrito de Dondo:

- A Açucareira de Mafambisse responsável por 20% da produção de açúcar de Moçambique;
- A Fábrica de Cimento de Dondo, com uma capacidade instalada de 70 mil ton. de cimento e responsável por 12% da produção de cimento do país;
- Os benefícios decorrentes da sua localização no contexto regional do Corredor da Beira.

Na Tabela 3, verifica-se que excetuando o setor agrário, a ocupação da população economicamente ativa é pouco significativa, pois apenas 8.345 pessoas possuem atividades laborais formais, o que representa 11, 9% da População Economicamente Ativa.

Tabela 3: N° de Unidades/Empreendimentos por Principais Ramos de Atividade e Pessoal ao Serviço no Distrito de Dondo

Código CAE¹³ Divisão	Descrição da Atividade	N° de UE's	Pessoal ao Serviço
10	Indústrias alimentares	32	6871
14	Indústria de vestuário	2	8
16	Indústria de madeira e da cortiça exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria, espartaria	3	26
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	1	2
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	1	317
25	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	2	4
27	Fabricação de equipamento elétrico	1	3
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	9	40
45	Comércio por grosso e a retalho; manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	2	14
46	Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de automóveis e motociclos	1	1
47	Comércio a retalho, exceto de automóveis e motociclos	103	235
52	Armazenagem e atividades auxiliares de transporte (inclui manuseamento)	1	3
55	Alojamento	2	18
56	Restauração e similares	85	191
59	Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de	3	3

¹³ CAE – Documento/Instrumento de coordenação/enumeração estatística onde são agrupadas e ordenadas todas as atividades produtivas e não só, através de atribuição de um código alfanumérico específico

	programas de televisão, de edição de música e gravação de som		
74	Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1	2
84	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	25	444
85	Educação	55	365
86	Atividades de saúde humana	11	48
91	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	1	0
94	Atividades das organizações associativas	22	109
96	Outras atividades de serviços pessoais	4	6

Fonte: INE Ficheiros de Unidades Estatísticas – FUE¹⁴ (2008)

Além dos fatos acima expostos, o distrito possui o Fundo de Desenvolvimento do Distrito (FDD) orçados em 9 milhões de Meticais, cuja finalidade é disponibilizar capitais a comunidade para poderem investir em atividades produtivas que levem a melhoria de sua qualidade de vida. O Instituto Nacional de Turismo (INATUR) também dispõe de fundos para investimentos em turismo, mediante apresentação de um projeto que se mostre viável economicamente, socialmente e ambientalmente. Mas como a visão da comunidade local limita-se apenas nas atividades tradicionais, sendo o turismo visto somente como uma atividade muito cara para se investir aliado a falta de conhecimento sobre as alternativas oferecidas pelo turismo, os fundos da INATUR nunca foram solicitados por nenhum membro da comunidade. Até ao momento atual o FDD só foi solicitado para investimento na agropecuária, pesca, artesanato, comércio e atividades afins desenvolvidas pela comunidade.

Nesse caso, em vez de somente atrair investimentos externos para o distrito, deve-se também buscar apoio para as comunidades, de modo que elas estejam aptas para implementar o TBL. Ademais, o distrito vem registrando um fluxo crescente de turistas e, por se encontrar no corredor recebe também camioneiros¹⁵, o turistas tem uma permanência média de 3 dias. As épocas altas de turismo doméstico são os feriados e finais de semana para o turismo internacional é de Outubro a Janeiro.

¹⁴ FUE – Instrumento de coordenação e harmonização dos inquéritos estatísticos, integrando a informação sobre as empresas, instituições sem fins lucrativos e administração pública, existentes em registos administrativos e nos vários ficheiros estatísticos criados no âmbito das operações estatísticas desenvolvidas pelo INE

¹⁵ O distrito de Dondo, além de constituir um dos centros industriais da província de Sofala, é também um corredor frequentemente utilizados por transportadoras nacionais e internacionais que tem investimentos em Moçambique, assim passa pela EN1 caminhões que circulam pela África austral e pelo país. Todos automóveis não são autorizados a passar além da portagem em nenhum dos sentidos, por questões de segurança, sendo que a portagem fica fechada a partir das 9:00hrs da noite. Assim, maior parte dos camioneiros que ficam retidos na portagem passam a noite na cidade de Dondo.

Desse modo, constata-se que o distrito já reúne condições primárias para a implementação do TBL, no entanto faz-se necessários ações de capacitação e concientização das comunidades sobre o turismo como alternativa para aproveitamento dos recursos locais.

Os resultados da pesquisa sugerem que o TBL se mostra como uma alternativa exequível no distrito de Dondo, pois, além dos atributos naturais e culturais aliados a acessibilidade, que se constitui num fator diferencial no distrito, existe uma boa rede de cooperação no distrito, embora não seja na área de turismo. É de notar que um dos fatores primordiais para esta modalidade é a cooperação, solidariedade e o espírito de pertencimento ao lugar.

Nesse sentido, cabe ao governo local a elaboração e implementação de políticas públicas e estratégias que considerem as especificidades e a complexidade territorial no seu todo, e busca por caminhos que proporcionem benefícios efetivos a comunidade local, não simplesmente se direcionando pelas vantagens econômicas. Além disso, o TBL mostra-se como uma possibilidade para as comunidades inovarem e diversificarem as suas atividades sem necessariamente terem de trocá-las pelo turismo.

4.5 ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE CULTURAL

Nesta seção foram observados aspectos como participação comunitária, autenticidade, consciência social e pública sobre identidade local, inserção local e regional e, experiência turística

Conforme MAE (2005) O surgimento de Dondo está historicamente ligado à construção da Linha férrea entre Beira e Umtali (Mutare-Zimababwe), com a chegada dos portugueses em Moçambique. Sabe-se também que o seu anterior nome Dhondo significa mata densa na lingua portuguesa.

Os relatos históricos atestam que a primeira povoação sedentária deste lugar surgiu com a construção da linha férrea acima referida e, particularmente, a construção da estação de Dondo, finais do século XVIII e início do século XIX, pela *the Beira railway*, sociedade fundada com capitais britânicos *The British South Africa company*, que construiu o caminho-de-ferro Beira Macequesse, conforme o acordo de fronteiras celebrado a 11 de Junho de 1891.

Atualmente Dondo, é o segundo centro industrial da província de Sofala. A principal atividade econômica do distrito é a agricultura, onde se destaca a cultura de cereais (mapira e milho), raízes e tubérculos (mandioca e bata-doce), para além de hortícolas

diversas. Porém, a população possui outras atividades de rendimento como o corte de bambu, estacas, lenha e fabrico de carvão vegetal.

Existem três (3) regedorias, nomeadamente, Mafambisse, Maguacua, Ndjanji. A língua predominante é Sena, sendo Útse e a marimba¹⁶ as danças mais praticadas e, os pratos típicos predominantes são: Xima com nsomba (peixe fresco); Xima com ntxocobwe (folha de mandioqueira); Xima com peixe seco, Xima com xincuio (carne seca).

Entre as cerimônias familiares praticadas destacam-se o reconhecimento aos mortos – *nsembe*; cerimônias pós-nascimento – *Mazuade*; cerimônias pós-falecimento – *pita-cufa*; cerimônia pós-queimada, casa e machamba – *pita-moto*; cerimônias de casamento: primeiro contato oficial com a noiva – *fungula mulomo*, consulta de lobolo¹⁷ – *Mussa*, pagamento de lobolo – *semba* e casamento – *Massesseto*.

A população de Dondo é predominantemente de origem Sena (grupo Bhangue) como resultado do cruzamento entre Machangas/Matewes com os Phodzos do baixo Zambeze. Porém, no período após a independência Nacional, a livre circulação de pessoas e bens deu origem a uma miscigenação da população oriunda de várias tribos do país que ali fixaram residência.

Os dois principais grupos étnicos (Senas e Ndaus) estão assim distribuídos: na zona sul e sudeste do distrito registra-se uma maior concentração dos Ndaus que se dedicam a pesca artesanal e a agricultura de subsistência. Por sua vez, os Senas estão mais concentrados no sudeste e norte do distrito dedicando-se a caça, pesca artesanal, agricultura de subsistência e exploração florestal.

Das 30.835 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico nuclear com filhos (46,2%) e tem, em média 3 a 5 membros sendo as restantes unipessoal (11,2%) monoparental (11,4%) e alargada (31,2%). A maioria dos jovens se casam após os 12 anos, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Sião ou Zione.

Face ao exposto, percebe-se que o distrito possui um aporte suficiente para a implementação do TBL, contudo a comunidade carece de informações relacionadas as formas de integrar sua cultura ao turismo como forma de valoriza-la. Os resultados da pesquisa mostram que, 90% dos entrevistados não têm conhecimento que lhes possibilite um julgamento fiável quando se trata de turismo. Quando questionados sobre a idéia ou noção que possuem do turismo, maior parte referiu-se a viagem e praia; como vantagens do turismo

¹⁶ Útse e Marimba são danças tradicionais da região centro que geralmente são acompanhadas ao som da marimba, um instrumento musical feito na base de madeira.

¹⁷ Lobolo o dote exigido pela família da noiva para cerimônia de casamento segundo os costumes locais.

a oportunidade de emprego e mercado para produção local, como desvantagens somente o reassentamento necessário para implantar o turismo para um “benefício maior”. Portanto, percebe-se que a comunidade local não tem consciência do que é turismo e as diferentes perspectivas do mesmo. Só para constar, no seio dos gestores de turismo não existe nenhum com formação em turismo, o que fragiliza ainda mais o processo de gestão do turismo no distrito.

De certa forma, a comunidade não é culpada por abrir as portas para o turismo de massa, uma vez que eles não conhecem as várias perspectivas do turismo, isto é, não entendem realmente o que é o turismo, os reais benefícios e desvantagens do turismo, nem sabem como efetivamente se manifesta o turismo de massa, não conhecem outras formas de turismo para que possam escolher o melhor para elas.

Conforme os líderes comunitários, durante a auscultação para a reativação do complexo turístico de Sengo, as comunidades informou-se é que com o investimento em turismo no distrito elas poderão ter emprego, terão mais mercado para vender o seu peixe, carvão, a produção agropecuária, artesanato, pois o distrito estará cheio de turistas. Logo, percebe-se que a participação da comunidade não tem sido ativa, elas somente absorvem as informações que lhes são facultadas pelos gestores de turismo para aceitar ou rejeitar as propostas de investimento, sem ao menos possuir conhecimentos básicos que lhes permitam criticar e julgar as informações ou propostas que lhes são apresentadas.

Para a implantação da atividade turística seja qual for à modalidade, é necessário que o local esteja minimamente preparado em todas as dimensões, caso contrário o turismo poderá trazer mais os seus efeitos negativos do que os positivos.

De acordo com os entrevistados, não existe nenhum programa de conscientização em relação ao turismo, as atividades de formação ou capacitação que a comunidade tem recebido estão relacionadas à atividade agropecuária e pesca, tem se realizado também programas de educação ambiental implementadas pelo departamento de Coordenação para Ação Ambiental e por ONGs que atuam no distrito em questões ambientais.

Além disso, não existe nenhum plano específico ao desenvolvimento do turismo ou pelo menos uma projeção do tipo turismo que se quer trazer para o distrito. Devido ao interesse de investidores externos pelo turismo no distrito e, mediante as vantagens econômicas que o governo local espera ter, iniciaram-se ações para implementação do turismo no distrito.

Uma das primeiras ações foi uma reunião conjunta com a comunidade onde se explanou sobre as intenções de estimular o turismo no distrito com ênfase no turismo de

massa, e não no turismo que pode ser implementado pela própria comunidade, como referem os líderes comunitários

O governo e os investidores reuniram conosco, nos falaram do turismo e da reabilitação do complexo de Sengo, disseram que o turismo nas praias vai criar empregos, que vamos poder vender nossos produtos, que as infra-estruturas assim como outros serviços vão melhorar, os investidores vão construir postos de saúde e escolas, por isso achamos que o turismo é bom e vai nos ajudar muito, por isso concordamos (Líderes comunitários)

Como se pode ver, os primeiros passos do governo para a implantação do turismo no distrito estão direcionados para um turismo “predador”, onde a comunidade não tem participação ativa (em particular na atividade turística no distrito) e nem preparação para receber o turismo, em curto prazo degradará com os valores locais, com modo de vida local, com o ambiente e a cultura. Apesar de as decisões serem tomadas em conselhos ou reuniões com a comunidade ou seus representantes, a participação pelo menos em turismo é limitada porque as pessoas não têm consciência do que é realmente o turismo e como elas podem participar.

O caminho iniciado pelo governo local pode levar a mudança do modo de vida local, por exemplo, as atividades rotineiras da comunidade serão substituídas por postos de trabalhos nos hotéis e lodges no litoral do distrito, já há intenção de retirar as quintas do lugar em que se encontram para dar espaço ao turismo. Há que convir, que todas estas ações são desnecessárias, pois há modelos alternativos de turismo cujas vantagens são maiores que as desvantagens, onde a comunidade local é a protagonista no desenvolvimento da atividade como foi referido anteriormente.

Face ao exposto, constata-se que o distrito goza de uma boa inserção a nível do mercado regional, a comunidade vive segundo seus hábitos e costumes, verificando-se a afirmação da identidade local no seio da comunidade. Embora não seja em turismo, o nível de participação da comunidade na vida pública e na gestão dos recursos é significativa, pois existem mais de 15 associações no distrito distribuídos entre as áreas de saúde, educação, gênero, ambiente, agricultura, pesca, artesanato, cultura, pecuária, atividade industrial, educação cívica e responsabilidade social.

No entanto, compreende-se que não há nenhuma cooperação ou uma forma de associativismo em turismo pela falta de consciência da comunidade em relação ao fenómeno, além disso, o turismo ainda está numa fase embrionária. Todavia, os resultados da pesquisa mostram que há condições para se colocar em perspectiva a implementação do TBL no distrito de Dondo.

Marcon & Barreto (2004), consideram que o TBL possibilita a inclusão social, uma vez que, nesta modalidade as comunidades atuam em parceria e na busca conjunta de soluções para os problemas do grupo. E isso, só é possível mediante a criação de parceria entre os empresários do setor de turismo e o poder público, que deve se preocupar com a melhoria da qualidade de vida e com o bem estar social da comunidade.

Assim, pode se afirmar que o distrito reúne condições para implementação do TBL, desde que haja um trabalho sobre conscientização e capacitação da comunidade, governos local em matérias ligadas ao turismo e técnicas de gestão para uma melhor participação da comunidade no desenvolvimento do turismo no distrito.

4.6 ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA DIMENSÃO SOCIAL

Neste seção do trabalho foram estudados aspectos como rede de relações sociais, participação comunitária, mão-de-obra, empregabilidade, governança, assistência a comunidade.

Cenário político atual e sociedade em geral

De acordo com as entidades distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de localidades e secretários de bairros) em todos os postos administrativos, localidades, aldeias e povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais. Este trabalho culminou com a legitimação pelas respectivas comunidades e o reconhecimento pela autoridade competente de 2 régulos, Maguagua e Mafambisse, e 10 secretários de Bairros (dos quais duas mulheres). Toda autoridade comunitária do 1º escalão e secretários de bairro foram reconhecidos, tendo sido legitimados 74 líderes comunitários. A autoridade comunitária tem contribuído largamente na implementação de vários programas do Governo nomeadamente:

- Incremento de receitas do estado através de cobrança de imposto; Redução dos casos criminais, resultantes de problemas sociais e de conflitos de terras;
- Apoio às instituições do estado, na gestão do programas de combate às queimadas descontroladas e fomento pecuário;
- Sensibilização e mobilização das comunidades para o sucesso dos programas de vacinação, inquéritos, combate ao HIV/SIDA, expansão da

rede escolar, promoção do gênero (rapariga), diminuição do índice de desistência nas escolas, reabertura de vias terciárias, construção de salas de aulas e casas de professores e presidentes das localidades nas zonas rurais, entre outras.

Dependendo de sua participação, as autoridades comunitárias recebem como estímulos 300,00Mts por cada participação na gestão da terra e 5% do valor do imposto arrecadado.

Habitação e Condições de Vida

As habitações mais observadas no distrito de Dondo, são do tipo palhota com pavimento de terra batida (61,5%), teto de capim ou colmo (15,5%) e paredes de caniço ou paus (55,3%). Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias sem rádio, sem eletricidade e com água colhida diretamente em poços ou furos (como foi referenciado anteriormente), vivendo em palhotas sem latrina dispondo em média de duas bicicletas como se ilustra na Tabela 4.

Tabela 4: Agregados familiares segundo o tipo de material de construção de Habitação no Distrito de Dondo

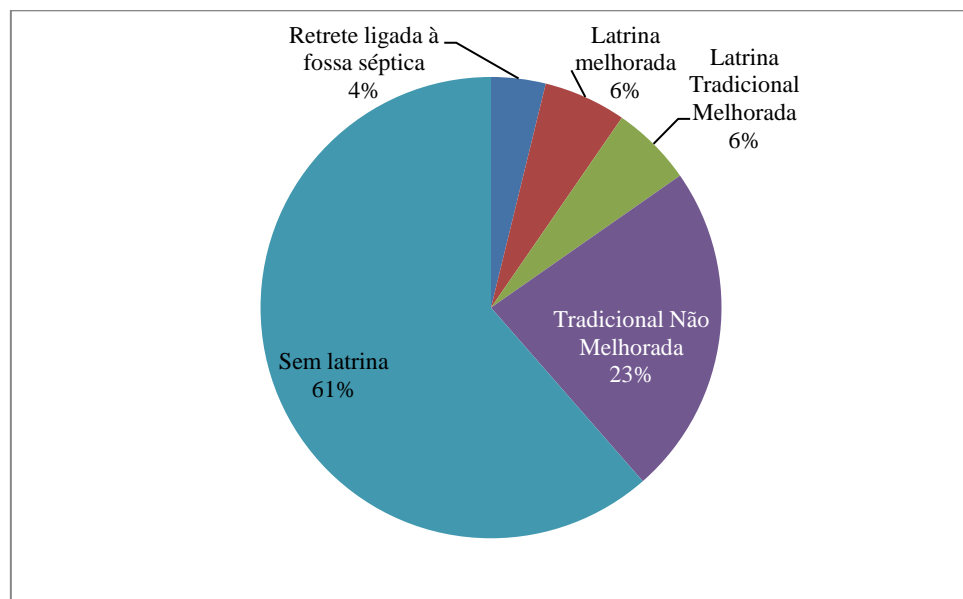
Tipo de Material	Nº	%
Tipo de Paredes das Casas	30.835	100
Bloco de cimento	4.796	15,6
Bloco de tijolo	237	0,8
Bloco de adobe	87	0,3
Madeira-zinco	1.741	5,6
Caniço-pau-bambú-palmeira	6.793	22
Paus maticados	17.060	55,3
Lata, cartão, papel, saco, casca	58	0,2
Outros	58	0,2
Tipo de Cobertura das Casas	30.835	100
Laje de betão	142	0,5
Telha	13	0,0
Chapa de lusalite	5.574	18,1
Chapa de zinco	7.636	24,8
Capim, colmo, palmeira	17.157	15,6
Outros	313	1,0
Tipo de Pavimento	30.835	100
Madeira-Parquet	183	0,6
Mármore, granulito	25	0,1
Cimento	8.692	28,2
Mosaico, tijoleira	97	0,3
Adobe	18.957	61,5

Sem nada	2.818	9,1
Outros	63	0,2

Fonte: INE (2008)

A cidade do Dondo e a vila de Mafambisse são as zonas que apresentam melhores condições habitacionais, verificando-se que maior parte das famílias tem rádio e vivem em casas com latrina, cerca de 15,6% têm casas de material duradouro, energia elétrica e água canalizada.

Gráfico 2: Agregado Familiar por serviço Sanitário na Habitação



Fonte: INE (2008)

De um modo geral, baseando-se na interpretação da Tabela 4 e do Gráfico 2, pode-se dizer que a qualidade de vida no distrito é baixa, pois mais da metade das famílias vivem em condições precárias.

Organização Administrativa e Governança

Importa nesta secção, fazer uma breve descrição da organização administrativa e governança em Moçambique, antes de abordar a temática ao nível do distrito de Dondo, pois permitirá melhor compreensão da integração de Dondo dentro do contexto da gestão pública em Moçambique.

De acordo com o art. 3 da Constituição da República, Moçambique é um estado de direito baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem. Um dos objetivos do estado moçambicano é o reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual (art. 11, al. f da Constituição da República de Moçambique).

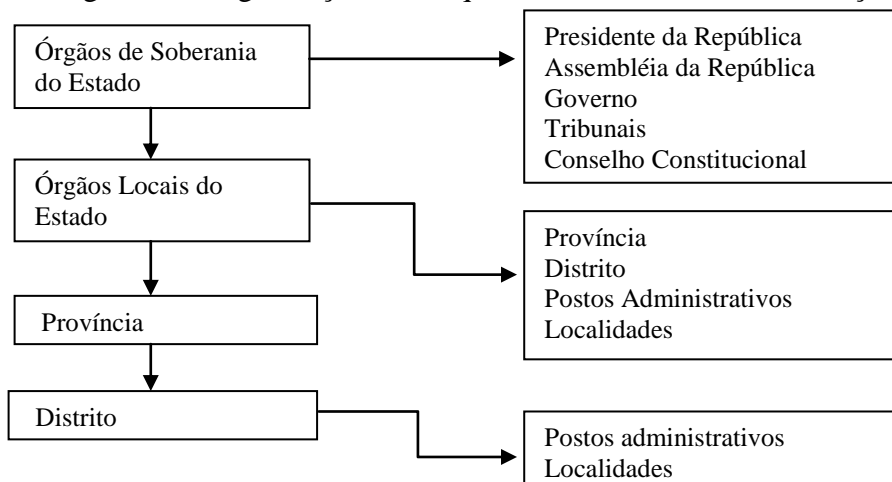
Conforme os arts. 133 e 262 da Constituição da República, a governança em Moçambique é feita por meio de órgãos de soberania do estado, que respondem em nível central e pelos órgãos locais do Estado, que respondem em nível local. São considerados órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembléia da República, o Governo, os Tribunais e o Conselho Constitucional.

Os órgãos locais têm como função a representação do Estado em nível local para administração e o desenvolvimento do território moçambicano, ao mesmo tempo, que contribuem para a integração e unidade nacional (art. 262 da Constituição da República).

A organização e funcionamento dos órgãos locais do Estado obedecem aos princípios de descentralização e desconcentração. Os mesmos são responsáveis pela promoção a utilização de recursos disponíveis, garantia da participação ativa dos cidadãos e incentivo às iniciativas locais na solução de problemas da comunidade, para além de garantir a realização das tarefas e programas econômicos, culturais e sociais de interesse local e nacional (arts. 263 n° 2 e 264 da Constituição da República de Moçambique).

Os órgãos locais do Estado existem ao nível da Província, do Distrito, Postos administrativos e localidades. Por um lado a província se constitui na maior unidade territorial de organização política, econômica, social e de administração local Estado, ela é constituída por distritos, postos administrativos e localidades (art. 11 da Lei nº 8/2003 de 19 de Maio, Lei dos Órgãos Locais do Estado). Por outro lado o distrito é a unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado e base de planificação do desenvolvimento econômico, social, cultural do país e, este é constituído por postos administrativos e localidades. Hierarquicamente os órgãos de governança em Moçambique estão organizados conforme mostra a Fluxograma 3:

Fluxograma 3: Organização Hierárquica do Poder Público em Moçambique

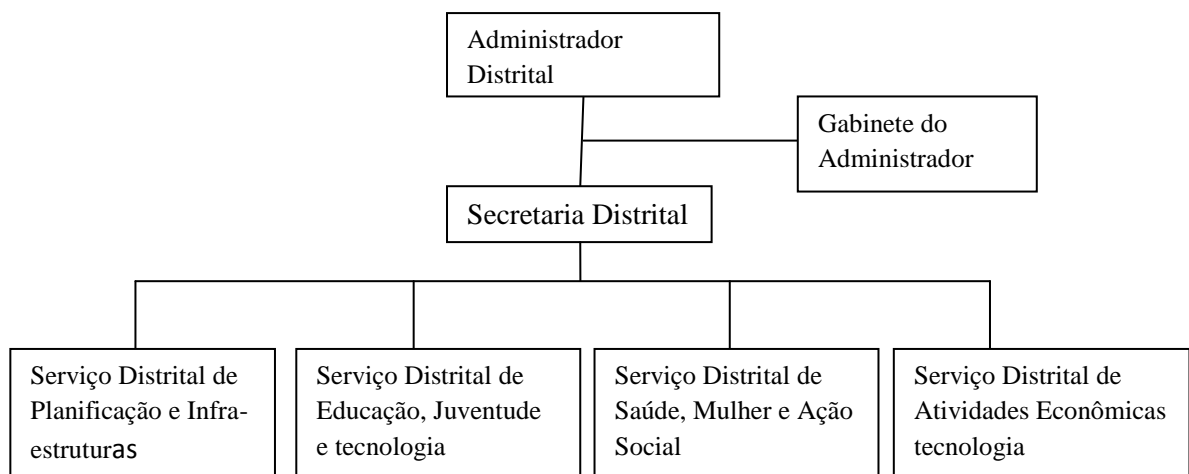


Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa

No caso concreto da área em estudo, MAE (2005) refere que o distrito de Dondo abrange para além da cidade de Dondo, três postos administrativos Dondo-Sede, Mafambisse e Savane e, três localidades Chinamacondo, Mafambisse-sede (Vila de Mafambisse) e Mutua.

O governo distrital, dirigido pelo administrador, está estruturado nos seguintes níveis de direção e coordenação (veja-se o Fluxograma 4):

Fluxograma 4: Organograma do Governo do Distrito de Dondo com base no Decreto nº6/2006 de 12 de Abril



Fonte: Fundação Konrad Adenauer (2010)

Além dos órgãos ilustrados no organograma, estão adstritos ao Governo Distrital os seguintes organismos: Delegação Registro Civil, Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique, Procuradoria Distrital da República, Tribunal Judicial Distrital, Direção das Prisões, Posto da APIE, Representação do Instituto Nacional da Ação Social e do Setor do Trabalho e Direção do Serviços Interno de Ssegurança do Estado.

O sistema de governança do distrito é baseado no Conselho Executivo, que é um órgão distinto do Aparelho do Estado, com as seguintes funções: dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de caráter económico, social e cultural, bem como de dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do aparelho do Estado. O conselho Executivo é dirigido por um presidente, que geralmente por acumulação de funções é o administrador, o qual é nomeado pelo Ministério da Administração Estatal.

A governança tem por base os chefes das localidades, autoridades comunitárias e tradicionais. Os chefes das localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao chefe do posto-administrativo e, conseqüentemente, ao administrador distrital, sendo

coadjuvados pelos chefes das aldeias, secretários de bairros, chefes de quarteirões e chefes de blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da administração pública, aprovados pelo Decreto 30/2005 de 15 de Outubro¹⁸. A atividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contato com a comunidade. Pretende-se com esta prática, a efetividade do processo de gestão de baixo para cima, pois os programas e planos de desenvolvimento em Moçambique são elaborados e realizados a partir do distrito (assumido como a base de desenvolvimento para o país) até o nível central.

Como forma de incentivar e tornar mais efetiva a participação da comunidade no processo de gestão pública, bem como, para melhor aproveitamento dos recursos produtivos em nível distrital, o governo criou o Fundo para o Desenvolvimento do Distrito (FDD), tendo disponibilizado inicialmente 7 milhões de Meticais e, atualmente o valor do fundo passou para 9 milhões de Meticais.

Este fundo é direcionado as comunidades do distrito, de modo que disponham de meios financeiros para aplicarem na sua atividade econômica. Os procedimentos para obtenção do financiamento passa pela apresentação de um projeto que tenha viabilidade econômica, social e ambiental, para além do comprometimento de reembolso do valor recebido acrescidos de 5% de juros.

Os projetos são entregues aos chefes das localidades, por sua vez estes encaminham aos chefes dos postos administrativos, e depois de analisados ao nível do posto administrativos são encaminhados para o Conselho Executivo, que são os responsáveis finais pela autorização do financiamento do projeto. Cabe ressaltar que o processo de seleção inicia ao nível das localidades, isto é, os chefes de localidades têm autonomia para rejeitar ou aceitar o projeto em função dos requisitos orientadores para aprovação ou reprovação dos projetos.

Para garantir que o julgamento dos líderes comunitários sejam fiáveis, o governo distrital realiza anualmente atividades de capacitação em elaboração de projetos tanto para os líderes comunitários, como para os membros das comunidades interessados. Existe no distrito uma equipe de apoio formada para auxiliar as comunidades na elaboração de projetos para obtenção de financiamento do FDD.

Além do governo, existe no distrito organizações não governamentais (ONGs), que apóiam as comunidades oferecendo formações em várias temáticas entre elas, governança transparente, elaboração de projetos, dinâmica de grupos, educação cívica sendo algumas

¹⁸ Para informações mais específicas e detalhadas, consultar o referido documento

delas Fundação Luselite Vida, SNV, Cooperação Austríaca, Cooperação Alemã, Associação para o Desenvolvimento Rural etc.

A Constituição da República no seu art. 3, estabelece que Moçambique é um estado de direito baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem. Um dos objetivos do estado moçambicano é o reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual (art. 11, al. f da Constituição da República de Moçambique).

Para efetivação destes objetivos, o Estado atua por meio dos seus órgãos centrais e locais, no entanto, são os órgãos locais responsáveis pela implementação de processos de desenvolvimento que levem a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Assim, os órgãos locais onde se integra o governo distrital possuem autonomia administrativa na gestão dos recursos locais, os mesmos são responsáveis pela promoção a utilização de recursos disponíveis, garantia da participação ativa dos cidadãos e incentivo às iniciativas locais na solução de problemas da comunidade, para além de garantir a realização das tarefas e programas económicos, culturais e sociais de interesse local e nacional (arts. 263 nº 2 e 264 da Constituição da República de Moçambique, ATLS).

Deste modo, o processo de desenvolvimento adotado passa por uma abordagem territorial onde o processo de gestão é policêntrica com múltiplas instâncias de decisão, pois cada distrito é responsável pela criação de sua própria riqueza com base nas especificidades locais, como referem Beduchi Filho e Abramovay (2004).

Conforme o que foi abordado na seção do trabalho que trata da dimensão espacial, fica claro que a situação social do distrito pode se considerada baixa, visto que somente 15,6% das famílias em nível do distrito têm casas de material duradouro, energia elétrica e água canalizada.

Observa-se também, que há uma necessidade de investimento em infra-estruturas coletivas que proporcionem a população melhores possibilidades de aproveitamento dos recursos produtivos, por exemplo, a falta de energia elétrica tem sido um dos grandes constrangimentos para os pescadores que não tem como congelar o seu pescado, sendo obrigados a vender e consumir tudo no mesmo dia e, em caso de sobra vai para o lixo (como afirmam os líderes comunitários). Todavia, ainda pode se colocar em perspectiva a implementação do TBL como forma de criar outras formas de aproveitamento dos recursos, de modo a complementar as já existentes.

Por exemplo, as palhotas constituem o modelo tradicional de casas no espaço rural Moçambicano, o que se propõem é disponibilização de recursos às comunidades para

que elas possam construir palhotas que ofereçam melhores condições para moradia e para acomodação de turistas, pois o turismo de base local, não vem para alterar a forma local, mas sim, para nela se integrar. Conforme Carvalho (2007), este modelo se foca em um turismo e o tipo de turista, que procura uma experiência original.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Resultados da pesquisa mostram que teoricamente o turismo de base local se apresenta como uma alternativa para melhoria da qualidade de vida da população rural, pois em vez de substituir as atividades já praticadas pelas famílias, o TBL complementa-as. Este modelo baseia-se no aproveitamento dos recursos turísticos alicerçados nos princípios de sustentabilidade, na valorização da cultura e do modo de vida rural.

Considerando que a abordagem atual do desenvolvimento rural, se apresenta como multisetorial, multiescalar e multiatores, então o TBL é um dos modelos de desenvolvimento de turismo que deve ser implementado na mesma perspectiva.

Todavia, os resultados da pesquisa também mostram que o TBL ainda não se manifesta no distrito de Dondo, pelo menos não nas condições que se requer para se considerar como tal.

Para a implementação do TBL é necessário inicialmente que a comunidade local tenha conhecimento do fenômeno turístico nas suas diferentes perspectivas. As comunidades devem estar conscientizadas das vantagens e desvantagens da prática do turismo, de modo a estarem aptas para escolher o modelo de turismo que querem no seu território. Entretanto, no distrito de Dondo, 90% dos entrevistados mostraram não possuir um conhecimento íntegro do turismo, que lhes permita tomar decisões a respeito.

Em razão disso, a comunidade do distrito de Dondo se mostra aberta ao desenvolvimento do turismo no distrito, e no caso, o turismo de massa que está sendo fomentado pelas autoridades locais. O governo local está trabalhando na busca de investimentos para reativação de um complexo turístico que se encontra degradado (por causa da guerra cívil) na praia de Sengo, uma área que atualmente já apresenta problemas ambientais resultantes de um desmatamento massivo. Mesmo assim, o governo considera viável e passa a mesma informação às comunidades, apresentando o turismo no litoral como uma oportunidade de emprego e expansão de mercado para seus produtos.

Outra condição para o desenvolvimento do TBL é a forte presença de capital social, pois o TBL se mostra viável num meio em que a cooperação e a solidariedade pesam na ação dos indivíduos. O TBL não estimula a competição entre os provedores do produto turístico, mas sim a cooperação, por exemplo, o que um não tem encontrará no outro.

Entretanto na área de estudo, verifica-se a existência de iniciativas locais orientadas para oferta da atividade turística, mas elas atuam individualmente procurando integrar sempre aos seus serviços condições que atraiam o fluxo turístico para si, existe uma

competição e não cooperação, cada operador trabalha individualmente buscando o crescimento de seu negócio.

Porém, além da conscientização da comunidade em relação ao turismo e da cooperação, é necessário que haja recursos turísticos passíveis de serem convertidos em atrativos para estimular o desenvolvimento do TBL. Como foi visto, o distrito de Dondo é rico em recursos naturais e culturais, pelo distrito correm vários cursos de água, possui praias com águas límpidas e repleta de vida marinha cênica para atividades de lazer aquáticas como (mergulho, pesca, *ocean safari*, *snorkelling*, etc.), verifica-se também a prática de caça, pesca. As comunidades vivem segundo os seus hábitos e costume, o que se mostra como uma oportunidade para experiências turísticas originais.

No entanto, as infra-estruturas básicas ainda se encontram precariamente distribuídas no distrito, verificando-se melhores condições de vida na cidade de Dondo e nos postos administrativos, isto para uma pequena parte da população (15,6%). Os equipamentos turísticos disponíveis limitam-se somente aos básicos como unidades de alojamento, alimentação e um pouco de entretenimento (3).

Posto isto, verifica-se que há necessidade de maiores investimentos em infra-estruturas básicas, como melhoria das condições de acessibilidade dentro do distrito, melhoria da rede de distribuição de água e energia elétrica, melhoria nas condições de saúde e saneamento. No que respeita ao turismo, em vez de se estimular o turismo de sol e praia, deve-se estimular o desenvolvimento de turismo de base local, um modelo que busca a potencialização da comunidade na oferta do produto turístico. Valoriza o modo de vida campestre e não modelos de transferência de hábitos citadinos para o meio rural.

O distrito já possui fontes de financiamento público (o FDD e os Fundos disponíveis na INATUR) para incentivar a oferta do turismo pela comunidade, além disso, o investimento que se busca no empresariado nacional ou estrangeiro, poderia ser orientado para criação de parcerias e redes de relações que possibilitassem a comunidades locais a absorção de fluxos turísticos que passam pelo distrito.

No entanto, para que isso seja possível é necessário que se verifique um comprometimento por parte do governo local, bem como das comunidades com a idéia do TBL. Atualmente tanto o governo local como a comunidade local tem o foco orientado para o turismo de sol e praia, há necessidade de mudança desse foco, o que parte de uma atividade de preparação da comunidade para receber o turismo no seu território.

Há necessidade de mudança de foco também nos instrumentos de gestão do turismo, como se viu, a orientação do governo local segue os marcos definidos no Plano

Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique. A ênfase do PEDTM está na busca de um crescimento econômico rápido e uma orientação mercadológica na oferta do produto turístico, logo o modelo que responde a esses anseios é o turismo de massa, razão pela qual, ele encontra-se impregnado no seio da comunidade local, assim como, no poder público em Moçambique no geral e na área de estudo em particular.

Em suma, pode se dizer que o distrito de Dondo reúne condições para a implementação do TBL, desde que se cumpra primeiramente os seguintes requisitos:

- Educação da comunidade em relação ao turismo em suas diversas perspectivas;
- Conscientização freqüente sobre o valor e a preservação da identidade local;
- Mudança de foco dos instrumentos de gestão de turismo, de turismo de massa para modelos alternativos que se enfocam no bem estar da comunidade;
- Elaboração de políticas e planos em nível local que espelham de modo específico o perfil turístico do distrito e como serão aproveitados os recursos turísticos do distrito;
- Criação de redes de relações sociais orientadas para o turismo, de modo que a comunidade tenha capital social disponível que lhes permita implementar o TBL;
- Estimular a comunidade a solicitar os fundos disponíveis no distrito para investimentos no TBL;
- Cabe sugerir também, a implementação de um projeto piloto para implementação do TBL, de modo que os resultados do projeto se convertam em estímulo para implementação de iniciativas de gênero por várias regiões no interior do país.

Em síntese, pode se afirmar que o distrito de Dondo apresenta um potencial para implementação de um modelo de desenvolvimento de turismo de base local, pois ele é rico em recursos naturais e culturais, beneficia-se de uma boa rede de acessibilidade no contexto do mercado da região, a população vive segundo os seus hábitos e costumes e valorizam a sua identidade. Constata-se também uma boa cooperação entre os membros da comunidade, embora não seja em turismo, fato que se observa através do nível de participação da comunidade em associações, cooperativas, núcleos atuando em áreas como agricultura, pesca, extração de carvão vegetal, ambiente, educação cívica etc. Possui também fontes de financiamento públicas para incrementar ou estimular o investimento local.

Os obstáculos para implementação do TBL que se constataram como inexistências de políticas e planos locais para o desenvolvimento do turismo, falta de consciência em relação ao turismo, insuficiência em infra-estruturas básicas, bem como equipamentos e meios de apoio ao turismo, constituem problemas que podem ser solucionados por meio de um comprometimento tanto do governo local, como da comunidade através de uma

planificação conjunta e participativa. Sendo que, os resultados também mostram um considerável nível de participação da comunidade na gestão pública, ademais existe no distrito a presença do setor voluntário que capacita a população em questões relacionadas à participação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O Futuro das Regiões Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- AGUIAR, Geraldo Medeiros de. Turismo, Desenvolvimento Local e Integração Regional. In: SEABRA, Giovanni. *Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora UFPB, 2007
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Capital Social e Empreendedorismo Local. *Redes de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais*. 2002. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20SaritaMLucia.PDF>> Acesso em: 23 Jan. 2011
- _____. *Informação e Conhecimento na Inovação e no Desenvolvimento Local*. Brasília, v. 33, n. 3, p. 9-16, 2004 disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652004000300002&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em 23 Jan. 2011
- AMARAL FILHO, Jair do. A Endogenização do Desenvolvimento Economico Regional e Local. *Planejamento em Políticas Públicas PPP*, n.21, 23 Jun. 2001. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>> Acesso em 23 Jan. 2011.
- Associação de Mulheres Agricultoras Portuguesas. *Dossier Qualidade do Turismo em Espaço Rural – TER: proposta de avaliação do agroturismo*, 2004. Disponível em: <<http://www.search-docs.com/agroturismo.html>>. Acesso em 17 set. 2010.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Desenvolvimento Local e Capital Social uma Abordagem Teórica. *Geonordeste*, São Cristovão-SE, ano XIX, n. 1, 2008.
- BEDUSCHI FILHO, Luís Carlos, ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o Desenvolvimento das Regiões Rurais. *Nova economia*. Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35 – 70, 2004.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa. 5 ed. Edições 70, 2010.
- BENI, Mário C. *Análise Estrutural do Turismo*. 7. ed. São Paulo: Senac, 2002.
- BURSZTYN, I. *et al*. Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande, RJ. In: *Encontro Nacional do Turismo com Base Local*. Paraná: Curitiba, 2004
- BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental*. 36 ed. São Paulo: Globo, 1995.
- CAMPANHOLA , Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural*. Turismo no espaço rural brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 1999.
- CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. O turismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A. e RIEDL, M. (Org.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 145-179.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Elementos para o Debate acerca do Conceito do Turismo Rural. *Turismo em Análise*. v 21, n. 1, 2010, p. 3-24. <<http://www.search-docs.com/agroturismo.html>> Acesso em 17 Set. 2010.

CASTELLS, Geraldo. *Turismo Atividade Marcante*. 4. ed. Caixias do Sul: EDUCS, 2001.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.) *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94 – 121.

CAVACO, Carminda. Desafios de Desenvolvimento Rural: notas de leitura. *Finesterra*, XXXIX, 78, 2004, p. 99-112. Disponível em <http://www.ceg.ul.pt/finesterra/numeros/2004-78/78_06.pdf> Acesso em 23 Nov. 2011

CHICHAVA, José, A. C. Participação comunitária e Desenvolvimento: o caso dos grupos dinamizadores em Moçambique. Maputo:ML Graphics, 1999.

COLEMAN, James S. Social Capital In The Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*. v. 94, 1988, p. 95-120. Disponível em: <<http://www.jstor.org.stable/2780243>>. Acesso em: 23 Jan. 2011.

CORRAR, Luiz J. et al (coord). *Análise Multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas, 2009.

CORIOLANO, L. N. M. A Exclusão e a Inclusão Social e o Turismo. *Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*. v. 3, n. 2, 2005.

CORIOLANO, L. N. M., LIMA, L. C. *Turismo Comunitário e Responsabilidades Socioambiental*. 1 ed. Ceará: EDUECE, 2003.

CRUZ, R. C. *Política do Turismo e Território*. São Paulo: contexto, 2000.

_____. *Geografia de Turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007.

_____. Turismo Produção de Espaço e Desenvolvimento Desigual: para pensar a realidade brasileira. In: COSTA, Jean Henrique; SOUSA, Michele de (Org.). *Política de Turismo e Desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais*. Mossoró, RN: Fundação Vingt-Um Rosado, 2010. p. 15-37.

CURRIE, Russel R. SEATON, Sheilagh, WESLEY, Franz. Determining Stakeholders for Feasibility Analysis. *Annals of Tourism Research*. v. 36, n. 1, p. 41 – 63, 2009. Disponível em: <<http://www.elsevier.com/locate/atoures>>. Acesso em 23 Jan. 2011.

DIEGUES, António Carlos S. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 6, n. 1-2, Jan/Jun, 1992, p. 22-29. Disponível em: <http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf> Acesso em 23 Jan. 2011.

FACHIN, Odília. *Fundamentos de Metodologia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FALCÃO, Mariana Cavalcanti; SANTOS, Claudinete de Fátima S. O; GOMEZ, Carla Regina Pasa. Arranjos e Sistemas Inovativos Produtivos Locais: inovação e desenvolvimento para destinos turísticos – o caso de Porto de Galinhas. *Pasos*, v. 7, n. 3, 2009, p. 433-450. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org>>. Acesso em; 23 Jan 2011.

FAVARETO, Arilson. The Rationalization of Rural Life. *Estud.soc.agric*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2006, 9-48. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_esaa/v2nse/scs_05.pdf > Acesso em 10 Jan. 2011.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa Qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. *Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade*. Natal: EDUFRN-Editora da UFRN, 2005.

FOUNDACIÓN PARA LA INOVACION AGRARIA , UNIVERSIDADE AUSTRAL DE CHILE. *Agroturismo Em Chile: caracterización y perspective*. Santiago de Chile: FIA, UACH, 2007. Disponível em: <<http://www.search-docs.com/agroturismo.html>> Acesso em 17 Set. 2010.

GEORGE, Pierre. *Geografia Rural*. São Paulo: Difel, 1982.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. *Desenvolvimento em (Des) Construção: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural*. 2006. Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-graduação em Geografia. Presidente Prudente. Disponível em: www4.fct.unesp.br/ceget/Jorge/jorgetese.pdf. Acesso em 10 Nov. 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. O emprego rural e a “comoditização” do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997.

GREEN, Duncan. *Da Pobreza ao Poder: como cidadãos ativos e Estados efetivos podem mudar o mundo*. São Paulo: Cortez; Oxfam Internacional, 2009.

GUZZATTI, Thaise Costa. *O Agroturismo como Instrumento de Desenvolvimento Rural; Sistematização e Análise das Estratégias Utilizadas para a Implantação de um Programa de Agroturismo nas Enconstas da Serra Geral Catarinense*. 2003. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.search-docs.com/agroturismo.html>>. Acesso em 17 Set. 2010.

HALL, Colin Michael. *Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

IRVING, M. A. Turismo e ética: premissa de um novo paradigma. In: CORIOLANO, L. N. M. *Turismo com Ética*. 2 ed. Ceará: FUNECE, 1998.

INE – Moçambique. *Estatísticas do Distrito de Dondo*. 2008

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379 – 408, 2004.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 63-73.

LEMOS, Cristina. Inovação para Arranjos de Sistemas de MPME. *Redes de Sistemas Inovativos Locais*. 2001. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF1/NT%2003%20Inovacao.pdf>>. acesso em: 23 Jan. 2011

LIN, N.; COOK, K.; BURT, R. (Ed). *Social capital: theory and research*. New York: Aldine de Gruyter, 2001.

LOCATEL, Celso Donizete; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. As Políticas Públicas e as Mudanças de Concepção de Desenvolvimento Rural na Europa e no Brazil. 2006. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t31.pdf>>. Acesso em: 10 Nov. 2011

MAE. *Perfil do Distrito de Dondo Província de Sofala*. Maputo, 2005.

MARTINS, Sérgio Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v. 3, n. 5, Set. 2002 p. 51-59.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa. Planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. *Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios; publicações e trabalhos científicos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCON, E. M. G. BARRETTO, M. O Turismo com Fator de Inclusão Social Via Desenvolvimento Local. *Encontro Nacional do Turismo com Base Local*. Paraná. 2004.

MAX-NIFF, Manfred A. *Desarrollo a Escala Humana: coceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Uruguai: Editorial Nordan Comunidad, 1998

MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira de. Turismo como Instrumento de Desenvolvimento e Redução da Pobreza: uma perspectiva territorial. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; LIMA, Luis Cruz (Orgs.). *Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999

MITUR. *Política de Turismo e Estratégia de Sua Implementação*. Maputo, 2003.

MITUR. *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004 – 2013*. Maputo: 2004

MOÇAMBIQUE. *Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009*. Maputo, 2006.

_____. *Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Maputo, 2007

Lei nº8/2003 *Aprova lei dos Orgão Locais do Estado* 20, 1ª SÉRIE, 19 DE MAIO

NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados*, v. 14, n. 43, 2001.

NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M. *Ecoturismo: práticas para turismo sustentável*. Manaus: Valer, 2004.

OURIQUES, H. R. A produção do turismo: fetichismo e dependência. In: OURIQUES, H. R. *O Turismo na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: Alínea, 2005

PATTUSSI, Marcos Pascoal, et al. Capital Social e a Agenda da Pesquisa em Epidemiologia. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n.8, Ago. 2006p.1525-1546. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n8/02.pdf>>. Acesso em 23 Jan. 2011

GEORGE, Pierre. *Geografia Rural*. São Paulo: Difel, 1982.

PLOEG, J. D. van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391- 408, 2000.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RAMOS FILHO, et al. Aplicação do Sistema “Apoia-Novo Rural” Para Avaliação do Desempenho Ambiental do Agroturismo. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 409 – 423, 2004. Disponível em <<http://www.search-docs.com/agroturismo.html>>. Acesso em 17 Set. 2010.

RICHARDSON, Richardson; ROBERT, Jarry et al. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIVEROS, Hernando, BLANCO, Marvin. *El Agroturismo, Uma alternativa para Revalorizar La Agroindústria Rural como Mecanismo de Desarrollo Local*. Lima: PRODAR, 2003. Disponível em; <<http://www.search-docs.com/agroturismo.html>> Acesso em 17 Set. 2010

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 1997

_____. Território, Patrimônio e Turismo com Base Local - uma relação inequívoca. In: SEABRA, Giovanni (org.). *Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.

RODRIGUES, Auro de Jesus. *Metologia Científica*. São Paulo: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, Geraldo Stachetti, et al. *Gestão Ambiental das Atividades Rurais: estudo de caso em agroturismo e agricultura orgânica. Agric.* São Paulo, v. 53, n. 1, 2006, p. 17–31. Disponível em: <http://www.search-docs.com/agroturismo.html>>. Acesso em 17 Set. 2010.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente*. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1999.

SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2006.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHAERER, Jorge, DIRVEN, Martine. *El turismo Rurale em Chile: experiência de agroturismo em las regiones de El Maule, La Araucanía e los Lagos*. Santiago do Chile: Nações Unidas, 2001. Disponível em: <http://www.search-docs.com/agroturismo.html>>. Acesso em 17 Set. 2010.

SACHS, Ignacy. Estratégia de Transição para o Século XXI. In: BURSZTIN, Marcel (org.). *Para pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 30-43.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHARPLEY, Richard. Sustainability: a barrier for development? In: SHARPLEY, Richard TELFER, David (Ed.). *Tourism and Development: concepts and issues*. Clevedon: 2007.

_____. Tourism: a vehicle for development. In: SHARPLEY, Richard; TELFER, David (Ed.). *Tourism and Development: concepts and issues*. Clevedon: 2007.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: Almeida, Joaquim Anécio; Riedl, Mário. (Orgs.). *Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, 2000, p. 14-50.

SCHNEIDER, Sérgio. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>> Acesso em 23 Nov. 2010.

SILVA, Karina Messias da; FONSECA, Maria Aparecida Pontes. O Papel do Residente na Produção do Espaço Turístico em Natal/RN. In: Jean Henrique e SOUSA, Michele de (Org.). *Política de Turismo e Desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais*. Mossoró, RN: Fundação Vingt-Um Rosado, 2010 p. 181-197.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOARES, José Joaquim. *Metodologia de Trabalho Científico*. Disponível em: <<http://www.jjsoares.com/media/.../Pesquisa%20 Científica novo.doc>>. Acesso em: 09 Nov. 2010.

SWARBROOKE, J. turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética, vol. 5 – São Paulo: Aleph, 2000

TELFER, David J., SHARPLEY, Richard. *Tourism and Development in the Developing World*. London: Routledge, 2008.

TEIXEIRA, Ana Lúcia Gomes de Freitas. *Mudanças no Perfil Socioeconômico e Ambiental Provocada pela Atividade Turística no Município de Guaramiranga – CE*. 2005. 116 f. Dissertação (Desenvolvimento em Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2005. Disponível em: <<http://www.search-docs.com/agroturismo.html>> Acesso em 17 Set. 2010.

TULIK, Olga. *Turismo Rural*. São Paulo: Aleph, 2003.

VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. *O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. Brasília, DF: NEAD, 2001

_____. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP, Autores Associados, 2002.

VALLS, Joseph-Francesc. *Gestión de Destinos Turísticos Sostenibles*. Barcelona: Gestión 2000, 2004.

VERBOLE, A. A Busca pelo Imaginário Rural. In: RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim A.; VIANA, Andyara L. B. (Org.). *Turismo Rural: tendências e Sustentabilidade*. Santa Cruz: EDUNISC, P. 117-140, 2002.

XIMENES, Teresa. Capital Social, Redes Sociais e Inovações Produtivas. *Ambiente e Sociedades*. Campinas, Jul. /Dez. 2008. v. 21, n. 2, p. 389-404. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2008000200012&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acesso em: 23 Jan. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário – Líderes comunitários

Este questionário tem como finalidade obter conhecer a opinião das famílias do distrito de Dondo em relação ao objeto de estudo, assim, interessa para a pesquisa dados referentes ao turismo.

- a) Já ouviu falar de turismo? Se sim, por que meio?
- b) Existem membros da comunidade que possui empreendimentos na área de turismo, por exemplo, unidades de alojamento, alimentação, entretenimento, etc?
- c) Existe trabalhos conjuntos no setor de turismo, implementados pela comunidade por exemplo associações, cooperativas ou outra forma de organização social com foco no fomento ou implementação do turismo?
- d) Quais são as atividades produtivas que a população local tem participado mais como provedor?
- e) Recebem algum tipo de incentivo para reforço ou implementação de alguma atividade produtiva? Se sim, de que tipo e, em caso negativo porquê?
- f) Quais são os benefícios do turismo percebidos pela comunidade?
- g) Já receberam ou recebem alguma forma de capacitação em relação ao turismo?
- h) Quais são as principais manifestações culturais das comunidades?
- i) A comunidade sente-se orgulhosa de ser originária do distrito de Dondo?
- j) Como é que comunidade trabalha a questão conservação e preservação da cultura, da identidade local, bem como o meio ambiente?
- k) Em sua opinião, o quê estimularia a comunidade a participar na atividade turística como provedora do produto turístico?
- l) Assumindo a hipótese de concessão de financiamento para investimento em turismo até que ponto a comunidade se mostra aberta a oferecer produtos turísticos ou a complementar as atividades rotineiras das famílias?
- m) O que sugere para que se verifique a participação da comunidade no desenvolvimento do turismo no distrito?
- n) Como é que tem sido a relação entre a comunidade e seus líderes com o governo local, bem como com as ONGs que atuam localmente?

Muito obrigado pela colaboração e pelo tempo dispensado!

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista – Agentes públicos que atuam no setor de turismo no distrito de Dondo

Esta entrevista tem como finalidade obter informações sobre a atividade o turismo no distrito Dondo, bem como conhecer as formas de gestão dos recursos produtivos locais e as formas de participação da comunidade na gestão dos mesmos.

- a) Existe algum programa, plano ou projeto de desenvolvimento específico de turismo no distrito? No caso de existência, quais são? Em caso negativo, quais as razões subjacentes a não existência?
- b) Tem se verificado a prática da atividade turística no distrito? Se sim, em que áreas do distrito; quem são os que estão investindo e quais são as atividades mais praticadas?
- c) Como é que tem sido a participação do poder público no desenvolvimento do turismo no meio rural em particular no desenvolvimento do turismo?
- d) Quais são as ações concretas em função da política e do plano estratégico para o desenvolvimento do turismo no distrito, que estão sendo realizadas para estimular o desenvolvimento do turismo?
- e) Quais são os incentivos ou facilidades disponíveis a comunidade local, para que ela possa investir na atividade turística?
- f) Quais são os possíveis constrangimentos que as famílias e bem como os órgãos públicos ou organizações afins enfrentam ou podem enfrentar com o desenvolvimento da atividade?
- g) Existem programas de qualificação e de conscientização da comunidade local em matérias de conservação ambiental, cultural, bem como, em relação às vantagens e desvantagens do turismo?
- h) Quais são as projeções para o desenvolvimento do turismo no distrito?

Muito obrigado pela colaboração e pelo tempo dispensado!

APÊNDICE C

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Aspectos a Considerar	Elementos a Observar
Infra-Estrutura	Tipos de habitação existentes; saneamento; saúde; acesso a água e luz; comunicação, acesso ao local, serviços bancários, indústrias artesanais
Recursos naturais	Todo potencial existente elegível para o turismo de base local
Cultura, Hábitos e Costumes	Manifestações culturais como: dança, canto, dramatização, gastronomia local e outros eventos típicos do meio. Monumentos históricos, Locais de valor sagrado
Atividades Rotineiras	Cultivo e colheita, cuidados com gados, modo de preparação dos alimentos, higiene
Intervenientes Locais	Redes de relações, esfera de ação dos intervenientes, escala de poder, nível de participação comunitária

Fonte: Dados da pesquisa